

CÁSSIA NATANIE PEGUIM

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO:

a construção do debate ambiental em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)

ASSIS

2015

CÁSSIA NATANIE PEGUIM

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO:

a construção do debate ambiental em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis / UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Paulo Henrique Martinez

ASSIS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P376m | <p>Peguim, Cássia Natanie</p> <p>Meio ambiente e desenvolvimento: a construção do debate ambiental em <i>O Correio da UNESCO</i> (1972-1992) / Cássia Natanie Peguim. Assis, 2015.</p> <p>154 f. : il.</p> <p>Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.</p> <p>Orientador: Dr. Paulo Henrique Martinez</p> <p>1. Historia ambiental. 2. Meio ambiente. 3. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais. 4. Periódicos. I. Título.</p> <p>CDD 301.3<br/>333.7</p> |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

CÁSSIA NATANIE PEGUIM

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: a construção do  
debate ambiental em 'O Correio da UNESCO' (1972-1992)

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Ciências e Letras – UNESP para a obtenção  
do título de Mestra em História (Área de  
Conhecimento: História e Sociedade)

Data da Aprovação: 03/08/2015

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. PAULO HENRIQUE MARTINEZ - UNESP/Assis



Membros: PROF. DR. FRANCISCO DEL MORAL HERNANDEZ - FATEC/Jundiaí



PROF. DR. JANES JORGE - UNIFESP/São Paulo

*À memória de Joaquina Mendonça, Antônio Peguim e  
Nelson Pereira, mulher e homens que viveram, ao  
longo do século XX, as transformações da cultura, do  
meio ambiente e das práticas econômicas a ele  
associadas.*

*À memória de Milene Succi.  
Com carinho.*

*É principalmente pelo que oferece de sedutor,  
pelo que é capaz de criar, que o capitalismo  
não apenas se sustenta, mas se renova  
continuamente.*

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 1936.

## AGRADECIMENTOS

Nas páginas que seguem há um intenso agradecimento à confiança em mim depositada por meu pai Carlos Humberto Peguim, homem de mãos calejadas e coração acolhedor como a terra, e minha mãe Silvânia Regina Pereira Peguim, mulher de lutas cotidianas e que se surpreende com as mudanças do tempo - este tempo histórico de rupturas e reconstruções.

Agradeço ao carinho de Eliza Basseto Peguim, Idália Pereira, Luzia de Fátima Pereira e de toda minha família. Assim como sou grata à amizade de Ronnie Carlos Peguim, com quem partilho as expectativas da vida e das questões do meio ambiente. Registro também gratidão ao amor e companhia cotidiana de Thiago Domingues Souza Silva que sempre esteve de mãos unidas às minhas nessa caminhada, me amparando nas partes difíceis do trajeto. Sem você os dias não teriam as mesmas cores.

Deixo um sincero agradecimento ao apoio dos amigos Ana Laís Bignotto, Bárbara Garcia, Carlos Alberto Silva, Cássia Nascimento Alves, Edmilson Scattone Valli, Estéfani Bueno, Fábio Souza, Felipe Jaloretto, Felipe Bueno Crispim, Fernanda Sarttorelli, Guilherme Providello, Jéssica Kurak Ponciano, Juliana Mialich, Marcia Nespolo Gremasco, Mariana Saker, Maristela Yuka Zama, Marta Custódio, Nara Bignotto, Piter Bruno Martins, Priscila Sales, Rafael Krossano, Rauni Taborda, Roseli Domingues Souza Silva, Sandra Dias, Thamiris Rosa, Tiago Dela Rosa e Vanessa Damiana que, em diferentes momentos, estiveram de ouvidos abertos e souberam compreender meus silêncios.

Em especial, agradeço à orientação e atenção do professor Paulo Henrique Martinez, a quem isento das omissões contidas neste trabalho, sendo elas de minha inteira responsabilidade. Ao professor devo a formação a mim proporcionada por meio do Laboratório de História e Meio Ambiente – LABHIMA. Espaço de conhecimento compartilhado em atividades desenvolvidas ao longo de seis anos, dentre as quais o projeto de pesquisa em políticas públicas *Usos sociais do patrimônio ambiental e cultural: cidadania e desenvolvimento institucional em municípios de pequeno porte (Região de Assis/SP – 1988/2008)*, o projeto de extensão *Sustentabilidade: o social e o ambiental no século XXI (2012-2014)* e a XXXI Semana de História *Palavra e Destino Comum*. Atividades que me proporcionaram valiosas reflexões sobre cidadania e o ofício do

historiador, e da historiadora, e a partir das quais levo gratidão por Carlos Alberto Menarin, Ellen Nicolau, Fabíula Sevilha e Marcio Henrique Bertazi.

Por minha formação também sou grata aos alunos do Ensino de Jovens e Adultos da E. M. Helena Pupin Albanez, com os quais dividi ao longo de 2011 a 2013 meus primeiros passos como licenciada em História. Ao compartilhar relatos de experiências vivenciadas em tempos e espacialidades diversas vocês me ensinaram ricas peculiaridades das relações humanas com o meio ambiente.

Agradeço aos professores Milton Carlos Costa e Paulo César Gonçalves, pela leitura atenta do relatório elaborado para o Exame Geral de Qualificação, e às contribuições oferecidas nas disciplinas ministradas no âmbito do Programa de Pós Graduação *História e Sociedade*. Motivo pelo qual também agradeço a professora Lúcia Helena Oliveira Silva e aos professores Roger Domenech Colacios e Wilton Carlos Lima da Silva. Agradeço também aos professores Francisco Del Moral Hernandez e Janes Jorge pela análise criteriosa desta dissertação na ocasião de sua banca de avaliação.

Agradecimentos são devidos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, por financiar a partir de 2014 o projeto de pesquisa que levou a esta dissertação, oferecendo os recursos necessários para a pesquisa e a divulgação de seus resultados em simpósios e eventos acadêmicos. Da mesma forma, agradeço a estrutura oferecida pela Faculdade de Ciências e Letras / UNESP – Assis.

Em especial, agradeço a Auro Sakuraba, Vânia Ap. Marques Favato e servidores da Biblioteca Acácio José Santa Rosa que por tantas vezes fizeram retiradas e organizaram os números de *O Correio da UNESCO*, a Milene Rosa de Almeida por me auxiliar com o *Guia de Fontes Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*, a Zélia Maria de Souza Barros e Sessão Técnica de Pós-Graduação, a Márcio José Gusmão Carvalho do Escritório de Pesquisa, a Clarice Gonçalves e Regina Lúcia Gonçalves Truchlaeff, assessora e assistente administrativas do Departamento de História, e a Zaíra e seus cafés.

A todos, mesmo àqueles não citados, mas que contribuíram para a realização deste trabalho compartilhando suas experiências, seu carinho e boas energias, obrigada!

PEGUIM, Cássia Natanie. ***Meio Ambiente e Desenvolvimento: a construção do debate ambiental em O Correio da UNESCO (1972-1992)***. 154 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

## RESUMO

Observamos que ao longo das últimas quatro décadas do século XX, a formulação da *questão ambiental* emergiu como causa e sintoma de um estado de espírito marcado pelo questionamento das modalidades do crescimento econômico e usos dos recursos naturais. Revelando um processo de revisão temporal e conceitual das ações humanas sobre a natureza, no qual se insere a inconclusão do debate sobre *meio ambiente e desenvolvimento*. No presente texto buscamos dissertar a respeito do debate que a revista *O Correio da UNESCO* comporta acerca destes temas, entre 1972 - ano do início da publicação da revista em língua portuguesa e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano; e 1992 - ano da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. As discussões presentes na revista são problematizadas sob a perspectiva da História Ambiental, particularmente sobre a percepção do processo de apropriação/transformação/destruição do mundo natural ao longo do tempo. A revista *O Correio da UNESCO* comporta em suas páginas artigos que divulgam e problematizam os programas que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO elaborara para a abordagem das questões ambientais nas áreas de recursos hídricos, pesquisas oceânicas, conservação do meio ambiente e salvaguarda do patrimônio natural. Estes programas se pautavam no ideal do intercâmbio de informações e cooperação científica. Assim, a revista, concebida como “uma janela aberta para o mundo”, se apresenta como espaço de livre fluxo de informações por meio do qual a própria UNESCO e seus Estados-membros expressam suas percepções sobre o meio ambiente. Percepções perpassadas pela utilidade e validade dos recursos naturais para a promoção do desenvolvimento. Conceito que em *O Correio da UNESCO* apresenta-se com contínuas releituras e deslocamentos, mas vinculado à capacidade da UNESCO catalisar as demandas dos Estados-membros e fomentar iniciativas voltadas à ciência e a tecnologia nestes Estados.

**Palavras-Chave:** História Ambiental, UNESCO, *O Correio da UNESCO*, Meio Ambiente, Desenvolvimento.

PEGUIM, Cássia Natanie. ***Environment and Development: building the environmental debate in The UNESCO Courier (1972-1992)***. 154 f. MSc. Dissertation. Assis College of Science and Arts, São Paulo State University "Julio de Mesquita Filho", Assis, 2015.

#### ABSTRACT

We have observed that over the last four decades of the twentieth century, the formulation of *environmental issues* has emerged as a cause and symptom of a state of mind marked by the questioning of economic growth and the use of natural resources. Revealing a temporal and conceptual review process of human actions on nature, which incorporates the inconclusive debate about *environment* and *development*. In this paper we seek to elaborate on the debate that the magazine *The UNESCO Courier* proposes on these topics between 1972 - the year of the beginning of the publication of the magazine in Portuguese and the United Nations Conference on the Human Environment; and 1992 - the year of the United Nations Conference on Environment and Development. The discussions included in this magazine are studied from the perspective of Environmental History, particularly about the perception of the process of appropriation/transformation/destruction of the natural world over time. The magazine *The UNESCO Courier* contains articles that disclose and discuss the programs that United Nations of the Education, Science and Culture Organization - UNESCO had developed to address environmental issues in the areas of water resources, ocean research, conservation of the environment and natural heritage safeguarding. These programs were based on the ideal of the information exchange and scientific cooperation. Thus the magazine, conceived as "a window for the world", is presented as a space of free information flow whereby UNESCO itself and its Member States express their perceptions about the environment. Perceptions pervaded by utilitarianism and validity of natural resources to promote development. Concept that *The UNESCO Courier* presents with continuous readings and displacements, but linked to UNESCO's ability to catalyze the demands of the Member States and to foster initiatives directed towards science and technology in these places.

**Keywords:** Environmental History, UNESCO, *The UNESCO Courier*, Environment, Development.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 01. Instituições de pesquisa por país (1972-1992) .....                                       | 74 |
| Gráfico 02. Porcentagem da concentração de instituições de pesquisa por país (1972-1992)..            | 75 |
| Gráfico 03. Porcentagem de participação no debate sobre desenvolvimento (1972-1992).....              | 87 |
| Tabela 01. Países representados em <i>O Correio da UNESCO</i> (1972-1992).....                        | 70 |
| Tabela 02. Frequência dos países em <i>O Correio da UNESCO</i> (1972-1992) .....                      | 73 |
| Tabela 03. Organizações Governamentais em <i>O Correio da UNESCO</i> (1972-1992) .....                | 77 |
| Tabela 04. Organizações Não Governamentais em <i>O Correio da UNESCO</i> (1972-1992) .....            | 79 |
| Tabela 05. Centros, Divisões e Programas da ONU em <i>O Correio da UNESCO</i><br>(1972-1992) .....    | 84 |
| Tabela 06. Centros, Divisões e Programas da UNESCO em <i>O Correio da UNESCO</i><br>(1972-1992) ..... | 85 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                | 13  |
| 1. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: CRESCIMENTO ECONÔMICO, ECODESENVOLVIMENTO E O ADVENTO DO SUSTENTÁVEL .....       | 25  |
| 1.1. Primaveras e História Ambiental .....                                                                                      | 25  |
| 1.2. Os <i>Limites do Crescimento</i> a <i>Uma Terra Somente</i> : meio ambiente e as disputas pelo crescimento econômico. .... | 31  |
| 1.3. Novas perspectivas? Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável .....                                                 | 42  |
| 2. O DEBATE AMBIENTAL EM <i>O CORREIO DA UNESCO</i> : COOPERAÇÃO COM E PARA QUEM? .....                                         | 60  |
| 2.1. <i>O Correio da UNESCO</i> .....                                                                                           | 60  |
| 2.2. A construção do debate .....                                                                                               | 69  |
| 2.3. Programas e políticas para o meio ambiente .....                                                                           | 87  |
| 3. A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO EM <i>O CORREIO DA UNESCO</i> .....                                                         | 104 |
| 3.1. O número e a forma .....                                                                                                   | 104 |
| 3.2. Nova Ordem Econômica Mundial: ciência e técnica para o desenvolvimento .....                                               | 118 |
| 3.3. Metas para um Desenvolvimento Sustentável .....                                                                            | 132 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                                      | 139 |
| FONTES .....                                                                                                                    | 141 |
| BIBLIOGRAFIA .....                                                                                                              | 147 |
| ANEXO .....                                                                                                                     | 154 |

## INTRODUÇÃO

O ano de 2015 traz consigo expectativas sobre os temas *meio ambiente e desenvolvimento*. Nele se encerram os quinze anos da campanha Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM, lançada em 2000, e tem início a campanha Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, com término para o ano de 2030. Os ODM são um conjunto de metas acordadas entre os Estados-membros das Nações Unidas – ONU com o objetivo de erradicar a pobreza, meta número um da campanha. Esta é seguida de outros sete objetivos interdependentes: atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre sexos e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento <sup>1</sup>.

Por sua vez, o relatório preparatório dos ODS, divulgado pela ONU, traz como título *O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta*. Nele são listados 17 objetivos e 169 metas sobre o desenvolvimento sustentável. Sendo que estes estão estruturados de forma a garantir a implementação e o financiamento da sustentabilidade econômica (crescimento inclusivo, empregos e infraestrutura) e ambiental (mudança do clima, oceanos e ecossistemas, consumo e produção sustentável) <sup>2</sup>. Sua elaboração está prevista no cronograma pós Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a *Rio+20*, realizada no Rio de Janeiro, em 2012. Na ocasião foi proposto que a pobreza fosse erradicada por meio do desenvolvimento sustentável, particularmente pela promoção de uma *economia verde*. Assim, os ODS são base para a articulação da agenda pós-2015 no âmbito dos Estados-membros da ONU, grupo do qual o Brasil faz parte. Suas metas deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo os ODM.

Devemos ter em mente que os ODM, a *economia verde* e os ODS são planos de ação que potencializam o papel das organizações governamentais e não governamentais no

---

<sup>1</sup> 8 objetivos para 2015. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>. Acesso em 10/06/2015.

<sup>2</sup> Secretário-geral da ONU lança relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sobre os desafios a serem enfrentados até 2030. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4009>. Acesso em 10/06/2015

futuro das políticas ambientais, colocando em pauta a dimensão da atuação de tais organizações na formulação de políticas públicas que abordam o meio ambiente como tema central. O que podemos extrair de maior relevância ao refletirmos sobre a elaboração destes planos de ação é que estes pertencem a um processo de revisão temporal e conceitual das ações humanas sobre a natureza na qual se insere a inconclusão do debate entre *meio ambiente e desenvolvimento*. Debate presente no âmago do que se denomina *questão ambiental*, uma vez que traz consigo os problemas sociais incluídos na apropriação, transformação e destruição do meio ambiente pela economia capitalista.

Podemos compreender a expressão *questão ambiental* como um processo de extinção de espécies da flora e fauna e de alteração dos ciclos físicos e biogeoquímicos do planeta carregado de implicações socioeconômicas a partir do qual o meio ambiente se configura na passagem do século XX ao XXI como elemento direcionador da trajetória dos interesses econômicos, das ideologias políticas e das manifestações socioculturais <sup>3</sup>. No entanto, a percepção de uma *crise* cultural e material do modo de vida da sociedade de consumo não data de hoje. Ela emerge como causa e sintoma de um estado de espírito marcado pelo questionamento da eficácia do sistema de desenvolvimento e das modalidades do crescimento econômico e usos dos recursos naturais ainda nos anos 1960 <sup>4</sup>. Os movimentos sociais contra o uso de bombas nucleares, o armamento químico e a guerra do Vietnã, somados a mudanças nos hábitos sociais e culturais da sociedade, definidos como de contracultura, abriram caminho às discussões e manifestações ambientalistas, uma vez que a sociedade, principalmente os jovens e estudantes, se politizaram com tais discussões <sup>5</sup>.

A característica política da crise ambiental também advém de uma nova percepção sobre o mundo, particularmente sobre a sua geografia. A repartição do globo em Estados e regiões de domínio político capitalista ou soviético no terceiro quarto do século XX criou a imagem de um mundo pequeno <sup>6</sup>. Acrescentemos a este cenário a chegada do homem a

---

<sup>3</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006. p.11.

<sup>4</sup> SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Trad. Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 a. p. 09.

<sup>5</sup> McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p.64.

<sup>6</sup> ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 32.

Lua, em 1969, evento que mudou a maneira pela qual a humanidade se percebia. Pequenez e fragilidade levaram por sua vez a um discurso sobre a preservação e conhecimento deste planeta finito, a “nave Terra”<sup>7</sup>. Desencadeando o reconhecimento do caráter frágil da vida e da interdependência entre os problemas sociais e ambientais e contribuindo para o enfoque mundial sobre o meio ambiente.

Estas imagens colaboraram para a criação de um cenário de catástrofe iminente, marcado pelo poder autodestrutivo do ser humano e o crescimento exponencial da população. Como exemplo, podemos citar o destaque dado aos índices de crescimento demográfico no relatório *Os Limites do Crescimento*, publicado em 1972, onde se defende a tese de que a manutenção das tendências de crescimento exponencial da população, incluindo industrialização, poluição e produção de alimentos, exigia da capacidade biofísica do planeta muito além do que este poderia oferecer, de modo que levaria a Terra ao limite em cem anos<sup>8</sup>.

A solução para este impasse planetário seria estabilizar o crescimento populacional, industrial e econômico das nações de modo a evitar o completo desgaste das reservas naturais. No entanto, se nos anos 1970 a sociedade de consumo norte-americana já havia se consolidado, devemos considerar que havia no restante do mundo uma expectativa pela aquisição deste padrão econômico, social e cultural<sup>9</sup>. Assim, a ideia de crise ambiental expressa o fenômeno do crescimento econômico caracterizado pelo alto padrão de vida da sociedade industrial, a proporcional desapropriação e destruição dos recursos naturais e a consequente ameaça à continuidade do progresso científico e tecnológico. Podemos dizer que nos anos 1970 o processo de crescimento econômico é questionado: ele seria capaz de se sustentar pelas próximas décadas?

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, proposta pela ONU em 1968, buscou analisar os impasses que se colocavam sobre o uso racional e a conservação do meio ambiente. Ao longo dos quatro anos entre a proposta da conferência e

---

<sup>7</sup> Metáfora elaborada por Kenneth Boulding no texto *The Economics of the Coming Spaceship Earth* publicado pela primeira vez em JARRET, Henry. *Environnement Quality in a Growing Economy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1966. Citado por ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. Op. Cit. p. 84.

<sup>8</sup> MEADOWS, Donella H. [et ali] *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. Trad. Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.

<sup>9</sup> VIEIRA, Lúcio Flávio. *O círculo fechado do consenso neoliberal*. planejamento regional, desenvolvimento sustentável e planejamento no nordeste. Tese. Universidade Federal de Pernambuco: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2002. pp.380-382

sua realização em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, a ONU e suas instituições parceiras organizaram comissões *ad hoc* e seminários de pesquisa com a finalidade de compreender as transformações biológicas e políticas pelas quais o planeta e a sociedade estavam passando. Deste processo preparatório destacamos aqui a Mesa Redonda de Especialistas em Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em 1971 na cidade de Founex, Suíça, e o relatório *Uma Terra Somente*, elaborado por Barbara Ward e René Dubos a pedido da Secretaria Geral da Conferência e publicado em 1972. Ambos exemplificam o debate entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a tentativa de se estabelecer um consenso sobre o impasse entre meio ambiente e desenvolvimento.

Desde a Revolução Industrial, se atribuía papel fundamental à produtividade do trabalho humano e do capital e ignorava-se o papel da produtividade dos sistemas naturais, interpretando-a apenas como função do trabalho humano e do investimento de capitais. O mau uso da tecnologia fez com que os problemas ambientais se tornassem técnico-políticos, ou seja, passassem a envolver os custos e os benefícios das demais pessoas que não participavam diretamente das escolhas tecnológicas <sup>10</sup>.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano apresentava a descontinuidade do desenvolvimento como um dos problemas econômicos mais urgentes provocados pelas questões ambientais, pela elevada demanda e pressões dos consumidores, pelo uso de recursos e pela crescente concentração demográfica. Assim, representa um marco importante na política ambiental contemporânea, pois as questões nela debatidas continuam a influenciar as relações entre atores internacionais no campo da ecologia e as tendências que ganharam forma a partir daí. Deste modo ela abre o período ao qual a pesquisa aqui apresentada se dedicou.

O fato é que a complexidade dos conflitos políticos em torno da proteção ambiental conduziu a uma reflexão nova sobre as relações entre ambientalismo e poder do Estado, sobre o papel dos grupos sociais e do mercado na promoção de políticas de desenvolvimento durável. Além de ser objeto, o meio ambiente se torna, paulatinamente, instrumento de lutas políticas. Ele deixa de ser apenas uma questão técnica e científica e passa a compor questões políticas importantes: as relações Leste-Oeste, o futuro das

---

<sup>10</sup> BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. Verbete “Política e Ecologia”. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mònaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998. p. 980.

relações Norte-Sul, o sistema internacional de produção e a exploração dos recursos naturais, a liberdade de comércio e os conflitos sociais e éticos incluídos na manutenção e no deslocamento de populações.

O processo de consolidação de tais parâmetros tem como marco a promoção e legitimação do *desenvolvimento sustentável*. É a partir de 1987, com o relatório *Nosso Futuro Comum*, formulado pela Comissão Brundtland, que o conceito, classificado como de natureza política e econômica, passa a integrar o pensamento acerca do que deveria ser o desenvolvimento e como buscá-lo. Desenvolvimento econômico e meio ambiente se unem em uma só expressão.

Este por sua vez é reafirmado no Rio de Janeiro, em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, também chamada *Rio 92*. Aprovada na quadragésima terceira Assembleia das Nações Unidas, no ano de 1988, a Conferência teve como objetivo avaliar tendências de políticas e ações dos países e organizações internacionais para proteger e aprimorar o meio ambiente. Ela também teve a função de examinar os critérios ambientais que haviam sido incorporados nas políticas e no planejamento econômico e social desde a Conferência do Meio Ambiente Humano, em 1972.

Para Philippe Le Prestre, a CNUMAD tinha a função de catalisador da cooperação internacional em favor de uma série de ações concretas e ambiciosas com vistas ao crescimento econômico, à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e à proteção do meio ambiente natural <sup>11</sup>. As questões deveriam ter a aliança entre desenvolvimento e conservação ambiental como foco - o que se expressa no conceito *desenvolvimento sustentável*, e deveriam centrar-se no estabelecimento de acordos internacionais que mediassem as ações antrópicas, ou seja, as ações humanas no ambiente.

As organizações internacionais agiriam no agendamento, formulação, decisão, implementação e avaliação das políticas ambientais demandadas pelos Estados, cuja construção foi possível graças a negociações entre disputas de interesses e concessões. Aqui então se abre o questionamento: qual seria o papel das organizações intergovernamentais da ONU no debate e promoção de políticas sobre meio ambiente e desenvolvimento ao longo do processo de discussão, compreendido entre a Conferência

---

<sup>11</sup> LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. *Ecopolítica Internacional*. Trad. Jacob Gorender, 2ªed. São Paulo: Senac, 2005. p.202.

das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, em 1992?

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO é uma agência especializada do sistema das Nações Unidas. Estruturada como organização internacional de cooperação, possui atuação autônoma em seus cinco núcleos de ação multilateral: Educação, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Cultura, Comunicação e Informação. Fundada em 04 e novembro de 1946, a UNESCO nasce da cooperação intelectual entre Estados Unidos, Reino Unido e França no bojo da elaboração de políticas de reconstrução no pós Segunda Guerra e de criação de uma nova ordem mundial.

A UNESCO fora incumbida de estimular a paz internacional e a prosperidade comum da humanidade mediante relações educacionais, científicas e culturais. Era meta da organização criar condições em que incentivos à guerra fossem neutralizados pelos progressos sociais e econômicos. Os meios para atingi-las versavam sobre a promoção de atividades internas e diversificadas, como elaboração de amplos conceitos normativos, a divulgação dos conhecimentos, ideias, informações e atividades operacionais de ajuda aos países mais pobres. Sua Carta de Constituição observa que

uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz [...] Por esses motivos, os Estados Partes desta Constituição, acreditando em oportunidades plenas e iguais de educação para todos, na busca irrestrita da verdade objetiva, e no livre intercâmbio de ideias e conhecimento, acordam e expressam a sua determinação em desenvolver e expandir os meios de comunicação entre os seus povos, empregando esses meios para os propósitos do entendimento mútuo, além de um mais verdadeiro e mais perfeito conhecimento das vidas uns dos outros (grifos meus) <sup>12</sup>.

Os meios de comunicação empregados pela UNESCO teriam por objetivo promover o conhecimento e a compreensão entre os países, facilitar o acesso de todos os povos ao que cada um já produzira ou estava produzindo em todos os campos do pensamento, da criação artística e das descobertas e experiências científicas e técnicas. Para isso, caberia a ela empregar métodos adequados de cooperação, criar condições para

---

<sup>12</sup> UNESCO. *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Unesco Brasília Office. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: [unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf) Acesso em: 26/06/2015.

dar a todos igual oportunidade de acesso à educação e permitir o livre intercâmbio de ideias e informações<sup>13</sup>.

A revista *O Correio da UNESCO* se insere nesse contexto e processo, catalisando e promovendo o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento em escala mundial. Diante do caráter multidisciplinar da *questão ambiental*, vemos na compreensão do debate presente na revista *O Correio da UNESCO* entre 1972 e 1992 uma forma de responder ao nosso questionamento, uma vez que a UNESCO age como promotora da discussão sobre políticas ambientais, mediando e, por vezes, formulando políticas internacionais sobre o meio ambiente em seus campos de atuação. Assim, os resultados apresentados nesta dissertação buscam contribuir para a compreensão dos avanços historicamente alcançados na direção da cooperação internacional no campo do meio ambiente e do desenvolvimento.

A pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação se pautou no Guia de Fontes “*Os Temas Ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*”, um instrumento de pesquisa que objetiva facilitar o acesso ao conteúdo sobre meio ambiente publicado na edição brasileira da revista *O Correio da UNESCO*. Ele direciona a 667 artigos e 23 entrevistas publicadas em 158 números da revista entre 1972 e 2001. Para esta dissertação nos concentramos nos números publicados entre 1972 e 1992, particularmente aqueles que trazem artigos que exploram a tensão e a busca de definições e consenso sobre o meio ambiente e o desenvolvimento<sup>14</sup>. Os vinte e um anos compreendidos entre 1972 e 1992 foram escolhidos como nosso recorte temporal por entendermos que comportam a emergência, formulação e complexificação do debate sociopolítico sobre meio ambiente e desenvolvimento. Ademais, 1972 marca o início da publicação de *O Correio da UNESCO* em língua portuguesa.

\*\*\*

---

<sup>13</sup> M'BOW, Amadou –Mahtar. “Unesco: 40 anos de ação”. O CORREIO DA UNESCO. *Pequenos países grandes culturas*. Ano 14, n.12, dez/1986. p.02.

<sup>14</sup> PEGUIM, C. N *Guia de Fontes Os Temas Ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Assis: FCL-UNESP/LABHIMA, 2013. Elaborado a partir da revisão e ampliação do material coletado na revista *O Correio da UNESCO*, durante o desenvolvimento do projeto de iniciação científica *A UNESCO e o Meio Ambiente (1972-1992)* – Processo FAPESP 2008/58343-2. Disponível no Laboratório de História e Meio Ambiente – LABHIMA/ UNESP-Assis

Donald Worster aponta que etimologicamente, a História Ambiental lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana. Essa interação pode ser estudada em três níveis: “Ambientes naturais do passado”, “Modos humanos de produção” e “Percepção, ideologia e valor” <sup>15</sup>. Nos concentramos neste terceiro aspecto, portanto, nas percepções, ideologias, ética, leis e mitos que se tornaram parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza. Diálogos que podem ocorrer e se expressar de diversas formas, como nas conversas cotidianas, nos telejornais e internet, ou em artigos de revistas, sejam elas vinculadas às organizações internacionais ou à sociedade civil.

A História, seja ela social, econômica ou cultural, ainda se atém a fronteiras, sejam elas, impérios, Estados ou cidades, o que proporciona um ordenamento em um caos. No entanto, Worster observa que estas delimitações geográficas podem criar obstáculos a pesquisas que a elas não se encaixam, como as pesquisas sobre o meio ambiente <sup>16</sup>. A História Ambiental tem buscado superar as fronteiras, estudando-as com a finalidade de saltar as bordas da relação com o espaço. O estudo de biomas como a Mata Atlântica e a Amazônia, por exemplo, ou o de um rio, como Tietê ou o Negro, avança para além das fronteiras de estados e municípios desafiando uma nacionalidade estreita.

A inclusão das questões ambientais nos modelos de desenvolvimento trás consigo essa superação das fronteiras, uma vez que este debate possui como característica uma formação internacional. Pois se estabelece entre Estados, responde a demandas sociais vinculadas a biomas diversos e coloca em questionamento a ideia de fronteira no sentido da delimitação física entre um país e outro. Esta dissertação, ao se dedicar ao debate entre meio ambiente e desenvolvimento em uma revista elaborada por uma organização internacional multidisciplinar, enfrenta este desafio metodológico.

A História Ambiental tem trabalhado com o processo de apropriação/transformação/destruição do mundo natural ao longo do tempo <sup>17</sup>. Em seu livro *Algo nuevo bajo el sol: historia medioambiental del mundo en el siglo XX*, John McNeill trabalha com o impacto das ideias e das políticas sobre o meio ambiente em

<sup>15</sup> WORSTER, D. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 4(8). 1991. p.209.

<sup>16</sup> Idem. Ibidem. p. 199.

<sup>17</sup> Cf. Willian Cronon (1991) *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*; Alfred Crosby (2002) *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*; Warren Dean (1996) *A ferro e fogo - a história e a devastação da mata atlântica brasileira*; John McNeill (2003) *Algo Nuevo bajo el sol: Historia medioambiental del mundo en el siglo XX* e Donald Worster (2004) *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s*.

escalas variadas. Para isso, o autor concentra-se nos pontos comuns, ou seja, as ideias, tais como o nacionalismo e de como este se vinculava a uma reação à modernidade, apontando exemplos de como estas ideias se manifestaram em diferentes espaços. Na perspectiva do autor, tais reações eram projetadas por meio de medidas conservacionistas e ações de apropriação/transformação/destruição do meio ambiente que visavam o crescimento econômico e a segurança nacional. McNeill busca absorver a maneira como estas ideias atuam na organização ambiental e social <sup>18</sup>.

Warren Dean, em *A ferro e fogo - a história e a devastação da mata atlântica brasileira* trabalha com as consequências da *escala* e da *velocidade* dos projetos de desenvolvimento econômico no Brasil, como os implantados pelo governo militar, marcados por crise econômica, desastres ambientais e descréditos na segurança nacional <sup>19</sup>. Podemos observar que Dean usa estas duas variáveis como orientação de sua observação sobre a conjuntura histórica que aborda, são seus instrumentos de análise.

Esta dissertação buscar dialogar com a dinâmica das *escalas* de tempo e espaço, como em McNeill e Dean. No entanto, o objeto desta pesquisa não possui uma delimitação biofísica, tais como uma reserva ecológica, bacia hidrográfica, região agrícola ou correspondente. Trata-se de um conjunto de materiais perpassados por interesses e aspectos históricos de nacionalidades diversas. Os espaços de apropriação/transformação/destruição que comportam, possuem escalas múltiplas, estão vinculados às demandas e consequências de um sistema de comércio internacional. Questões que são caras aos representantes dos países desenvolvidos podem não ser para aqueles que perseguem o “imperativo do desenvolvimento” ou “imperativo do crescimento econômico” <sup>20</sup>. Portanto, buscamos pensar as discussões encaminhadas pela revista *O Correio da UNESCO*, assim como os relatórios e documentos aqui trabalhados, sob uma perspectiva da construção de visões em diferentes escalas e de superação do dualismo sociedade/natureza.

A História Ambiental consiste num saber sobre a duração e também sobre a constante mudança. Diante disto, os historiadores do meio ambiente, como afirma Regina

---

<sup>18</sup> MCNEILL, John, *Algo Nuevo bajo el sol: Historia medioambiental del mundo em El siglo XX*. Trad. José Luis Gil Arístu. Madrid: Alianza, 2003. pp.394-397.

<sup>19</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo - a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 307.

<sup>20</sup> Conferir: DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. Cap.09. pp.280-306 e MCNEILL, John, *Algo nuevo bajo el sol*. Cap.11.pp.391-425

Horta Duarte, tem buscado abandonar o dualismo sociedade/natureza, optando por uma nova compreensão sobre essa relação <sup>21</sup>. Segundo José Augusto Pádua, a História Ambiental coloca ao historiador o desafio de superar as divisões rígidas e dualistas, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo <sup>22</sup>.

Os simbolismos construídos acerca da natureza são dinâmicos e mutáveis, de modo que interessa saber como as sociedades deram respostas diferentes às condições do meio natural e como dele se apropriaram, modificando-o <sup>23</sup>. Ao longo da interpretação das relações de diferentes sociedades com a natureza Victor Leonardi enfatiza a necessidade de se evitar atribuir a ela um papel determinante, reduzindo as ações da sociedade e de fatores como a economia, a cultura e as decisões políticas <sup>24</sup>. Devemos recordar que o que move o interesse dos Estados são os objetivos políticos que envolvem a sua soberania diante do desenvolvimento, e não uma preocupação pura e simples com a natureza.

Se a percepção dos usos que o ser humano tem feito do meio ambiente é facilitada a partir de uma abordagem que dê atenção para os fenômenos de longa duração, o que dizer do trabalho do historiador que se volta para questões inseridas na segunda metade do século XX, período classificado como um presente contínuo, marcado por constantes rupturas temporais? Martinez afirma a longa duração dos processos que envolvem a questão ambiental e os vê como uma consequência da formação e desenvolvimento da sociedade industrial <sup>25</sup>. Sobre esse aspecto, Leonardi chama a atenção para a necessária compreensão das expressões culturais em si, pois é preciso estar atento às mudanças *na* sociedade e não *da* sociedade.<sup>26</sup> Esta percepção é necessária ao historiador em História Ambiental, uma vez que sua prática consiste na habilidade em relacionar tempos breves com aqueles processados numa maior duração. As rupturas são mais fáceis de apreender

---

<sup>21</sup> DUARTE, Regina Horta. “Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil”. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 41, No. 2. 2005. pp. 144-161.

<sup>22</sup> PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da História Ambiental”. *Estudos Avançados*. 24 (68), 2010. p. 97.

<sup>23</sup> DUARTE, Regina Horta. Op. Cit. p.154.

<sup>24</sup> LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1999. p.16.

<sup>25</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006. pp.13-17.

<sup>26</sup> LEONARDI, Victor. Op. Cit. pp. 84-86.

porque trazem o novo, enquanto as continuidades exigem maior atenção devido a suas sutilezas, e ao fato que podem parecer travestidas de ruptura <sup>27</sup>.

Portanto, consideraremos o contexto de impactos ambientais provocados por dois momentos distintos da evolução do capitalismo na segunda metade do século XX: o da formação e consolidação do consumo de massas observado desde a década de 1920 nos Estados Unidos, mas que adentra os chamados países em desenvolvimento nas décadas de 1950-1970 e o contexto do auge da integração econômica nas décadas de 1980-1990. Se no primeiro momento observamos que a integração ocorreu pela demanda por energia, em seguida devemos observar os impactos gerados pelo alto fluxo de mercadorias, pessoas e capital <sup>28</sup>.

Pensar tal processo, segundo Wagner Costa Ribeiro envolve vias de poder, representação política e delegação de poder <sup>29</sup>. O autor aponta que a necessidade de soberania e segurança são dois fatores de destaque e relevância para se compreender as relações entre Estados <sup>30</sup>. Nessa conjuntura, Gilberto Dupas chama a atenção para a necessidade de se refletir sobre a noção de progresso contida no conceito desenvolvimento, assim como sobre o papel da ciência e da tecnologia à serviço da acumulação global de capital <sup>31</sup>.

Assim, recuperando os tempos históricos propostos por Fernand Braudel <sup>32</sup>, trabalhados pelos historiadores ambientais aqui consultados, temos que, embora o tema da pesquisa inclua aspectos vinculados a tempos breves, tais como as formulações *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*, estes são problematizados considerando-se a conjuntura da crise do capitalismo nos anos 1970-1990 e a longa duração da economia capitalista. Desse modo, buscamos identificar as definições de *meio ambiente* e de *desenvolvimento* nos artigos de *O Correio da UNESCO*, particularmente por meio das ações que esses artigos representam e também divulgam. Procuramos também

---

<sup>27</sup> RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001. p.47.

<sup>28</sup> MCNEILL, John, *Algo Nuevo bajo el sol: Historia medioambiental del mundo em El siglo XX*. Trad. José Luis Gil Arístu. Madrid: Alianza, 2003. p.384

<sup>29</sup> RIBEIRO, Wagner C. Op. Cit. p.11.

<sup>30</sup> Idem. Ibidem. p.19.

<sup>31</sup> DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006. p.278.

<sup>32</sup> Conferir: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1992.

identificar as instituições e políticas vinculadas à UNESCO e as perspectivas da organização a respeito do desenvolvimento relacionado às questões ambientais.

Meio Ambiente e Desenvolvimento são esferas compatíveis? Há diálogo entre ambos? Estas duas questões mobilizam debates e formulações de teorias fora e dentro do âmbito das Nações Unidas. Teorias estas que são caras a nossa compreensão do debate que se constrói em *O Correio da UNESCO* a respeito das implicações do ambiente ao ritmo do desenvolvimento econômico e dos agravos que este último provoca ao homem e o meio que habita. No primeiro capítulo nos concentramos nas ideias de *crescimento econômico*, *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*, conflitantes entre si, mas ao mesmo tempo aglutinadas pelo problema da incerteza da oferta de recursos naturais, da qualidade de vida e da manutenção da economia capitalista.

Ao longo da análise das revistas e artigos de *O Correio da UNESCO* a cooperação se mostrou um ideal presente nas ações propostas pela organização, ou por ela fomentada, para a abordagem das questões do meio ambiente. Com quem e para quem a UNESCO articulava suas metas de cooperação? Visando responder a esta questão, no segundo capítulo apresentamos a revista *O Correio da UNESCO*, sua estrutura e o contexto da publicação em língua portuguesa, indicamos o espaço ocupado pelos Estados-membros da UNESCO, por organizações governamentais e não governamentais, pela ONU e pela própria organização no debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento construído na revista e apresentamos os programas propostos pela UNESCO como instrumentos de cooperação para o meio ambiente.

No terceiro e último capítulo mapeamos as perspectivas de desenvolvimento apresentadas nos artigos de *O Correio da UNESCO*. Estas foram agrupadas em três temáticas direcionadoras do debate ambiental que se constrói na revista entre 1972 e 1992: as questões populacionais e o embate de teorias sobre o elo entre crescimento demográfico e crescimento econômico, a demanda por ciência e tecnologia como propulsores do desenvolvimento num contexto de reordenação das relações de poder entre Estados e as metas divulgadas na revista para a obtenção do desenvolvimento sustentável, com ênfase para as expectativas do país sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Brasil.

## CAPÍTULO 1 - MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: CRESCIMENTO ECONÔMICO, ECODESENVOLVIMENTO E O ADVENTO DO SUSTENTÁVEL

### 1.1. Primaveras e História Ambiental

Na corrida para o século XXI o último quarto do século passado foi o *loop da montanha russa* <sup>33</sup>. Década em que observamos a ampliação da base tecnológica, catástrofes científicas, perspectivas de um caos populacional, o ambientalismo, a dissolução do Estado de bem estar social, a implantação do capitalismo neoliberal, e a ampliação do papel do capitalismo associado à natureza.

Como exemplo dos eventos que iniciaram a subida neste *loop*, podemos citar a crítica à poluição e à sociedade de consumo feita por Rachel Carson em *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962. O livro realizou importante denúncia sobre o uso de efluentes sintéticos e pesticidas como o DDT, ao relatar seus danos, dentre ele a morte de aves <sup>34</sup>. Levando a inquietações sobre a qualidade do ar, da água, do solo, a saúde humana e a preservação das espécies animais e vegetais. Ao pautar as discussões a respeito dos efeitos do mau uso da alta tecnologia e da expansão da indústria química sobre o meio ambiente e o ser humano *Primavera Silenciosa* estimulou a sensibilidade pública e se constituiu em um dos símbolos do ambientalismo norte-americano.

Na esteira do florescer do movimento ambientalista e da agenda política sobre o meio ambiente, os trabalhos de Roderick Nash, Simon Schama, Keith Thomas, Donald Worster e Willian Cronon são relevantes na historiografia europeia e norte-americana

---

<sup>33</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp.33-34.

<sup>34</sup> Segundo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, o termo DDT refere-se ao diclorodifeniltricloroetano, inseticida que foi extensivamente usado na agricultura. De longa duração no ambiente e com propriedades carcinogênicas, é solúvel em lipídios e se acumula em tecidos adiposos de homens e animais. Atualmente o DDT faz parte da lista de poluentes orgânicos persistentes com produção e uso limitados. No entanto, derivados como o DDD (dichlorodiphenyldichloroethane) e o DDE (dichlorodiphenyldichloroethylene) ainda compõe parte significativa dos defensivos agrícolas utilizados hoje na agricultura. Disponível em:

<http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/laboratorios/fit/DDT.pdf>. Acesso em 03/06/2015.

sobre a abordagem da relação do homem com a natureza <sup>35</sup>. Ao lado destes trabalhos, o número especial da revista *Annales*, editado em 1974 com o título *Histoire et Environnement* e prefaciado por Emmanuel Le Roy Ladurie, também é exemplo de como os movimentos populares da década de 1960 lançaram no cotidiano dos historiadores franceses a semente do interesse pelos temas ambientais <sup>36</sup>.

A historiografia norte-americana da década de 1960-1970 sofreu os impactos dos movimentos sociais que questionavam a sociedade baseada no consumo. As pesquisas em história acabaram absorvendo os pontos de questionamento dos movimentos, tais como os ideais antielitistas, a ênfase no combate à hipocrisia e à alienação da sociedade americana em detrimento das lutas de classe e da miséria econômica de outros países, como os da América Latina <sup>37</sup>. Assim, nos Estados Unidos, o campo da História Ambiental se institucionaliza na passagem dos anos 1970 para os 1980, com a criação da *American Society for Environmental History* e com o periódico *Environmental History*, em 1977. Na Europa, a *European Society for Environmental History* e a revista *Environmental and History* são fundadas em 1999.

A História Ambiental é então formulada na década de 1970 em paralelo às conferências sobre a crise global e ao movimento ambientalista. Ela nasce de um sentimento coletivo de ameaça à existência humana, onde a catástrofe dos livros e filmes de ficção científica se apresentava como escatologias, como versões para o fim da sociedade como até então era conhecida. Como diz Worster, “ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial” <sup>38</sup>. Portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos. Mas “transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover” <sup>39</sup>. Como observa José Augusto Pádua, a emergência do enfoque ambiental da pesquisa histórica deve ser compreendida para além da responsabilidade social e

---

<sup>35</sup> Esses autores destacam-se pelos respectivos trabalhos: *Wilderness and the American Mind* (1967), *Paisagem e Memória* (1996), *O Homem e o Mundo Natural* (1996), *Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história* (2003), *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature* (1995).

<sup>36</sup> Ladurie, historiador, professor do Collège de France, foi entrevistado por *O Correio da UNESCO* em 1983. A entrevista, intitulada *O campo e seus valores*, foi publicada no número *Gente do Campo* em agosto daquele ano.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, João Rafael M. *História Ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013. p.31.

<sup>38</sup> WORSTER, D. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 4 (8). 1991. p.199.

<sup>39</sup> Idem. *Ibidem*. p.199.

politização da pesquisa, uma vez que esta também responde a movimentos internos ao mundo do conhecimento.

Esse movimento epistemológico, consolidado no final do século XX, poderia então ser apresentado em três bases: (1) a ideia de que a ação humana pode produzir impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação, (2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo, e (3) a visão da natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo <sup>40</sup>. Essa conjuntura levou ao que Donald Worster chamou de ampliação da análise histórica, uma vez que a história passaria então a investigar o papel e o lugar da natureza na vida humana <sup>41</sup>.

O período de formulação da História Ambiental como prática historiográfica e disciplina acadêmica corresponde assim a uma fase de especialização e multiplicação dos temas de pesquisa em paralelo ao diálogo e contato com outras ciências <sup>42</sup>. A necessária contribuição de disciplinas, como a ecologia, apresenta uma característica importante da abordagem historiográfica do meio ambiente: a interdisciplinaridade. Caráter adquirido ao combinar história natural com história social, com a finalidade de compreender os distintos aspectos de um período sintetizado pela disparidade entre necessidades vitais e interesses políticos e econômicos, não apenas locais e sim globais. Assim, a História Ambiental pode ser compreendida como um campo aberto a novas abordagens, novos temas e a procura contínua de novas metodologias.

Stefânia Gallini aponta que a História Ambiental na América Latina surgiu como resposta ética àqueles intelectuais latino-americanos que observaram com preocupação e muitas perguntas os imprevistos e distorções ambientais contemporâneos <sup>43</sup>. Estas inquietações correspondem à elevação do ambiente a *status* de política pública na década de 1980, resultante da pressão de órgãos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, o Programa das Nações Unidas

---

<sup>40</sup> PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da História Ambiental”. *Estudos Avançados*. 24 (68), 2010.p. 83.

<sup>41</sup> WORSTER, D. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 4 (8). 1991.p.199-201.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, João Rafael M.. *História Ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013. p.51.

<sup>43</sup> GALLINI, Stefânia. “Historia, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina”. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. *Nômadias*. Colômbia: UNIVERSIDAD CENTRAL. abr./2009. p.95.

para Desenvolvimento - PNUD, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Como observa Fernando Estenssoro Saavedra, nos países latino-americanos *meio ambiente e desenvolvimento* se apresentavam, na segunda metade do século XX, na forma de um só tema <sup>44</sup>.

Quando se fala da movimentação social de fins do século XX, a sociedade brasileira compartilha das transformações ocorridas, principalmente em torno da luta de operários, mulheres, negros, indígenas, seringueiros na Amazônia e ecologistas. Regina Horta Duarte aponta que a constituição destes movimentos sociais e ecológicos deu forma a novas percepções, proporcionando diferentes atitudes e interações com o meio ambiente. A historiadora ainda destaca que:

Nesse entrecruzamento de práticas sociais renovadas, a temática ambiental se faz cada vez mais presente na historiografia contemporânea brasileira e certamente se constitui no debate do historiador com seu tempo, mesmo que uma boa parte das obras em que o tema é tratado não se apresente como uma história ambiental. Certamente tal postura se faz também em diálogo com os acontecimentos internacionais, marcados por uma profunda crise global, pelo questionamento do desenvolvimentismo, por grandes desastres ambientais, pela ascensão de movimentos ambientalistas e pelo surgimento de uma historiografia norte-americana e europeia dedicada aos temas ambientais <sup>45</sup>.

No Brasil, a História Ambiental ganha espaço e torna-se objeto de reflexão e ação historiográfica a partir da década de 1990. José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond observam que a geração de autores das propostas de conservação da natureza no Brasil, nos anos 1990, dá enfoque a conservação da biodiversidade a partir do conhecimento científico e necessidade de negociar limites ao crescimento econômico. Ação que ocorre em contextos políticos hostis e de divergências entre as organizações que abordam o tema <sup>46</sup>. As questões ecológicas, intensificadas pela *Rio 92*, passam a exigir uma abordagem por parte das ciências humanas, assim como a formação de uma consciência ambiental.

O meio ambiente ganha então força como temática de destaque na pesquisa histórica com novas questões que ampliam a análise das relações entre homem e mundo

---

<sup>44</sup> ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p.135.

<sup>45</sup> DUARTE, Regina Horta. “Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil”. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 41, No. 2. 2005. p.147.

<sup>46</sup> FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto Drummond; TAVARES, Giovanna Galvão (Orgs). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp.333 – 334.

natural presentes na historiografia desde a primeira metade do século XX. Como aponta Martinez, a História Ambiental “consiste na busca de respostas diante de uma realidade histórica e concreta na vida cotidiana do século XXI, precedida e marcada pelas problemáticas do meio ambiente surgidas nos últimos cinquenta anos”<sup>47</sup>.

As relações homem-natureza foram abordadas por autores clássicos da historiografia brasileira, como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda<sup>48</sup>. No entanto os trabalhos do brasilianista Warren Dean se destacam como precursores da História Ambiental no Brasil, com destaque para as obras *A luta pela borracha no Brasil* (1989) e *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996). Outra contribuição importante nesse campo deve-se a revista *Estudos Históricos* que publicou em 1991 um dossiê sobre história e meio ambiente do qual faz parte o artigo “Para fazer História Ambiental”, do também americano Donald Worster<sup>49</sup>.

João Rafael Moraes de Oliveira em *História Ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean* observa que o historiador lançou luz sobre o tema do processo histórico do desenvolvimento econômico brasileiro. Sua obra traz à tona os efeitos socioambientais de uma mentalidade definida pelo sistema de *plantation* e concentração de renda, terra e poder. Como nos conta Oliveira, Warren Dean aborda as contradições do modelo de crescimento adotado pelos militares com ênfase na degradação ecológica por ele promovida<sup>50</sup>.

A perspectiva do desenvolvimento está presente no fazer historiográfico da História Ambiental, uma vez que se dedica ao processo de apropriação/transformação/destruição do mundo natural ao longo do tempo<sup>51</sup>. Oliveira, analisando *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, de Warren Dean, observa que por detrás do

<sup>47</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. “História Ambiental: um olhar prospectivo”. *Caderno de Pesquisa CDHIS*. Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011.p.24.

<sup>48</sup> *Nordeste* (1937), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *Monções* (1945).

<sup>49</sup> Esse artigo orientou, e ainda orienta, as pesquisas em História Ambiental em três níveis que se completam: “Ambientes naturais do passado”, “Modos humanos de produção” e “Percepção, ideologia e valor”. WORSTER, D. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 4 (8). 1991.p.209.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, João Rafael M. *História Ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013. p.58.

<sup>51</sup> Conferir: Willian Cronon (1991) *Nature's Metropolis*: Chicago and the Great West; Alfred Crosby (2002) *Imperialismo ecológico*: a expansão biológica da Europa, 900-1900; Warren Dean (1996) *A ferro e fogo - a história e a devastação da mata atlântica brasileira*; John McNeill (2001) *Something new under the sun*: an environmental history of the twenty-century world e Donald Worster (2004) *Dust Bowl*: The Southern Plains in the 1930s.

termo *destruição* há uma carga valorativa negativa que reflete um ideário conservacionista e um ponto de vista político. Pois vê na análise do mau uso dos recursos naturais no passado e suas consequências no presente um elemento propulsor de mudanças de atitudes para com o meio ambiente <sup>52</sup>.

Sobre este aspecto, Marcio Henrique Bertazi questiona sobre a possibilidade de rompermos com a história da destruição como única via da História Ambiental e pensarmos em uma história da desapropriação <sup>53</sup>. Se refletirmos sobre a historiografia ambiental, podemos observar que a narrativa da destruição é herdeira de um pensamento ligado aos anos 1960-1970 que traz como característica o conflito homem versus natureza. Com o advento do *desenvolvimento sustentável* na virada dos anos 1980 para os 1990, e da *sustentabilidade* e da *economia verde* no século XXI, a relação entre homem e natureza passa a ser pautada na ideia do convívio, o homem com a natureza. Mas as peculiaridades econômicas desta passagem deixam para nós historiadores a temática da desapropriação como potencial para uma abordagem social, pois no período os espaços antes pertencentes a comunidades familiares, sejam elas, locais, indígenas, quilombolas ou migrantes, foram incorporados ao moderno sistema de produção capitalista.

O elo entre meio ambiente e desenvolvimento, se mostra presente na trajetória das relações do ser humano com a natureza na passagem do século, permeando a reflexão sobre os modos de vida da geração pós Conferência de Estocolmo e pós *Rio 92*. Portanto, nossos pais e mestres e nós, seus filhos e alunos. De modo que hoje, grande parte de nossas ações cotidianas, tocam em algum ponto deste elo: como nos alimentamos, onde compramos nossas roupas, quais produtos usamos para nossa higiene, como descartamos nosso lixo, como construímos nossas casas, planejamos nossas famílias. O conceito de *pegada ecológica* <sup>54</sup> e os selos que garantem aos municípios uma suposta sustentabilidade, exemplificam como nossa sociedade hoje é construída sobre o signo do sustentável <sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, João Rafael M. *História Ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013. pp.145-146.

<sup>53</sup> BERTAZI, Marcio H. *Uma História Movida a Alcool: impactos ambientais no contexto canavieiro paulista (1975 a 2003)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013. p. 67.

<sup>54</sup> Do inglês *ecological footprint*, o termo, elaborado em 1992 por William Rees e Mathis Wackernagel, refere-se à quantidade de recursos naturais necessários para abastecer uma pessoa ao longo de sua vida, considerando-se os atuais padrões de consumo, calculando-se assim o impacto gerado por suas demandas.

<sup>55</sup> Como exemplo citamos o selo *Município VerdeAzul*, obtido por municípios paulistas a partir da elaboração e execução de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, definidas pelo programa homônimo cujo cumprimento garante liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição –

No entanto, não podemos esquecer que a ideia de natureza é construída por nós, humanos, ao longo do tempo, das gerações e de seus interesses imediatos. Nessa elaboração, devemos colocar que a reflexão sobre a natureza, é uma reflexão sobre o próprio ser humano, como esse se organiza em sociedade e a forma como esta sociedade se apropria e percebe o ambiente com o qual se relaciona. Partindo desse pressuposto, abordaremos neste primeiro capítulo três conjuntos de percepções e teorias sobre a apropriação da natureza pelo ser humano, em específico, sobre a sociedade capitalista e sua dinâmica de adaptação aos obstáculos de seu próprio crescimento: o *crescimento econômico*, o *ecodesenvolvimento* e o *desenvolvimento sustentável*.

## **1.2. Os Limites do Crescimento a Uma Terra Somente: meio ambiente e as disputas pelo crescimento econômico.**

Os padrões de produção e consumo decorrentes da era de ouro da economia capitalista geraram manifestações populares nos anos 1960 e foram objeto de estudos ao longo dos 1970. Entre os motivos, listamos os pontuados por Hobsbawm em *Era dos Extremos* ao abordar a revolução social e cultural vivida no ocidente ao longo dos anos 1950. O Estado de bem-estar social inaugura nossa lista, seguido por uma sociedade pautada no consumo, na qual objetos e costumes antes relacionados ao luxo tornaram-se padrão do conforto desejado. Continuemos. Uma cultura popular incorporada pela juventude. A formação de um individualismo moral em que as preferências individuais se sobrepuseram as coletivas. A aplicação de tecnologias de guerra no uso civil. A publicidade empresarial e a fragmentação das empresas em multinacionais. O crescimento populacional dos países do Terceiro Mundo. A crescente divisão do trabalho. O caráter desigual da distribuição da produção e renda, uma vez que estas se restringiam aos países capitalistas desenvolvidos. O alargamento do fosso entre estes e os países não desenvolvidos. A poluição e a deterioração ecológica decorrente da exploração econômica.

O cenário levou a uma reavaliação da situação de dependência entre o ser humano e o planeta, da qual emergiram teorias questionadoras da carga máxima de crescimento

suportado pela Terra, uma esfera pequena e frágil e que poderia não resistir por muito tempo aos níveis de crescimento, principalmente o populacional <sup>56</sup>. Dentre os estudos de repercussão na virada dos anos 1960-1970, o relatório *Limites do Crescimento*, figura como um catalizador das discussões acerca das expectativas em torno da existência, ou não, de um limite ao crescimento econômico. O relatório fora elaborado para divulgar os resultados da primeira fase do *Um Projeto sobre o Dilema da Humanidade*, estudo realizado pelo Clube de Roma em parceria com o MIT - *Massachusetts Institut of Technology* e apoio financeiro da Volkswagen Foundation. Nele se defende a tese de que a manutenção das tendências de crescimento exponencial da população, incluindo industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais, levaria o planeta ao limite em um prazo de cem anos <sup>57</sup>.

Os resultados obtidos pelo estudo objetivavam incentivar a compreensão dos componentes econômicos, políticos, naturais e sociais da sociedade capitalista e encorajar ações mitigadoras dos problemas ambientais em curso <sup>58</sup>. No entanto, foram objeto de críticas: os resultados foram elaborados com base em dados aplicados a modelos de cálculo computadorizados. Método que causou desconfiança dentro e fora da comunidade científica, em parte pela parcialidade dos dados utilizados como matriz, que tendiam a oferecer respostas apenas às preocupações de países já industrializados, e também pela falta de confiança em resultados gerados por computadores, ainda incomuns, mesmo no meio científico.

Dentre todas as variáveis, a do crescimento demográfico fora o pivô das polêmicas desdobradas a partir do estudo. O aumento populacional ocorrido no pós Segunda Guerra Mundial, particularmente nos Estados Unidos, conhecido como *Baby Boom*, somado à maior nutrição e fertilidade da população, obtida com o aumento da produção de alimentos no mesmo período, contribuíram para a duplicação da população mundial entre as décadas de 1950 e 1980 <sup>59</sup>. A estimativa do aumento populacional após 1950, segundo Douglass North, fora de 1,7% ao ano, fazendo com que a população mundial ultrapassasse os 4

---

<sup>56</sup> MEADOWS, Donella H. [et ali] *Limites do crescimento*: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. Trad. Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973. p.18.

<sup>57</sup> Idem. Ibidem. p.20.

<sup>58</sup> McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*: a história do movimento ambientalista. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 86.

<sup>59</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.256.

bilhões de habitantes nos anos 1980. No Brasil, a taxa média de crescimento fora de 2,8% ao ano, a maior do século XX <sup>60</sup>. Tais índices alimentaram o receio de que o mundo vivenciasse uma explosão demográfica em curto período de tempo, o que esgotaria os recursos naturais da Terra necessários à manutenção da sociedade de consumo, particularmente de seu crescimento econômico.

Deste modo, assistimos após a Segunda Guerra Mundial a uma mudança de escala que afetou as três dimensões do impacto ambiental: a *população* com o *baby boom* do pós-guerra, a explosão do *consumo* devido à multiplicação dos eletrodomésticos e carros individuais e a *tecnologia*, particularmente com a química industrial <sup>61</sup>. O crescimento exponencial da população e seu vínculo com as bases da sociedade de consumo alimentaram assim o neomalthusianismo pós anos 1970.

No pensamento organizado em torno do estudo *Essay on Population* (1798) de Thomas Malthus, o crescimento da população é exponencial caso não regulado pela guerra e pela peste. Os neomalthusianos, por sua vez, defendiam a estabilidade populacional não pelo aumento das taxas de mortalidade, mas sim pela redução das taxas de fecundidade. No neomalthusianismo, observado na década de 1970, o crescimento exponencial da população é percebido como uma das causas principais da pobreza e da degradação do meio ambiente, podendo ser controlado por um conjunto de doutrinas e práticas apoiadas por organizações internacionais e governos, como as políticas de planejamento familiar <sup>62</sup>.

Caos e catástrofe permeavam as perspectivas de um crescimento populacional exponencial incontrolável que excedesse a capacidade da Terra para alimentar e abrigar seus habitantes. Imaginário permeado pela *autodestruição*, pela percepção de um *planeta finito* e pela substituição da ideia de progresso pela ideia de *incerteza*. Do modo que ambos atuaram sobre as interpretações dadas à dinâmica da relação homem-ambiente <sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Douglass C. North APUD VEIGA, José Eli da. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. p.99.

<sup>61</sup> LENÁ, Phelippe. “Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate”. In: LENÁ, Phelippe & NASCIMENTO, Elimar (Org.) *Enfrentando os limites do crescimento econômico: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 23- 44.

<sup>62</sup> MARTÍNEZ-ALIER, Joan. “Justiça ambiental e decrescimento econômico: a aliança dos dois movimentos”. In: LENÁ, Phelippe & NASCIMENTO, Elimar (Org.) Op.Cit. pp. 55 – 78.

<sup>63</sup> Conferir. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp. 522-530. e ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 46.

Fernando Estenssoro Saavedra elenca cinco motivos a partir dos quais o imaginário da destruição é concebido. Sendo eles a ameaça nuclear, a mudança climática do planeta definida pela alteração da temperatura média da superfície da Terra, os danos à camada de ozônio devido ao uso de clorofluorcarbonos - CFCs, a destruição da cobertura florestal e a crescente produção de resíduos industriais urbanos. Acrescentamos neste caleidoscópio o olhar lançado a Terra a partir do espaço e a chegada do homem à Lua. Ambas as ações formaram uma imagem que, segundo Walter Porto-Gonçalves, se tornaria um duro golpe na visão antropocêntrica. “A Terra era um planeta finito solto num espaço infinito, ideias que começam a deixar de serem conceitos filosóficos e científicos para se tornarem imagem. E, a partir dessa época, a imagem, tornar-se-ia cada vez mais poderosa”<sup>64</sup>. Para Hobsbawm, vivia-se então, um tempo de incertezas, no qual, embora a economia e os hábitos estivessem estritamente vinculados ao universo da ciência, a população desconhecia o processo científico e seus resultados e, mesmo os cientistas não tinham o total controle das consequências de seu trabalho<sup>65</sup>.

Em *Limites do Crescimento*, encontramos a síntese do imaginário catastrófico, uma vez que, em seu texto, qualquer quantidade crescendo exponencialmente é apresentada como propulsora de um ciclo positivo de realimentação. De modo que o aumento da industrialização no mundo levaria ao crescimento da população e a população crescente provocaria o incremento das atividades industriais, aumentando proporcionalmente o uso dos recursos naturais e os índices de poluição numa vertigem autodestrutiva. Situação caótica que, uma vez mantida, levaria ao fim da organização atual da sociedade, principalmente quanto a sua base energética fóssil, o petróleo, motor do progresso industrial ao longo do século XX.

No entanto, segundo *Limites do Crescimento*, era possível alterar esta tendência através de uma estabilização econômico-ecológica. Sendo a Terra um sistema finito, os recursos do planeta eram escassos demais para permitir que todos os países se industrializassem. Nessas circunstâncias:

1- A fonte de capital e a população deve[riam] ser constantes em tamanho. A taxa de natalidade igual à de mortalidade e a de investimento igual à de depreciação.

<sup>64</sup> PORTO- GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.11.

<sup>65</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp.504-536.

2- Todas as taxas de aplicação de recursos e de produção - nascimentos, mortes, investimentos e depreciação – deve[riam] ser mantidos dentro de um mínimo.

3- Os níveis de capital e de população e a sua proporção deve[riam] ser fixados de acordo com os valores da sociedade <sup>66</sup>.

Diante de um futuro incerto, a população e o capital, dependentes de recursos naturais insubstituíveis, deveriam manter-se constantes. Solução que ficou conhecida como *crescimento zero*.

Cabe aqui ressaltar que, no contexto dos anos 1970, falar em desenvolvimento significava falar de crescimento econômico. De modo que a proposta de crescimento zero lançada pelo Clube de Roma colidiu frontalmente com a crença no progresso econômico linear, mantida pelos estadistas dos países então chamados de Terceiro Mundo. Significando um embrutecimento na relação Norte-Sul, com um esmagamento das supostas pretensões de desenvolvimento dos países periféricos <sup>67</sup>.

Devemos considerar que embora a sociedade de consumo norte-americana já houvesse consolidado uma taxa constante de expansão, havia no restante do mundo uma expectativa pela aquisição deste padrão econômico, social e cultural <sup>68</sup>. Assim, a premissa de que a deterioração ambiental poderia se tornar um obstáculo ao crescimento econômico se desenha como uma das questões centrais a respeito da relação entre meio ambiente e desenvolvimento nos vinte e um anos compreendidos em nossa pesquisa.

A crença compartilhada pelos países em vias de desenvolvimento era a de que à medida que as sociedades se tornam mais ricas e industrializadas, menores seriam os problemas ambientais. Os representantes dos países em desenvolvimento confiavam na capacidade tecnológica do industrialismo de superar os limites naturais e acreditavam que o crescimento se encarregaria de gerar os recursos necessários para se cuidar do ambiente <sup>69</sup>. O desenvolvimento é então visto como uma consequência natural do crescimento

---

<sup>66</sup> MEADOWS, Donella H. [et ali] *Limites do crescimento*: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. Trad. Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.p. 171.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Leandro Dias de. “Os Limites do Crescimento 40 anos Depois”. *Revista Continentes*. (UFRRJ), Ano 1, n. 1, 2012. p.79.

<sup>68</sup> VIEIRA, Lúcio Flávio. *O círculo fechado do consenso neoliberal*. planejamento regional, desenvolvimento sustentável e planejamento no nordeste. Tese. Universidade Federal de Pernambuco: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2002. pp.380-382.

<sup>69</sup> VEIGA, José Eli. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. p.11.

econômico <sup>70</sup>. Assim posto, a crise ambiental acaba por se configurar como crise da ideia de desenvolvimento <sup>71</sup>.

Observamos aproximações e tensões entre perspectivas técnico-científicas e questões culturais e políticas <sup>72</sup>. Na esfera das instituições intergovernamentais como a ONU e a UNESCO tais aproximações se configurariam com a realização da Conferência do Meio Ambiente Humano, no ano de 1972. Segundo Estenssoro Saavedra, em Estocolmo, o sistema internacional representado na ONU, assume a necessidade de neutralizar e impedir uma crise ambiental global <sup>73</sup>. Wagner Costa Ribeiro coloca que:

O modelo de desenvolvimento adotado pelos países centrais e por parte dos países periféricos gerou impactos ambientais que se sobrepoem aos limites territoriais dos Estados. O sistema internacional não contava com o mecanismo de regulação na área ambiental das relações entre seus integrantes [...] Foi preciso criar normas de conduta para evitar a degradação da vida <sup>74</sup>.

Como desdobramento da “Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso e Conservação Racional dos Recursos da Biosfera”, realizada sobre os auspícios da UNESCO em 1968, a Assembleia Geral da ONU aprovou, em 1971, os preparativos da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano. Diferentemente de 1968, as preocupações postas à mesa em Estocolmo ultrapassaram a esfera científica, centrando-se em questões políticas, econômicas e sociais mais amplas, com destaque para a efetiva atuação dos países em desenvolvimento. Fato que lhe conferiu maior impacto público e político <sup>75</sup>.

A Comissão Preparatória da conferência deveria elaborar programas educativos e de treinamento técnico e administrativo que incorporassem conceitos ecológicos com a

---

<sup>70</sup> Esta crença pautava-se no defendido por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (1776). Para Smith a expansão do funcionamento dos mercados e os respectivos ganhos em escala de produção, levariam a redução dos custos médios e o que permitiria gerar lucros que ampliariam as possibilidades de emprego da mão-de-obra economicamente ativa, o que incrementaria a renda da população e, no longo prazo, levaria a uma redistribuição de renda entre o capital e o trabalho.

<sup>71</sup> Conferir em: ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. W. L. Maar. São Paulo: Edunesp, 1995, e VIEIRA, Lúcio Flávio. *O círculo fechado do consenso neoliberal: planejamento regional, desenvolvimento sustentável e planejamento no nordeste*. Tese. Universidade Federal de Pernambuco: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2002.

<sup>72</sup> PORTO-GONÇALVES, C.W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp.28-29.

<sup>73</sup> ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014 p.16.

<sup>74</sup> RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001. p.12.

<sup>75</sup> McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. pp.97-99.

finalidade de facilitar a compreensão dos problemas existentes entre meio ambiente e desenvolvimento e aperfeiçoar os conceitos, acordos e possibilidades de ação neste campo. Assim, organizou uma série de estudos prévios à Conferência a fim de transmiti-los aos países participantes e criar alianças entre cientistas e autoridades públicas. Dentre estes estudos, o relatório *Uma Terra Somente*, organizado por Bárbara Ward e René Dubos a pedido de Maurice Strong, secretário da Conferência, teve repercussão durante e após as atividades de Estocolmo.

Seriam os homens simplesmente primatas superiores, e como tais, sua importância não seria maior que a de outros componentes do ecossistema? Ou o Homem ocuparia um lugar especial na Natureza? Poderia o Homem continuar conservando sua condição humana num ambiente violado? <sup>76</sup>. A superioridade ou não do homem sobre a natureza e a continuidade da sua condição humana eram questões centrais no texto de *Uma Terra Somente*. O uso ou não da maiúscula – Homem ou homem, Natureza ou natureza – indica o espaço que tais questões, lançadas em decorrência do movimento ambientalista, em consolidação desde a segunda metade dos anos 1960, ocupavam em um contexto de compreensão e ressignificação do lugar do homem no mundo.

Diante destas questões, alguns elementos são sugeridos pelos autores de *Uma Terra Somente* como foco de preocupação dos estadistas envolvidos no planejamento da Conferência. Seriam eles: a carência de alimentos e comodidades, o esgotamento dos recursos naturais, o acúmulo de poluentes ambientais, o aumento da população e a “ameaça a valores naturais que transcendem as necessidades orgânicas”. Assim, o Homem - com maiúscula - deveria aceitar a responsabilidade de administrar um planeta quase inteiramente povoado. Sendo que *administração* implicaria governo para o bem comum, de maneira que às Nações Unidas caberia “definir o que deveria ser feito para manter a Terra como um lugar adequado para a vida humana, não somente agora, mas para as gerações futuras” <sup>77</sup>.

É a essa responsabilidade e necessidade de administração da Terra que a efetivação de um *ambiente humano*, estaria relacionada. De acordo com o texto:

---

<sup>76</sup> WARD, B; DUBOS, R. *Uma Terra Somente. Uma terra Somente*. Trad. Antônio Lambert. São Paulo: Edgar Blücher, Melhoramentos, Ed. Universidade de São Paulo, 1973. p. 20.

<sup>77</sup> Idem. Ibidem. p.21

O estabelecimento de um ambiente humano desejável significaria mais que a manutenção do equilíbrio ecológico, que o controle econômico dos recursos naturais e mais que o controle das forças que ameaçam a saúde biológica e mental. Idealmente requer também que os grupos sociais e indivíduos tenham a garantia e oportunidade de desenvolverem estilos de vida e ambientes de sua própria escolha <sup>78</sup>.

Na perspectiva dos autores, os mecanismos da relação do ser humano com sua sociedade e natureza se davam pela atuação do “Homem” em seu meio, onde ele não somente sobreviveria, mas modelaria e seria modelado. Ou seja, uma constante e recíproca troca entre o homem e ambiente. Estocolmo deveria então formular os problemas inerentes às limitações da Terra e projetar padrões de comportamento coletivo compatíveis com o continuo florescer de civilizações. O processo de descolonização da África e da Ásia traz os Estados em formação para o debate do crescimento econômico. Como observa Hobsbawm, o Ocidente fora visto por estes novos Estados como sociedades modelo, pois geraram progresso devido à forma de poder, cultura, riqueza e desenvolvimento técnico-científico <sup>79</sup>. Assim, a efetivação de um *ambiente humano*, objetivo de longo prazo da Conferência, deveria “restaurar o equilíbrio e a esperança, moderar os desesperos e as pressões, e fixar normas comuns para a obtenção de uma política viável” <sup>80</sup>.

Por sua vez, o destaque dado à poluição em *Uma Terra Somente* repercutiu na Conferência, incomodando os países em desenvolvimento. Tomando como modelo a sociedade norte-americana o relatório relaciona a poluição do ar e da água às atividades industriais e domésticas, à ação do uso de pesticidas e fertilizantes agrícolas e ao fator urbano. Segundo Bárbara Ward e René Dubos, a poluição era o mais preocupante dos problemas gerados pela alta tecnologia, sendo o setor industrial o líder da produção de poluição, seguido pelos automóveis e usinas geradoras de energia. Para os autores, teria chegado o momento em que a sociedade deveria reconhecer que as necessidades de um ambiente mais saudável - ar puro, água limpa, solo não poluído, cidades decentes - eram indispensáveis à sobrevivência das comunidades.

<sup>78</sup> WARD, B; DUBOS, R. *Uma Terra Somente. Uma terra Somente*. Trad. Antônio Lambert. São Paulo: Edgar Blücher, Melhoramentos, Ed. Universidade de São Paulo, 1973. p. 25.

<sup>79</sup> Hobsbawm observa que não necessariamente os Estados do Ocidente eram tomados como modelo. As opiniões das elites que lideraram os processos de independência na África e na Ásia poderiam ir de uma recusa irrestrita aos valores de seus antigos colonizadores a uma convicção de que só a adoção de suas inovações poderia preservar ou restaurar os valores específicos da civilização nativa. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp. 199-201.

<sup>80</sup> WARD, B; DUBOS, R. Op. Cit. p.66.

O cidadão deveria aprender a ver sua provisão de recursos naturais como uma necessidade primordial que a “Natureza” pode ter proporcionado livremente no passado, mas que daquele momento em diante se tornaria parte do orçamento essencial da “civilização do Homem”<sup>81</sup>. Limiar, interdependência e complexidade eram tidos como três princípios que deveriam se ter em conta neste contexto. Ideias chave que incorporavam o tom alarmista presente em *Limites do Crescimento* e que já haviam desagradado os países do Sul. Na disputa entre crescimento zero e crescimento econômico, encontramos respectivamente organizações não governamentais e países industrializados do Norte de um lado e países periféricos do Sul de outro.

Miguel Ozório de Almeida, Diretor da Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo, apresenta seu descontentamento com o rumo das discussões Norte-Sul no número *Só temos uma Terra*, de *O Correio da UNESCO*, publicado em março de 1973. Seu artigo, intitulado *O mito do equilíbrio ecológico*, deixa clara a posição do Brasil, uma das vozes dos países latino-americanos:

Na Conferência de Estocolmo os países desenvolvidos adotaram uma atitude em virtude da qual se atribuem, graças ao seu desenvolvimento, um direito especial à salvação e à perpetuação, transferindo para os povos subdesenvolvidos, cuja população é mais numerosa, a responsabilidade de abrir o espaço necessário na Terra. [...] Se todos os povos compartilham de recursos, deveriam compartilhar também o poder econômico, sua produtividade industrial e seu controle financeiro. E, já que os países desenvolvidos julgam inconcebível esta solução, é lógico que a primeira será inconcebível para os países subdesenvolvidos<sup>82</sup>.

Os países do grupo outrora chamados por Terceiro Mundo apontavam a existência de uma poluição originada não pelo excesso da produção industrial, mas sim por sua escassez. A forma de degradação mais grave era a poluição constituída pela pobreza e o subdesenvolvimento.

O grande dilema dos países que tentavam quebrar a barreira ao desenvolvimento, era conciliar as ideologias do *ecologismo* – rejeição do desenvolvimento em nome do equilíbrio ecológico – e do *economismo* – desenvolvimento a qualquer preço conduzindo à ecodestruição<sup>83</sup>. O problema, portanto, estava na dualidade entre nações ricas e pobres e

<sup>81</sup> WARD, B; DUBOS, R. *Uma Terra Somente. Uma terra Somente*. Trad. Antônio Lambert. São Paulo: Edgar Blücher, Melhoramentos, Ed. Universidade de São Paulo, 1973. p.97.

<sup>82</sup> ALMEIDA, Miguel Ozório de. “O mito do equilíbrio ecológico”. *O CORREIO DA UNESCO. Só temos uma Terra*. Ano01, n.01. Mar./1973, p.28.

<sup>83</sup> MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: IGEOG-USP, 1981. p.21.

na contradição irônica existente na determinação posta pelos países desenvolvidos de que os países em desenvolvimento não podiam esgotar os seus recursos naturais, ao passo que eram aqueles países que mais os consumiam.

A situação descrita acima indicava que a *questão ambiental* não poderia ser entendida apenas como poluição resultante do impacto da industrialização e, como tal, privilégio das nações ricas:

A antinomia entre nações ricas e pobres na questão ambiental não pode ser vista em termos de que as primeiras devem ter mais lucros para canalizar parte deles à despoluição enquanto os segundos forneçam ‘oxigênio’ purificador de suas florestas virgens e assegurem as matérias-primas necessárias ao bem-estar dos primeiros <sup>84</sup>.

Deste modo, a *questão ambiental* nos países em desenvolvimento não deveria ser referenciada apenas quanto aos aspectos de impacto e degradação do contorno natural. As diferenças entre eles seriam as funções das estratégias (*modus*) e do grau (*quantum*) agindo na difícil tarefa de desenvolver-se. Tarefa na qual as normas, muitas vezes, eram ditadas de fora, a mercê de uma posição econômica periférica e dependente.

Diante da repercussão de *Limites do Crescimento* e da forte oposição dos países em desenvolvimento aos debates acerca da redução da poluição à custa de um recuo em suas políticas de industrialização abordado em *Uma Terra Somente*, a Declaração de Princípios e o Plano de Ação, elaborados ao fim da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, proclamavam que:

2. A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um dever de todos os governos.

4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais está motivada pelo subdesenvolvimento. [...] Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico <sup>85</sup>.

E divulgavam dentre os princípios concessões favoráveis aos países em desenvolvimento. Neles podemos observar que a Conferência reconhecia que:

---

<sup>84</sup> MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: IGEOG-USP, 1981. p.22.

<sup>85</sup> ONU. *Declaração da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano*. Disponível em [www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc). Acesso em: 03/01/2015. p.01.

#### Princípio 8

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

#### Princípio 9

As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.

#### Princípio 10

Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos.

#### Princípio 11

As políticas ambientais de todos os Estados devem estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não devem restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais devem tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as conseqüências econômicas que podem resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional<sup>86</sup>.

Ao observarmos os excertos da Declaração de Estocolmo destacados acima, vemos que a posição desenvolvimentista saiu vencedora do embate de ideias. O documento apresenta uma síntese das discussões anteriores e, principalmente, esboça a participação ativa das comissões dos países do Terceiro Mundo contra as restrições e salvaguardas postas pelos países industrializados ao seu desenvolvimento econômico. Como consequência, houve uma “divisão internacional dos riscos técnicos do trabalho”, ou seja, filiais de transnacionais que causavam poluição instalaram-se em países que não adotaram as restrições negociadas na Conferência<sup>87</sup>.

Os resultados de Estocolmo não se configuraram em intervenções diretas na administração dos governos, mas sim como inventariação dos problemas e reunião das medidas que deveriam ser empreendidas. Assim, definindo os resultados da Conferência de Estocolmo temos (1) seu caráter político que se desdobrou no fomento a criação de políticas públicas ambientais, (2) a forte discussão econômica que permeou os debates com

<sup>86</sup> ONU. *Declaração da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano*. Disponível em [www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc). Acesso em: 03/01/2015. pp.03-04.

<sup>87</sup> RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001.p.80.

foco nas potencialidades e impasses do desenvolvimento econômico, em decorrência da crítica às propostas de desaceleração da industrialização no Sul em favor da redução da poluição mundial e (3) a passagem de um diálogo antes marcadamente científico para um diálogo político, econômico e social.

Na Conferência a identificação e discussão das mudanças necessárias se sobrepôs a implantação de soluções. Pontos fundamentais para que estas se efetivassem ainda se apresentavam como pontos difíceis a serem resolvidos. A necessidade de vincular instituições, metodologias e novas percepções às temáticas eram alguns destes pontos. O único resultado concreto, nos referindo à institucionalização, foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA <sup>88</sup>.

A redução da oferta de petróleo, a partir de 1973, desaquece a implantação do plano de ação resultante da Conferência de Estocolmo. A crise, ao colidir com os projetos de modernização dos Estados periféricos, eleva o potencial de depredação da natureza, uma vez que os leva a explorar com afínco as reservas energéticas disponíveis na ânsia de alavancar seus sistemas de produção. A economia, dependente de quantidades crescentes de recursos naturais, entra em um ciclo de crescimento instável. A busca por suprir a demanda energética, somada ao declínio das taxas de crescimento econômico e à instabilidade das relações internacionais, configura-se como preocupação de primeiro plano e relega as problemáticas ambientais a um projeto futuro.

### **1.3. Novas perspectivas? Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável**

Podemos pontuar que historicamente o conceito de desenvolvimento têm dois sentidos. O primeiro está relacionado à evolução do sistema de produção, ao processo de acumulação e progresso técnico, com o objetivo de elevar a produtividade da força de trabalho. E o segundo diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas. Por sua vez, a utilização dos recursos naturais é característica presente nos dois sentidos. O que nos coloca diante do dilema: há uma maneira de conciliar a produção baseada na exploração

---

<sup>88</sup> Criado em 1972 em decorrência do estabelecido na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano para ser a autoridade ambiental global na promoção e implementação de políticas de meio ambiente no âmbito do sistema das Nações Unidas. ONU. *United Nations Environment Programme*. Disponível em: <http://www.pnuma.org/english/> Acesso em: 19/06/2015.

dos recursos naturais com a satisfação das necessidades da população sem degradar suas condições de existência?

A Mesa Redonda de Especialistas em Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em Founex, Suíça, em 1971, foi dedicada à superação do subdesenvolvimento, da miséria, da pobreza e superação da crise ambiental. Realizada como parte das atividades preparatórias da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, a reunião de Founex foi uma estratégia de Maurice Strong, secretário da Conferência, para evitar um boicote dos representantes dos países do sul ao evento. Diante de uma agenda que inicialmente estava alinhada aos impasses das nações industrializadas e que sugeria algumas restrições à dinâmica populacional e econômica dos países com economias em desenvolvimento, Founex permitiu instalar nas discussões de Estocolmo o tema da proteção ambiental como uma face da ideia de desenvolvimento, concepção presente no pensamento econômico latino-americano <sup>89</sup>. A perspectiva de Founex acabou por oferecer a base para o conceito *ecodesenvolvimento*.

Lançada por Maurice Strong, a palavra *ecodesenvolvimento* recebeu sua conceituação pelas mãos de Ignacy Sachs nos contínuos textos e projetos de planejamento por ele preparados ao longo das décadas de 1970 e 1980. Partindo da aspiração inicial de definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, podendo também estendê-lo às cidades, o *ecodesenvolvimento*, em síntese, rejeita a reprodução pelos países do Sul dos modelos de industrialização dos países industrializados, como idealizado anteriormente pelos teóricos desenvolvimentistas, e argumenta a favor de um reordenamento econômico dos espaços de produção a partir da valorização de estilos de vida e saberes locais vinculados aos seus ecossistemas, a fim de promover a geração de emprego e renda com aspirações à maximização do tempo livre do trabalhador.

A obra de Ignacy Sachs organiza-se a partir do estudo comparado do desenvolvimento a que o autor descreve como sendo um jogo de espelhos nos quais se refletem, fragmentam e multiplicam as visões sobre a Polônia, o Brasil e a Índia. Considerados pelo autor símbolos da trajetória percorrida pelos países em desenvolvimento. Polônês, formado em economia no Brasil e doutorado na Índia, Sachs

---

<sup>89</sup> ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 128.

trabalha para desmitificar a premissa de que países não desenvolvidos economicamente não mais o seriam diante da nova realidade que se desenhava: a manutenção dos recursos naturais <sup>90</sup>.

Em artigo publicado em *IFDA Dossier*, em novembro de 1978, editado no Brasil em 2007, o autor aponta que:

O desenvolvimento deve ser considerado como um processo de aprendizagem social, como a capacidade crescente de uma comunidade ou de uma nação, em primeiro lugar, de projetar metas, ao mesmo tempo em que são mantidas as restrições externas impostas pela natureza e herdadas da história <sup>91</sup>.

Tais esforços dependeriam da superação da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico e da crítica às ideias de crescimento zero. Para o autor, a publicidade dada às previsões apocalípticas do Clube de Roma a respeito do esgotamento de alguns recursos naturais e da catástrofe ecológica pretensamente iminente enveredou por caminho errado. Pois, era o caráter selvagem do crescimento que deveria ser questionado <sup>92</sup>.

Pressupor que a taxa de exploração da natureza está relacionada apenas com a taxa de crescimento econômico é por Sachs apontado como errôneo. Era necessário afastar a solução de se substituir o crescimento pelo não crescimento do produto material, pois mesmo que empregada em uma sociedade totalmente igualitária, não minimizaria os fluxos de energia. O desafio consistiria na redefinição das formas, conteúdos e usos do crescimento e não em sua desistência, pois uma economia estacionária também consumiria recursos.

A partir de uma perspectiva econômica pautada no ecodesenvolvimento, a questão sobre qual estilo de desenvolvimento optar deveria considerar suas finalidades (que) e instrumentos (como). Em busca de tal resposta, interessaria explicitar os estilos de desenvolvimento ecologicamente prudentes e socialmente justos de cada comunidade em busca do que denomina “dupla função ética do desenvolvimento”: as finalidades sociais e

---

<sup>90</sup> PEGUIM, C. N. “Ignacy Sachs em busca do ecodesenvolvimento”. In: MENARIN, Carlos Alberto; BERTAIZI, Marcio Henrique (Orgs.). *Anais da XXXI Semana de História "Palavra e Destino Comum"*. Assis/SP: FCL/Assis, 2015. e-book - ISBN: 978-85-66060-12-6. pp.512-523.

<sup>91</sup> SACHS, Ignacy. “Crises do mau desenvolvimento no Norte: uma saída”. In: SACH, Ignacy. VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007 [1978]. pp.110.

<sup>92</sup> SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Trad. Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 a [1982]. p.28.

cuidados com as gerações vindouras. Tarefa para qual a ecologia é convidada a participar atuando na revisão conceitual e instrumental da economia <sup>93</sup>.

Analisando as discussões em andamento ao longo dos anos 1970, Sachs, em artigo originalmente publicado em 1979, aborda que:

A crise de desenvolvimento que hoje conhecemos é essencialmente uma crise do crescimento mimético. Refazer, no Terceiro Mundo, o caminho percorrido antes pelos países industrializados resultará, no melhor dos casos, em recriar a sociedade industrial para uma minoria, assegurada à custa da marginalização das massas pobres dos campos e das cidades <sup>94</sup>.

Com o objetivo de orientar as discussões pertinentes às estratégias de desenvolvimento da ONU para a década de 1980, Sachs argumenta que os países do Norte deveriam reconhecer o caráter falacioso do crescimento imitativo e unilinear Norte-Sul que propaga a oferta de lições de desenvolvimento para o Sul como se tivessem obtido sucesso em seu próprio domínio <sup>95</sup>. Por outro lado, os países em desenvolvimento, ou do Sul, deveriam superar a desconfiança na inclusão da problemática ambiental em suas estratégias políticas, pois a questão da gestão da qualidade ambiental estaria vinculada as suas próprias histórias. Ou seja, ao passado colonial, a urbanização rápida acompanhada de industrialização e/ou projetos de desenvolvimento mal concebidos. Com tal pressuposto, Sachs aponta que:

torna-se impossível escapar das questões ambientais ao enfrentarmos os problemas do desenvolvimento. E seria insensato insistir no ponto de vista segundo o qual a gestão da qualidade ambiental e o desenvolvimento são antitéticos <sup>96</sup>.

Vemos que o autor propõe uma crítica à ideia de crescimento econômico como única solução às desigualdades econômicas e sociais. Assim, rejeita os modelos de transferência direta de tecnologia. Propõe em resposta um desenvolvimento fundamentado na lógica das necessidades sociais e não na da produção, mas que seja contínuo e

---

<sup>93</sup> SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Trad. Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 a [1982]. p.29.

<sup>94</sup> SACHS, Ignacy. “A invenção do futuro: prospectiva e planejamento”. In: *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. Trad. Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 b. p.22.

<sup>95</sup> SACHS, Ignacy. “Crises do mau desenvolvimento no Norte: uma saída”. In: SACH, Ignacy. VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.[1978]. pp.108.

<sup>96</sup> SACHS, Ignacy. “A gestão da qualidade do meio ambiente e o planejamento do desenvolvimento: algumas sugestões para a ação”. In: SACH, Ignacy. VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007. pp 35.

harmonizado com a gestão racional do ambiente, e que incluía uma redefinição de seus objetivos e modalidades de ação. O ambiente é uma dimensão do desenvolvimento a ser internalizada em todos os níveis de decisão <sup>97</sup>. Condições que estão na base da formulação da ideia de ecodesenvolvimento.

Em *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*, publicado em 1982, Ignacy Sachs aponta três princípios norteadores das propostas de ecodesenvolvimento: (1) o crescimento deveria processar-se numa base sustentada e com um horizonte de tempo estendido, (2) deveria seguir uma racionalidade social que minimizasse as mudanças e danos de natureza irreversível e (3) deveria garantir a proteção do ambiente físico no sentido estrito do termo <sup>98</sup>.

Por sua vez, tais princípios seriam dependentes de três condições para sua efetivação: (1) estratégias de desenvolvimento ambiental não poderiam resultar do “inter-jogo” não regulamentado das forças de mercado, embora fosse possível considerar diferentes graus de intervenção, (2) o acesso aos recursos deveria ser mais equitativo e se voltar para as necessidades locais, (3) uma maior racionalidade social deveria ser considerada como linha de orientação para o estabelecimento de políticas, não um conjunto de pré-condições rígidas <sup>99</sup>.

A transição para um estágio de ecodesenvolvimento deveria incluir o conhecimento da cultura e dos ecossistemas locais e o envolvimento dos cidadãos que nele habitam em atividades co-elaboradas com o planejador das estratégias de desenvolvimento. Desenho que vai à contramão da tendência centralizadora de gestão dos recursos naturais adotada à época por Estados e organizações internacionais. Os técnicos responsáveis pelas estratégias de desenvolvimento deveriam ultrapassar a visão ecológica determinista e o economicismo reducionista que opta por atribuir valor de troca aos recursos naturais. Eles deveriam ser considerados quanto ao seu valor de uso, de modo a que se pudesse compreender o cotidiano vivido para quem e com que se planeja <sup>100</sup>. Portanto de maneira antropológica e histórica, não de forma abstrata, pautada em estatísticas.

---

<sup>97</sup> SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Trad. Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 a. [1982].p.10.

<sup>98</sup> SACHS, Ignacy. Op. Cit. p. 74.

<sup>99</sup> Idem. Ibidem. p.75.

<sup>100</sup> SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. Trad. Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 b. pp. 77-78.

A ideia de ecodesenvolvimento, assim desenhada, vai à direção da promoção de uma alteração do equilíbrio de poder em favor da sociedade civil. De maneira que, para o autor, um dos principais desafios que se colocava à sociedade sobre a nova realidade da relação homem - natureza era reconhecer tal configuração política e trabalhar no sentido da institucionalização de uma democracia verdadeiramente participativa local, nacional e globalmente <sup>101</sup>.

O ecodesenvolvimento teve grande aderência por parte dos países em desenvolvimento, repercutindo nos círculos internacionais relacionados com o meio ambiente e o desenvolvimento. Vários são os atores e instituições que contribuíram para o debate sobre o conceito, tais como: Enrique Iglesias, Luis Echeverria, Raúl Prebisch, Osvaldo Sunkel, Josué de Castro, a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe – CEPAL e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Estes atores elaboraram teorias em prol da superação da cisão entre preservação do meio ambiente e o desenvolvimento, buscando a conciliação entre os conceitos. Pois, “para a América Latina a problemática ambiental não devia ser vista como um limite para seu crescimento e desenvolvimento, mas como um estímulo para buscar novos tipos de desenvolvimento” <sup>102</sup>. Era necessário conservar o patrimônio ecológico e cultural, mas também superar a miséria, o atraso e as desigualdades sociais e políticas.

Eles representam uma geração de economistas inspirada na cultura econômica dominante no período pós-guerra, no contexto de preparação de projetos de reconstrução da Europa, e que pregava a prioridade do pleno emprego, a importância do Estado de bem-estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados <sup>103</sup>.

Com o objetivo de dar continuidade às discussões encaminhadas em Founex, o PNUMA e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento –

---

<sup>101</sup> SACHS, Ignacy. “Crises do mau desenvolvimento no Norte: uma saída”. In: SACHS, Ignacy. VIEIRA, Paulo (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007. [1978] p.175.

<sup>102</sup> UNEP; Unctad. *Declaración de Cocoyoc*. Cocoyoc – México, UNEP, 1974. APUD ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 137.

<sup>103</sup> SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.31.

Unctad<sup>104</sup> convocaram em 1974 um novo seminário, desta vez a ser realizado no México, em Cocoyoc. A *Declaração de Cocoyoc*, documento final da reunião, apontava que:

A missão dos homens de Estado [...] consiste em tratar de encaminhar todos os povos, com todas suas diferenças e interesses, poderes e fortunas, até um novo sistema para alcançar os limites internos que permitem cobrir as mínimas necessidades humanas de toda a população mundial sem afetar os limites externos dos recursos nem ao meio ambiente do planeta<sup>105</sup>.

A Declaração de Cocoyoc foi um marco na trajetória da recepção do conceito de ecodesenvolvimento. Como analisa Estenssoro Saavedra, o documento:

tinha um claro acento terceiro-mundista, muito crítico da ordem mundial dominante, caracterizado pela hegemonia que os Estados Unidos e o restante das potências industriais do Primeiro Mundo exercia sobre ele. A Declaração de Cocoyoc se inspirava na teoria centro-periferia, ao enunciar que depois de quase cinco séculos de controle colonial, o poder econômico havia se concentrado em um reduzido número de países – o Primeiro Mundo – que nesta época controlavam as três quartas partes do ingresso mundial dos investimentos, dos serviços e a quase totalidade da pesquisa científica<sup>106</sup>.

No entanto, embora aclamado pelos participantes, ele entrava em conflito com a política de desaceleração da industrialização no Sul proposta pelos países do Norte. Assim, como nos conta Sachs:

Cocoyoc marcava uma virada na história. Uma luta efetiva contra o subdesenvolvimento demandava parar o sobredesenvolvimento dos ricos. Os países em desenvolvimento deviam se apoiar em suas próprias forças. [...] Dois dias depois, o secretário da ONU recebe um telegrama que diz, grosso modo: ‘O que é essa declaração de Cocoyoc? Mais uma história dessas e seremos obrigados a rever nossa atitude face ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cuja vocação é ocupar-se da despoluição’. Assinado: Henri Kissinger. Foi a partir daí que o ecodesenvolvimento se tornou uma palavra mal apreciada, desaconselhável mesmo, e progressivamente substituída em inglês pela expressão *sustainable development*...<sup>107</sup>.

Em 1974, Henri Kissinger era Secretário de Estado no governo do presidente Richard Nixon, função que continuou a desempenhar com a posse de Gerald Ford. Sua intervenção nas discussões encaminhadas em Cocoyoc, como nos conta Sachs, evidenciam o protagonismo do governo norte-americano nas políticas da ONU. Kissinger

<sup>104</sup> Criada em 1964 em resposta a descontentamentos dos países em desenvolvimento com as discussões então encaminhadas pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT. A Unctad é um fórum que oferece assistência técnica direta aos países desenvolvidos e com economias em transição. ONU. Unctad. Disponível em <http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>. Acesso em: 19/06/2015.

<sup>105</sup> ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 154.

<sup>106</sup> Idem. Ibidem. p. 156.

<sup>107</sup> SACHS, Ignacy. *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar, São Paulo: Cia. Das Letras, 2009. p. 243.

também foi responsável pela redação do documento *National Security Study Memorandum 200: Implicações do Crescimento da População* (NSSM200), também em 1974, desempenhando importante papel nas discussões encaminhadas pelo Ano Mundial das Nações Unidas para a População. Campanha abordada por *O Correio da UNESCO* e que será explanada no terceiro capítulo desta dissertação.

Flávio Lúcio Vieira argumenta que o veto ao termo *ecodesenvolvimento* demonstra que as expressões empregadas nas discussões políticas e econômicas devem ser aparentemente neutras para não conformar nem expor grandes contradições em seu uso<sup>108</sup>. O silenciamento da discussão sobre o *ecodesenvolvimento* no âmbito da ONU e sua substituição pela formulação da ideia de *desenvolvimento sustentável* se enquadra na aparente neutralidade apontada por Vieira, uma vez que *sustentável* passa a evocar uma face ecológica ao desenvolvimento, remetendo ao prefixo *eco* da ideia anterior. Mas o conteúdo ... será o mesmo? A tarefa de formulação da nova expressão foi atribuída à Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD.

A CMMAD foi instituída em Assembleia Geral da ONU, realizada no ano de 1983. Gro Harlem Brundtland, ex-Primeira Ministra da Noruega, foi denominada presidente da comissão e Mansour Khalid, ex-Ministro das Relações Exteriores do Sudão, nomeado vice-presidente. Ambos atuaram ao lado de representantes de 21 países reunidos pela primeira vez em outubro de 1984. Formada como um organismo independente, porém vinculado aos governos e ao sistema da ONU, as atribuições da Comissão se organizaram em torno de três objetivos:

[...] reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma ação mais firme<sup>109</sup>.

A síntese das atividades da Comissão foi publicada no relatório *Nosso Futuro Comum* e apresentado à Assembleia Geral da ONU em 1987. O documento estrutura-se em três partes voltadas respectivamente a *Preocupações Comuns*, *Desafios Comuns*, e *Esforços Comuns*, seguidos de Anexo com súmula dos princípios legais propostos e

<sup>108</sup> VIEIRA, Flávio Lúcio. *Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito*. In *Saeculum*, João Pessoa - PB, v. 10, p. 79-112, 2004. p. 89.

<sup>109</sup> CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p.04.

descrição dos trabalhos da Comissão. Sobre as preocupações em comum, Brundtland observa que era tarefa da Comissão propor reconsiderações sobre o desenvolvimento:

Percebemos que era necessário um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim o “desenvolvimento sustentável” é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas <sup>110</sup>.

Energia, agricultura, comércio, ambiente, economia e sociedade eram áreas de interesse, cujo caráter compartimentado começava a se diluir, pois a crise ambiental, desenvolvimentista e energética, ganhava caráter de uma crise una. Segundo Brundtland, o planeta estava atravessando um período de crescimento drástico e mudanças fundamentais, onde o crescimento da população, da atividade econômica e da produção industrial resultava em impactos sobre a biosfera. A tecnologia assumia um papel duplo, de “mola mestra” do crescimento econômico, ao estimular a desaceleração do consumo rápido dos recursos finitos, ao mesmo tempo em que trazia novos tipos de poluição. Correlação que criava vínculos inéditos entre a economia global e a ecologia global. Uma relação de interdependência ecológica e econômica entre as nações, o que envolvia questões de segurança nacional.

Para que a humanidade tornasse o desenvolvimento sustentável, teria que assumir o desafio comum de garantir que ele atenderia as necessidades do presente sem comprometer a capacidades das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. Conforme definição apresentada em *Nosso Futuro Comum*:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Este conceito, teria assim, dois conceitos-chave:

- o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras <sup>111</sup>.

O desenvolvimento econômico e social deveria seguir estes princípios de sustentabilidade. Considerando isto, os padrões de vida que estivessem além do mínimo básico só seriam sustentáveis se os padrões gerais de consumo tivessem por objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável ao longo prazo. Estes padrões deveriam estar

<sup>110</sup> CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p.04.

<sup>111</sup> Idem. Ibidem. p.46

dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos pudessem aspirar. O crescimento econômico é colocado como uma exigência do desenvolvimento sustentável, assim como a minimização dos impactos sobre a qualidade do ar, da água e de outros recursos e elementos naturais, a fim de manter a integridade global do ecossistema.

As medidas sugeridas em *Nosso Futuro Comum* estão vinculadas a esforços comuns direcionados a efetivação de uma reforma das instituições e uma cooperação internacional. Essas duas ações deveriam envolver intercâmbios econômicos internacionais que, segundo Brundtland, levariam a benefícios se atendessem a dois fatores: a garantia da manutenção dos ecossistemas dos quais depende a economia e o intercâmbio entre parceiros econômicos. As mudanças institucionais elaboradas e propostas pela Comissão diziam respeito a responsabilização das agências nacionais, econômicas e setoriais pela formulação de políticas, programas e orçamentos de apoio ao desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável.

Em relação aos países em desenvolvimento, estas medidas deveriam ser garantidas, em sua maior parte pelo Banco Mundial, em específico pela Associação Internacional de Desenvolvimento. O Banco Mundial poderia custear projetos e políticas benéficos ao meio ambiente enquanto o Fundo Monetário Internacional apoiaria objetivos de desenvolvimento mais amplos e de longo prazo. As empresas multinacionais também possuiriam parte da responsabilidade e importante papel na obtenção do desenvolvimento sustentável, desde que as negociações com os países em desenvolvimento oferecessem a estas condições que respeitassem seus interesses ambientais. Tais considerações deveriam se inserir num contexto de cooperação que gerasse um sistema econômico internacional voltado ao crescimento e a eliminação da pobreza.

Quanto à cooperação, as organizações regionais deveriam incorporar a proteção e a conservação do meio ambiente em suas metas e as agências internacionais, o Sistema das Nações Unidas e seu Secretariado Geral deveriam liderar a formação de núcleos capazes de avaliar, aconselhar, dar assistência e divulgar os progressos nesse sentido. Aos governos caberiam reforçar o papel e a capacidade dos órgãos de proteção ao meio ambiente e de administração de recursos. Medida colocada como necessária a muitos países industrializados, mas de maior urgência aos países em desenvolvimento.

Nesse sentido o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, deveria ganhar relevância perante os governos nacionais, pois seria a principal fonte de

coleta, avaliação e divulgação de dados sobre o meio ambiente, e o principal defensor e instrumento de mudanças de cooperação internacional em questões relativas à proteção dos recursos naturais e do meio ambiente, uma vez que, a avaliação dos riscos globais era uma das propostas voltadas a mudança institucional e legal. Para tanto, se deveria aprimorar e ampliar a capacidade de identificar, avaliar e divulgar os riscos de danos irreversíveis aos sistemas naturais e ameaças à sobrevivência, à segurança e ao bem-estar da comunidade mundial. Estas medidas seriam necessárias à obtenção de um desenvolvimento sustentável e dependeriam do apoio e do envolvimento de um público bem informado, de organizações não governamentais - ONGs, da comunidade científica e da indústria.

Observamos a partir da leitura destes parágrafos que a proposta de *desenvolvimento sustentável* contida em *Nosso Futuro Comum* lança a solução do uso e manutenção dos recursos naturais e das políticas de desenvolvimento à regulação do mercado. A perspectiva de uma reformulação dos modelos de produção por meio da atuação dos Estados em consonância com as suas necessidades nacionais, como proposto no conceito de ecodesenvolvimento, é descartado em nome da ação dos bancos internacionais. Os caminhos do desenvolvimento não passariam pelo crivo do planejador e das comunidades, mas sim pelas multinacionais e organismos internacionais.

Sobre o contexto, David Harvey aponta que a ascensão das reformas neoliberais no comércio internacional na década de 1980 abriu o mundo às forças transformadoras das finanças e do mercado. Um círculo vicioso de dívidas destruiu as expectativas de desenvolvimento dos países que não conseguiram mudar a base de sua exportação para a oferta de bens industrializados devido à queda no preço dos insumos e a alta dos produtos industrializados. Agravando assim a degradação ambiental, a desigualdade social em contraste com a restauração do poder de classe da economia com base em energia fóssil <sup>112</sup>. Flávio Lúcio Vieira observa que “essa abordagem criou a moda de ver o problema ambiental como resultado da pobreza e acaba por inverter a lógica da análise ao transformar em culpado quem na realidade é vítima do desenvolvimento capitalista” <sup>113</sup>.

Ignacy Sachs aponta que, de Founex ao Relatório Brundtland, a ênfase fora em mais crescimento econômico, com formas, conteúdos e usos sociais completamente

<sup>112</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 133.

<sup>113</sup> VIEIRA, Flávio Lúcio. *Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito*. *Saeculum*, João Pessoa - PB, v. 10, p. 79-112, 2004. p. 93.

modificados <sup>114</sup>. A Comissão Brundtland teria identificado pobreza e poluição, afirmando que só o crescimento do chamado Terceiro Mundo poderia torná-los mais sustentáveis. Assim, o desenvolvimentismo estaria mais do que vivo nestas propostas, numa tentativa de casar desenvolvimento e meio ambiente, mas sem nenhuma mudança mais radical da sociedade ou de seus valores, mascarando e fortalecendo, mais uma vez, um projeto hegemônico de capital internacional <sup>115</sup>. Sachs observa que:

Embora reconhecendo a ligação entre meio ambiente e desenvolvimento, o Norte insiste nos riscos ambientais globais e na responsabilidade compartilhada para tratá-los. O Sul, ao contrário, prioriza a agenda do desenvolvimento, alertando contra a imposição, por razões ligadas a crise ambiental, de novas condicionalidades sobre suas economias endividadas e carentes de recursos <sup>116</sup>.

Observamos aqui uma virada à contramão da tendência em opor crescimento econômico e conservação do meio ambiente, como observado nos anos 1970. No contexto de formulação da ideia de desenvolvimento sustentável, meio ambiente e ecologia estavam ligados ao processo de tomada de decisões de caráter político e econômico, que envolviam o uso dos recursos naturais de longo prazo, ou seja, não visavam ao equilíbrio, mas à otimização funcional do sistema. Assim, desenvolvimento econômico e meio ambiente se unem em um só conceito, reafirmado em 1992 com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD.

Aprovada na quadragésima terceira Assembleia das Nações Unidas, no ano de 1988, a CNUMAD tinha como objetivo avaliar tendências de políticas e ações dos países e organizações internacionais para proteger e aprimorar o meio ambiente. Ela também teria a função de examinar como os critérios ambientais haviam sido incorporados nas políticas e no planejamento econômico e social desde a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972. As questões deveriam ter a aliança entre desenvolvimento e conservação ambiental como foco - o que se expressa no conceito *desenvolvimento sustentável*, e deveriam centrar-se no estabelecimento de acordos internacionais que mediassem as ações antrópicas no ambiente. O Brasil foi escolhido como sede na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989.

---

<sup>114</sup> SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI*. In: SACH, Ignacy. VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007. p.179.

<sup>115</sup> DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.28.

<sup>116</sup> SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI*. In: SACH, Ignacy. VIEIRA, Paulo Freire (org). Op. Cit. p. 176.

O cientista político Elmar Altvater ironiza o objetivo da CNUMAD, centrado na união entre desenvolvimento econômico eficiente, justiça social distributiva e eficácia ecológica, definindo-o como a “quadratura do círculo” <sup>117</sup>. Para fundamentar sua afirmação de que desenvolvimento e meio ambiente são incompatíveis, Altvater parte da seguinte afirmação:

O desenvolvimento se realiza no espaço global, mas de modo extremamente descontínuo e não simultâneo nas diversas nações e regiões do mundo. Algumas das sociedades altamente industrializadas estão se transformando em países pós-industriais; deste modo, enquanto encarnação de modernização e de progresso, a industrialização torna-se parcialmente obsoleta, tomando certamente um significado diferente <sup>118</sup>.

O autor demonstra por meio de índices de crescimento baseados no PIB per capita, como o desenvolvimento, visto como sinônimo de industrialização, não é universalizável, pois, por mais que todos os países apresentem uma meta de crescimento anual, como os 3% sugeridos no Relatório Brundtland, os desníveis seriam mantidos. A respeito, comenta: “Um desenvolvimento visando a uma equiparação monetária aos níveis de renda per capita nos países industrializados é uma ousadia difícil, ou mesmo impossível, em face das condições iniciais atuais produzidas nas últimas décadas”. De modo que seria ilusório alimentar esperanças de que o mundo poderia atingir os níveis de industrialização dos países industrializados do norte. E conclui: “o desenvolvimento não ocorre num laboratório atemporal e independente de sua localização, mas num espaço natural e social, e em épocas históricas (no plural)” <sup>119</sup>.

Celso Furtado, em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, publicado em 1974, já abordava a ideia de que o desenvolvimento pautado na universalização do modelo de consumo dos países industrializados às grandes massas da população do Terceiro Mundo correspondia a um prolongamento do mito do progresso. Ideologia motora da sociedade industrial que, segundo o autor, era de grande utilidade ao mobilizar os povos da periferia para sacrifícios em prol de um suposto, mas não garantido, desenvolvimento econômico <sup>120</sup>. Furtado elaborara a tese de que o desenvolvimento econômico, ou seja, a ideia de que os países pobres poderiam desfrutar das formas de vida dos ricos, era irrealizável. As

<sup>117</sup> ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. W. L. Maar. São Paulo: Edunesp, 1995. p. 07.

<sup>118</sup> ALTVATER, Elmar. Op. Cit. p.22.

<sup>119</sup> Idem. Ibidem. p.22.

<sup>120</sup> FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p.75.

desigualdades existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos jamais seriam extintas, pois, ao passo que a renda real e o poder produtivo destes últimos aumentassem, os países já desenvolvidos também não estariam estagnados, mas sim em processo constante de expansão. O desnível e o descompasso seriam constantes.

Para Altvater, o modo de vida e de trabalho implícitos no modelo de industrialização capitalista estaria baseado em três fatores: (1) um elevado consumo energético e material, (2) disponibilidade de sistemas energéticos e de transformação materiais eficientes e inteligentes e (3) modelos ideológicos e instituições políticas e sociais reguladoras. Ou seja, a simples importação de tecnologias e a tentativa de se adotar características industriais não eram garantia de sucesso. Vejamos seus por quês:

Primeiramente, sistemas industriais são um todo complexo e dinâmico onde não basta a técnica. Os modos sociais, econômicos, culturais, políticos e ecológicos são componentes essenciais deste sistema, de forma que sua adequação gera, no mínimo, ônus:

As tecnologias transferidas não revelam em que contexto social se desenvolveram e que qualificações, competências culturais e hábito social necessitam para poderem ser aplicadas com sentido e como complexo social, como um sistema [...]. O produto individual trocado internacionalmente vem acompanhado, provavelmente de uma lista dos componentes, ou do plano de utilização, mas não vem acompanhado pela referência à infraestrutura social, econômica e técnica, necessária para tornar possível sua produção e conferir sentido ao seu uso<sup>121</sup>.

Em segundo lugar, é necessário considerar interferências globais, inclusive do ponto de vista ecológico. Especificamente quantos às reservas energéticas e matérias primas, os chamados *inputs* (entradas), e enquanto depósito para emissões industriais, ou seja, *outputs* (produção), ambos controladores do desenvolvimento industrial. Nas palavras do autor, desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca - e ao mesmo tempo incompatível. Uma vez que o meio ambiente oferece aporte à industrialização e esta responde em agravos ao meio ambiente quando este é alterado, há uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social.

Aqui reside o ponto central da problemática. Segundo Altvater, os problemas do nexos entre desenvolvimento e meio ambiente vêm à tona pela troca material através da relação social com a natureza. Ordem, desordem e regulação dos espaços de desenvolvimento estão submetidas a esta dinâmica que, ao final, gera dissipação da energia

---

<sup>121</sup> ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. W. L. Maar. São Paulo: Edunesp, 1995. p. 26.

submetida a este processo. O objetivo do desenvolvimento e a realidade deste entram em conflito, pois, se “desenvolvimento significa consumo de recursos e, portanto, também aumento da entropia e incoerência, desordem, assim de modo algum é evidente que, pela política de desenvolvimento, se realize o objetivo almejado da produção da ordem” <sup>122</sup>.

Observa:

No globo terrestre, a produção de ordem não acontece nem de maneira igual, nem simultânea, mesmo que no mundo inteiro o desenvolvimento siga um modelo determinado e uniforme de acumulação de capital e de regulação social. Em sua existência real, o modelo ocorre de um modo diversificado, plural, e por isso, contraditório <sup>123</sup>.

Ou seja, desenvolvimento e subdesenvolvimento são partes de um todo, produzidos simultaneamente e que extrapolam ou não se adequam a fronteiras nacionais. Demonstrando a incompatibilidade entre desenvolvimento econômico eficiente, justiça social distributiva e eficácia ecológica, bases da ideia de desenvolvimento sustentável. Círculos e quadrados são formas distintas e impossíveis de se encaixar com êxito.

A palavra *sustentável* na opinião de Elmar Altvater vai à contramão de análises teórica aprofundadas, pois seu uso e as expressões dela derivadas, tais como sustentabilidade ambiental, justiça ambiental e eficiência ecológica, dariam a impressão de que a eficiência técnica conquistada na sociedade industrializada desenvolvida deveria ser colocada a serviço da proteção dos recursos naturais e do meio ambiente. Contradições que expõem a vaguidão do conceito. A respeito, Wagner Costa Ribeiro comenta que:

Tendo como princípio conciliar crescimento e conservação ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável, por sua vaguidade, passou a servir a interesses diversos. De nova ética do comportamento humano, passando pela proposição de uma revolução ambiental até ser considerado um mecanismo de ajuste da sociedade capitalista (capitalismo soft), o desenvolvimento sustentável tornou-se um discurso poderoso promovido por organizações internacionais, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil internacional e na ordem ambiental internacional <sup>124</sup>.

Podemos então pensar o contexto de elaboração e consolidação da ideia de desenvolvimento sustentável a partir da globalização e a descentralização da economia. Segundo Geraldo Müller, ambas impelem as economias e as sociedades para a competitividade, a equidade e a ecologia. Palavras que correspondem a novas formas de

<sup>122</sup> ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. W. L. Maar. São Paulo: Edunesp, 1995. p.64.

<sup>123</sup> Idem. Ibidem. p.65.

<sup>124</sup> RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001. p.113.

concorrência e exigência de participação das populações nos resultados do crescimento econômico, assim como a um novo conjunto de questões sobre o meio ambiente. Estas três forças incidem na dinâmica da globalização e nas expectativas que gera sobre a formulação e implementação de estratégias empresariais e sociais de desenvolvimento<sup>125</sup>. De modo que, enxergar o desenvolvimento apenas como um processo de satisfação de necessidades é insuficiente<sup>126</sup>.

Atento a necessidade de se evitar a redução do significado de desenvolvimento sustentável, Altvater lança um conjunto de questões que podem ser contrapostas às propostas compiladas por Brundtland:

Seria possível imaginar um modo de regulação que reduza radicalmente o consumo material e energético, desenvolvendo para esta tarefa novas estruturas de ordem econômica e social com baixa entropia, e que mesmo assim seja eficiente no sentido usual, isto é, de acordo com a competitividade internacional? Resumindo: é possível existir uma ordem ecológica, social e democrática?<sup>127</sup>.

A resposta a estas questões estaria em uma ordem formulada a partir de dois princípios: (1) uma diferenciação institucional dotada de múltiplos projetos de vida individuais e modos de vida social, em uma sociedade civilizada baseada sobre os princípios da igualdade, da liberdade e da participação, acompanhada de (2) uma redução no suprimento de recursos naturais e da descarga de emissões tóxicas a fim de diminuir o peso de possíveis danos ecológicos sobre as esferas da natureza compensando a elevada entropia social<sup>128</sup>. Assim, temos que, na perspectiva de Altvater, a sustentabilidade ecológica só é possível numa sociedade democrática e de distribuição equitativa de recursos. Desenvolvimento é então definido como realização de um sistema coerente com aumento da produtividade, equilíbrio social da renda, formas duradouras de utilização dos recursos naturais e administração inteligente dos riscos.

Devemos levar em consideração que a CNUMAD ocorreu três anos após a queda do Muro de Berlim, símbolo do desabamento da economia planificada nos Estados

<sup>125</sup> MÜLLER, Geraldo. *Desenvolvimento Sustentável: notas para a elaboração de um esquema de referência*. - In: BECKER, Dinizar F. *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 4ª ed. revista e ampliada. pp.123-130.

<sup>126</sup> CECHIN, Andrei. "Georgescu-roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema". In: LENÁ, Phelippe & NASCIMENTO, Elimar (Org.) *Enfrentando os limites do crescimento econômico: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p 349.

<sup>127</sup> ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. W. L. Maar. São Paulo: Edunesp, 1995.p. 282.

<sup>128</sup> Idem. Ibidem. p.282.

soviéticos, portanto nos primeiros anos de um mundo não mais dividido entre Ocidente e Oriente e sim aberto à globalização. A Conferência é realizada com um intuito unificador e reorientador do capitalismo que, vencedor, precisava se adaptar a uma economia global. O conceito de desenvolvimento sustentável, emerge como instrumento desse processo de unificação econômica do mundo. Nesse processo, como observa Porto-Gonçalves:

a geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável não só prolonga e intensifica os anteriores processos de apropriação destrutiva dos recursos naturais como, ao se configurar no contexto de uma globalização econômica, leva à desnaturalização da natureza e a sua mercantilização. Numa perversão do natural em que se jogam as controvérsias entre a economização da natureza e a ecologização da economia <sup>129</sup>.

A realização da CNUMMAD também é estratégica devido à importância ambiental e econômica da Amazônia e da posição do Brasil como um país em desenvolvimento. Esta segunda característica ganha relevância ao recordarmos o papel dos então chamados países de Terceiro Mundo na Conferência de 1972, pois foram estes países os responsáveis por levar a necessidade do desenvolvimento econômico ao debate sobre o meio ambiente como uma prioridade em relação à preservação e/ou conservação da natureza. Portanto, nada melhor do que um país em desenvolvimento e rico em recursos naturais para sua realização.

Mesmo que tenha ocorrido num momento histórico favorável – fim da Guerra Fria – e precedida de um intenso e complexo processo preparatório, a Conferência “não foi o ponto culminante de um processo, mas sim uma etapa que permite compreender os limites das utopias, a complexidade dos mecanismos e as dimensões múltiplas dos problemas” <sup>130</sup>. Ela não limpou a política do meio ambiente, como esperavam os mais otimistas ativistas, nem cooptou o meio ambiente totalmente a serviço do desenvolvimento, como esperavam muitos governantes dos países em desenvolvimento, tampouco globalizou as preocupações ambientalistas dos países ricos. Contudo se deve considerar que os acordos internacionais não constituem fim em si, mas iniciam um processo <sup>131</sup>.

<sup>129</sup> PORTO- GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.452

<sup>130</sup> LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. *Ecopolítica Internacional*. Trad. Jacob Gorender, 2ªed. São Paulo: Senac, 2005. p.240.

<sup>131</sup> LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. *Ecopolítica Internacional*. Trad. Jacob Gorender, 2ªed. São Paulo: Senac, 2005. p.240

Podemos identificar como o ideal do sustentável, ou seja, da produção que pensa o planeta e as futuras gerações, nos é transmitido em grande parcela por produtos que incorporam a ideia de respeito à natureza e preservação de ecossistemas. A obtenção do sustentável é transferida ao indivíduo que, por meio do que consome, se vincula a um ideal de proteção do planeta. A sociedade consumista, criticada nos anos 1960 pelos movimentos ambientalistas, se reinventa com uma nova cor: o verde, que acaba por mascarar os contínuos processos de desapropriação e exploração dos recursos e do trabalho.

Embora optar por produtos que não contribuam a estes processos seja uma ação necessária por parte do indivíduo, este não é o único nem o maior responsável por uma sociedade sustentável. As indústrias e o agronegócio possuem grande parcela de responsabilidade neste projeto, pois suas ações atuam diretamente nos processos de desapropriação e exploração dos recursos e do trabalho. Citemos como exemplo a contínua desapropriação de médios e pequenos sítios que vendem suas terras por baixos preços às multinacionais de açúcar e álcool paulistas, se desfazem de seus empregados e parceiros, forçando estes a atividades informais e altos alugueis, e se mudam para as periferias das cidades, ao passo que os novos proprietários de suas terras empregam mão de obra mal paga e submetida a graves riscos à saúde <sup>132</sup>. Aos governos, cabe estabelecer políticas punitivas destas ações com a finalidade de fiscalizar os danos ao ambiente, aos pequenos produtores e agricultores, à integridade do trabalhador e comunidades agrícolas, indígenas e tradicionais, primando pela fiscalização, conservação e proteção ambiental e pela criação de emprego e renda.

Com a finalidade de refletirmos sobre o papel das organizações intergovernamentais - OIs nas problemáticas existentes entre meio ambiente e desenvolvimento e as minúcias do processo de construção deste debate, nos concentraremos em uma escala mais reduzida, apresentando a ação da UNESCO e em particular da revista *O Correio da UNESCO* sobre estes temas ao longo do período compreendido entre 1972-1992.

---

<sup>132</sup> Conferir FERREIRA, Álvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. e BERTAZI, Marcio H. *Uma História Movida a Álcool: impactos ambientais no contexto canavieiro paulista (1975 a 2003)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013.

## CAPÍTULO 2. O DEBATE AMBIENTAL EM *O CORREIO DA UNESCO*: COOPERAÇÃO COM E PARA QUEM?

### 2.1. *O Correio da UNESCO*

Lançado em 1948, *Le Courier*, *Courier* ou ainda *El Correo*, nomes recebidos nas línguas em que era editado (francês, inglês e espanhol), assemelhava-se a um pequeno informativo. Com apenas oito páginas impressas em preto e branco, o periódico mensal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO informava e argumentava sobre a agenda da organização, suas conferências e convenções. Ao longo de sessenta e sete anos de existência, a estrutura deste periódico passou por contínuas mudanças. Em 1949, embora com as mesmas características de edição e impressão, apresenta conteúdo diversificado: a infância no pós-guerra, Goethe e Einstein emolduram as manchetes de primeira página e junto aos programas e metas da organização dão tema a artigos. O número de dezembro daquele ano, intitulado *Viaje a Holand*<sup>133</sup>, traz uma fotografia de página inteira como capa. Prática que se consolida a partir de janeiro de 1951.

Fotografias ou gravuras sobre o tema central de cada número figurariam desde então nas capas do periódico. Estas passam a ser editadas em cores no número de janeiro de 1954, *El lenguaje: barrera o puente*. Primeiro número a conter trinta e cinco páginas e o projeto gráfico que caracterizará o periódico como revista e orientará os números publicados até o final da década de 1980. Importante destacar que foi também em 1954, no número de agosto/setembro, intitulado *En las fronteras de la civilizacion* que a frase “*una ventana abierta hacia el mundo*”, uma janela aberta para o mundo, aparece pela primeira vez em uma capa da revista. A frase, gravada abaixo do nome do periódico em suas capas até 1989, adquiriu o valor de uma ideia força, um *slogan*, com o espírito da publicação que tem como missão original promover os ideais da UNESCO, manter um fórum para o debate internacional e o diálogo entre as culturas.

O periódico é criado no escopo das negociações da Conferência das Nações Unidas sobre a Liberdade da Informação, realizada em Genebra, no ano de 1948. A conferência

<sup>133</sup> Citamos aqui a edição espanhola do periódico, cujo nome é *El Correo*, pois era a matriz para a edição em língua portuguesa da revista a partir de 1972 com o nome de *O Correio da UNESCO*.

adota o livre fluxo de informação, *free flow*, como direcionamento às políticas de fomento aos meios de comunicação. No século XX, as tecnologias de informação e comunicação foram alçadas à posição de instrumento de reordenação do mundo, elas encarnaram a promessa de saída de uma crise estrutural, econômica e política <sup>134</sup>. Criada após a Segunda Guerra Mundial para promover a paz na mente dos homens, a UNESCO fará uso destas tecnologias e de seus variados meios para cumprir seu objetivo, uma vez que a livre circulação de informação se constitui como um dos princípios da organização para todas as suas áreas de abrangência. A elaboração de *El Correo* é compreendida a partir destas perspectivas.

Em 1972, *El Correo* passa a ser traduzido para o português. Nasce *O Correio da UNESCO*. A Fundação Getúlio Vargas – FGV, que promovia desde 1959 a impressão e circulação no Brasil da versão francesa, *Le Courier*, passa a traduzir a versão espanhola, editar e imprimir *O Correio da UNESCO*, administrando sua circulação por intermédio do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBCEC.

Encontramos em edições dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, anteriores a 1972, propagandas sobre o conteúdo mensal e obtenção de assinaturas da edição francesa da revista. Após o lançamento de *O Correio da UNESCO*, os jornais divulgam a nova edição e os preços para sua aquisição em bancas ou em contrato com a FGV. Segundo dados oferecidos pela própria Fundação, em 1969 o número de assinaturas era de 137, saltando em 1971 para 1.354. Com a publicação da revista no idioma local, o número de assinaturas oscila entre 17.000 e 20.000 exemplares <sup>135</sup>. A publicação de *O Correio da UNESCO* era responsável por parte significativa da receita da FGV. Fundação que se definia como um instrumento de cultura e que se colocava atenta ao progresso potencialmente oferecido pela ciência e tecnologia, dentre os quais destaca a cooperação técnica e a documentação a serviço de um Brasil influente <sup>136</sup>. Interesses próximos aos da missão da UNESCO.

No âmbito da elaboração da UNESCO, em 1946, é prevista a criação de comissões, em cada um de seus Estados-membros, que se tornassem responsáveis pela coordenação e

---

<sup>134</sup> MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005. p.10.

<sup>135</sup> COSTA, Jorge Gustavo da. *Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 223-226.

<sup>136</sup> Idem. Ibidem. p. 07.

execução dos programas aprovados em Assembleia Geral. Partindo desta condição, foi criado no Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1946, por meio do Decreto 9355, de Eurico Gaspar Dutra, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC, como Comissão Nacional da UNESCO. Vinculado ao Ministério das Relações Exteriores - MRE, o instituto deveria (1) recomendar os acordos internacionais necessários à promoção da livre circulação de ideias, (2) impulsionar a educação popular e a expansão da cultura, cooperando com os membros da Organização das Nações Unidas – ONU, para o desenvolvimento de ações educativas e (3) manter, aumentar e difundir o saber, velando pela conservação de livros e monumentos de interesse histórico e científico. Para atingir as metas, o IBECC deveria manter correspondência, permuta de informação e publicação com a UNESCO e seus organismos nacionais, editar revistas, boletins e filmes de cultura geral ou especializada e executar uma série de ações editoriais, científicas e culturais no Brasil<sup>137</sup>.

A estrutura organizacional do IBECC incorporou remanescentes do *movimento escolanovista*, entre eles membros da Associação Brasileira de Educação e Associação Brasileira de Ciências. Associações criadas no contexto do projeto de desenvolvimento nacional, cujo alvo era o desenvolvimento industrial conduzido pelo Estado. Assim, o IBECC se configura como uma confluência entre o nacional e o projeto internacional de educadores e cientistas em prol da pesquisa científica e sua divulgação. Ciência, tecnologia e educação eram definidas como fatores essenciais às transformações almejadas para elevar os países latino-americanos a patamares socioeconômicos equiparáveis aos dos países desenvolvidos<sup>138</sup>.

Embora a edição da revista em língua portuguesa ocorra vinte e quatro anos após a criação do IBECC, ela responde as funções do organismo. Portanto, se enquadra dentro das metas e programas da UNESCO e do intercâmbio de informações entre os Estados-membros desta organização. A publicação da revista no país significa, assim, uma ampliação geográfica do alcance do conteúdo deste periódico e também uma continuidade da ação da UNESCO em território brasileiro.

---

<sup>137</sup> ABRANTES, Antônio C. S.; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil (1946-1966). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* Belém, v. 5, n. 2, p. 469-489, maio-ago. 2010. p.275-477.

<sup>138</sup> Idem. Ibidem. p. 477.

O início da publicação de *O Correio da UNESCO* no Brasil ocorre em paralelo à criação do *Escritório Nacional da UNESCO* em Brasília, que passa a atuar como o centro da organização na América do Sul <sup>139</sup>. De modo que o Brasil assume, a partir de 1972, destaque na governança regional da organização. Com o Escritório, dava-se continuidade a ação da *Representação da UNESCO* no país, instalada desde 19 de junho de 1964, como parte do acordo de cooperação técnica firmado entre a organização e as autoridades brasileiras.

Nesse contexto, a UNESCO, devido a sua tendência normativa, age de modo a buscar informações, estudos e análises para criar espaço político de negociação com a finalidade de propor e implementar mecanismos de ação compartilhados pelos Estados <sup>140</sup>. Cooperação que na década de 1960, havia sido articulada por meio do campo do patrimônio. Claudia Leal, em *As missões da UNESCO no Brasil* coloca que:

Na historiografia referente à DPHAN [Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], os contatos entre esta Diretoria e a UNESCO também aparecem nesse viés de auxílio especializado e cooperação técnica, com ênfase no interesse da primeira em buscar, junto a essa Organização, diretrizes para “reformular e reforçar sua atuação” no que dizia respeito ao patrimônio cultural, em vista da industrialização acentuada que marcou as décadas de 1950 e 1960 no Brasil <sup>141</sup>.

Além do IBECC e da parceria com a DPHAN, a UNESCO buscara outros elos com o Brasil, tais como o *Projeto UNESCO no Brasil* e o Instituto Internacional da Hileia Amazônica - IIHA.

Diante do cenário de industrialização e desenvolvimento, a UNESCO, munida da razão iluminista, procurou encontrar soluções universalistas que cancelassem os efeitos perversos do racismo <sup>142</sup>. Para tanto, fora criado o *Projeto UNESCO no Brasil*. O país da democracia racial, em transição agrário-industrial e em processo de inserção na modernidade, foi escolhido para ser um dos polos de investigação dos dilemas vividos pelo mundo ocidental. O racismo já era debatido pela UNESCO desde sua criação, e pelo

<sup>139</sup> UNESCO. *A Representação da UNESCO no Brasil*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/>. Acesso em 09/01/2015.

<sup>140</sup> MATSUNAGA, Fernando. A UNESCO e a Governança Ambiental na Bacia Amazônica. Dissertação (mestrado) UNESP/UNICAMP/PUC Programa San Tiago Dantas. São Paulo, 2011. pp.42-47.

<sup>141</sup> LEAL, Claudia. “As missões da Unesco no Brasil - Michel Parent”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009. p.02.

<sup>142</sup> PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Lívio (Orgs). *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. p.11.

Brasil, antes disso <sup>143</sup>. Assim, o país configurava-se como possível modelo de experiência civilizacional, podendo oferecer lições de cooperação inter-racial à humanidade. A pesquisa também comportava a esperança de que por meio dela, fosse possível desvendar os dilemas de transição de uma sociedade periférica à modernidade.

A abordagem do Brasil como uma sociedade em processo de industrialização ocorre por meio da mediação de Luiz de Aguiar Costa Pinto com a UNESCO. Ao mesmo tempo em que a UNESCO via no Brasil um laboratório de civilização, os cientistas sociais brasileiros viam no *Projeto UNESCO no Brasil* a perspectiva de visibilidade perante o organismo internacional e a possibilidade de financiamento para pesquisa sobre a realidade brasileira <sup>144</sup>. De maneira que o patrocínio da pesquisa sociológica pela UNESCO corrobora para o processo de institucionalização das ciências sociais no país <sup>145</sup>.

Dentre os projetos iniciais da UNESCO, gestados em um tempo de incertezas, figurava a criação de um centro de pesquisas sobre as florestas tropicais úmidas. Mais uma vez o Brasil - país participante dos comitês da *Comissão Preparatória da UNESCO*, entre eles o Comitê de Ciências Naturais; figurará como área de ação dos projetos da recém criada organização com a proposta de fundação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica – IIHA. A expectativa internacional era de criação de um amplo centro de pesquisas. No entanto, a demanda brasileira era de fomento a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. A nova pauta, levada à discussão por Paulo Berrêdo Carneiro, partia das reivindicações pela participação de cientistas latino-americanos nas pesquisas a serem promovidas pelo IIHA.

O IIHA, posto como espaço de fomento ao desenvolvimento econômico latino-americano, não deu frutos, pois fora vetado pela representação norte-americana no seu comitê de criação. Em seu lugar frutificou o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia -

---

<sup>143</sup> Cito aqui Gilberto Freyre, autor de obras por meio das quais construiu o conceito de democracia racial. Alvo de críticas, entre elas as realizadas por meio do estudo financiado pela UNESCO, mas que merecem espaço apropriado para discussão, a qual este texto não comporta.

<sup>144</sup> MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. “Ciência na periferia - a Unesco, a proposta de criação do IIHA e as origens do Inpa” *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Vol. VI (Suplemento). Set.2000. p.121.

<sup>145</sup> PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Lívio (Orgs). *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. p.11.

INPA, criado em 1952. Embrião do projeto de fomento a pesquisa científica na Amazônia, mas voltado à afirmação de um projeto de ciência nacional patrocinado pelo Estado <sup>146</sup>.

As ações da UNESCO no Brasil não devem ser compreendidas apenas unilateralmente como uma imposição de sua agenda, ou uma ampliação centro-periferia de suas ações. Os programas e parcerias propostos e não efetivados, como o IIHA, e os efetivados, como IBECC, *Projeto UNESCO no Brasil*, DPHAN e *O Correio da UNESCO* foram resultado da ação de diplomatas e cientistas brasileiros, como Arthur Ramos, Paulo Berrêdo Carneiro, Carlos Chagas Filho, Miguel Ozório de Almeida, entre outros <sup>147</sup>. Estes souberam articular o interesse nacional à oportunidade de visibilidade e financiamento obtida por meio da parceria com a organização. Fossem estes interesses o de construção de uma identidade nacional, de fomento à educação em ciências em prol do desenvolvimento técnico científico brasileiro, de desenvolvimento do potencial econômico do turismo no país ou de representação em língua portuguesa no intercâmbio internacional em educação, ciência, cultura e comunicação. A partir deste retrospecto, observamos que a UNESCO colocava-se como instrumento de cooperação para com seus Estados-membros por meio do intercâmbio de informações, formação profissional e oferta de recursos. Oferta acolhida pelos países e remodelada pela demanda por desenvolvimento econômico.

\*\*\*

O sumário do primeiro número de *O Correio da UNESCO*, publicado com o título *Uma antologia dos artigos publicados desde 1948*, nos dá uma amostra de como a revista trazia para a sua abordagem os temas relacionados à natureza e a relação do ser humano com o meio em que vivia. Dentre uma seleção de trinta e dois artigos, treze versavam sobre questões que permeavam o diálogo dos organismos internacionais na busca pela compreensão dos impasses com os quais a sociedade se defrontava. Como podemos ver na imagem que segue:

---

<sup>146</sup> MAIO, Marcos Chor. “A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia”. *Estudos Avançados*. 19 (53). 2005. p.125.

<sup>147</sup> Para detalhes sobre a atuação de Paulo Berrêdo Carneiro e dos projetos iniciais da UNESCO no Brasil, conferir MAIO, Marcos Chor (Org.) *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz; UNESCO, 2004.



Outubro de 1972 - Brasil: Cr\$ 2,50 - Portugal: Esc. 12\$00

## PUBLICADO EM 13 IDIOMAS

Português  
Inglês  
Francês  
Espanhol  
Russo  
Alemão  
Árabe

Japonês  
Italiano  
Hindi  
Tâmil  
Hebraico  
Persa

Publicado mensalmente pela UNESCO  
Organização de Educação, Ciência e Cultura  
das Nações Unidas

Redação e Administração  
Unesco, Place de Fontenoy, Paris 7<sup>a</sup>

Diretor e redator-chefe  
Sandy Koffler

Subchefe de redação  
René Caloz

Assistente do chefe de redação  
Olga Rodel

### Redatores

Espanhol: Jorge Enrique Adoum  
Inglês: Howard Brabyn  
Francês: Philippe Ouannès



### Redatores principais

Edição brasileira: Benedicto Silva (Rio de Janeiro)  
Edição inglesa: Ronald Fenton (Paris)  
Edição francesa: Jane Albert Hesse (Paris)  
Edição espanhola: Francisco Fernández-Santos (Paris)  
Edição russa: Georgi Stetsenko (Paris)  
Edição alemã: Hans Rieben (Berna)  
Edição árabe: Abdel Moneim El Sawi (Cairo)  
Edição japonesa: Kazuo Akao (Tóquio)  
Edição italiana: Maria Remiddi (Roma)  
Edição hindu: Kartar Singh Duggal (Delhi)  
Edição tâmil: N. D. Sundaravivelu (Madras)  
Edição hebraica: Alexander Peli (Jerusalém)  
Edição persa: Fereydoun Ardalan (Teerã)

Ilustrações: Anne-Marie Maillard

Documentação: Zoé Allix

Diagramação: Robert Jacquemin



Os artigos, fotografias e ilustrações com a indicação © (copyright) não podem ser reproduzidos. Os demais podem ser reproduzidos contanto que seja indicada a fonte — O Correio da Unesco — e a data.

A reprodução de artigos assinados deve levar o nome do autor. Os artigos assinados exprimem as opiniões dos respectivos autores, e não necessariamente da Unesco ou dos redatores de O Correio.

Edição brasileira

Tiragem desta edição: 10.000 exemplares

Fundação Getúlio Vargas — Presidente: Luiz Simões

Lopes — Diretor Executivo: Alim Pedro

Instituto de Documentação — Diretor: Benedicto Silva

Serviço de Publicações — Diretor: R. A. Amaral Vieira

Coordenação editorial: Anamaria de Almeida Monteiro

Vendas e publicidade: Albertino Ferro da Silva

Praça de Botafogo, 188 — Tels.: 266-1512 r. 110 e 246-5107

Caixa Postal 21.120 — ZC-05

20000 Rio de Janeiro, GB

Assinatura

Um ano

Dois anos

Número avulso ou atrasado

Distribuição

Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro — GB

Portugal: Centro do Livro Brasileiro, Rua Rodrigues Sam-  
paio, 30-B Lisboa



1972  
Ano  
Internacional  
do Livro

Número Especial

## UMA ANTOLOGIA DE ARTIGOS PUBLICADOS DESDE 1948

UNESP - Biblioteca - Assis

Class.: 050

Tombo/Tm: 495

- 2 EDITORIAL
- 4 OS TERRICOLAS NA ERA ESPACIAL  
Lord Ritchie-Calder
- 7 SALVEMOS AS MATAS QUE NOS DÃO A VIDA  
Karl Heinz Oedekoven
- 9 O PERIGO DOS VULCÕES "EXTINTOS"  
Haroun Tazieff
- 10 CIÊNCIA INTERNACIONAL NA IDADE MÉDIA  
Riccardo Luzzato
- 10 AS RUÍNAS DE NIMRUD DAG
- 12 ASSIM FALARAM
- 14 ANTÁRTIDA, TERRITÓRIO INTERNACIONAL DA CIÊNCIA  
Gerald Wendt
- 16 OS MIL CAMINHOS DO BUDA  
Anil de Silva
- 19 AMANHÃ AS ESTRELAS  
Arthur C. Clarke
- 23 MEUS PRIMEIROS PASSOS NO ESPAÇO  
Alexei Leonov
- 24 HUMORISMO E GRANDEZA DA ARTE MEXICANA
- 26 NOVOS MUSEUS PARA NOSSA ÉPOCA  
Duncan F. Cameron
- 33 O OCEANO EM PERIGO  
Nicolai Gorsky
- 34 NOSSO PLANETA CONTAMINADO
- 36 700 MILHOES DE MARGINALIZADOS  
René Maheu
- 43 AS ARMAS NUCLEARES E A SENSATEZ HUMANA  
Linus Pauling
- 46 A CIÊNCIA E O HOMEM CONTEMPORÂNEO  
Sir James Gray
- 48 OS QUADROS DE CANALETTO AJUDAM A RECONSTRUIR  
VARSOVIA  
Jerzy Hryniewiecki
- 50 A ARTE DE SE EMBELEZAR
- 52 O CENTRO DO MUNDO  
Marshall G. S. Hodgson
- 54 A CIÊNCIA EM SOCORRO DA ARTE  
Harold J. Plenderleith
- 56 ÁGUA PARA O MUNDO  
Michel Batisse
- 58 EXPLORANDO OS OCEANOS
- 59 ROUSSEAU, PAI DA ANTROPOLOGIA  
Claude Lévi-Strauss
- 62 A ESCRITA CUNEIFORME NASCEU DA PONTA DE UM ESPINHO
- 64 VIDA SÁDIA, CORAÇÃO SADIO  
Evgenii I. Chazov
- 66 OBRAS-PRIMAS DA IDADE DA PEDRA NO JAPÃO  
Seiroku Noma
- 67 O DIALOGO PROIBIDO  
Lewis Nkosi
- 68 O CAMELO: MITO E REALIDADE  
Bodil e Knut Schmidt-Nielsen
- 69 A GRANDE ESTRADA REAL DOS INCAS  
Jorge Carrera Andrade
- 72 O HOMEM PRÉ-HISTÓRICO NAS BOTICAS CHINESAS  
G. H. R. von Koenigswald
- 75 A REVOLUÇÃO VERDE

11151

Sumário do número especial *Uma antologia dos artigos publicados desde 1948*, de *O Correio da UNESCO*, editado em outubro de 1972 em comemoração ao início da publicação da revista em língua portuguesa e holandesa. Destacamos aqui os artigos cujas páginas iniciais são: 4, 7, 14, 19, 23, 33, 34, 36, 43, 46, 56, 58 e 75.

Estes artigos, em seu conjunto, trazem questionamentos sobre o lugar do ser humano na Terra e sua capacidade de resiliência. Ao lado da ameaça nuclear, da erosão e desertificação provocadas pelo desflorestamento e escassez de recursos hídricos, argumenta-se a favor da erradicação da fome por meio da produtividade de alimentos obtida com o uso de fertilizantes químicos. A percepção do desconhecido, proporcionado pelas viagens espaciais, e as expectativas fomentadas pela capacidade da ciência e tecnologia em auxiliar a humanidade diante dos desafios contemporâneos, mesclam receios e esperanças.

O editorial da primeira edição da revista em língua portuguesa, com o título *Chegou O Correio da UNESCO*, põe em destaque temas formadores do debate ambiental do período:

“Os grandes problemas que desafiam o mundo de hoje, notadamente o da poluição em suas diferentes formas, o da superpopulação em diversas áreas, a ameaça de escassez de alimento, o desassossego da juventude, a preservação e enriquecimento do patrimônio artístico e da herança cultural da humanidade, são focalizados nas páginas de O Correio da UNESCO pelos maiores expoentes da filosofia, da ciência e da tecnologia contemporâneas. O Correio da UNESCO não reflete o ponto de vista de um país, de um continente, ou de uma raça, mas divulga informações sobre os interesses da humanidade inteira. É por isso uma publicação ímpar no mundo” <sup>148</sup> (grifos nossos).

Observamos neste excerto do editorial o destaque dado aos temas da poluição, da superpopulação e da escassez de alimento. Temas que estavam no cerne da discussão sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, como pontuamos no primeiro capítulo. Estas questões e os problemas que as nações como o Brasil vinham enfrentando, segundo o editorial, seriam abordados pelo crivo da filosofia, da ciência e tecnologia, portanto de maneira multidisciplinar. O texto também reforça duas das linhas de ação da organização, não só naquele momento, mas em toda a sua trajetória: o humanismo e o universalismo.

No período da pesquisa abordada nesta dissertação, 1972 a 1992, cada edição de *O Correio da UNESCO* é dedicada a um tema de especial interesse da organização. O meio ambiente é nela abordado como um tema multidisciplinar, aparecendo em números dedicados às áreas de atuação da organização, ou seja, educação, ciência, cultura e comunicação, e em números dedicados exclusivamente às ações da ONU ou da UNESCO. Nestes encontramos artigos sobre temáticas ambientais, tais como: água, agricultura,

---

<sup>148</sup> UNESCO. Uma antologia dos artigos publicados desde 1948. O CORREIO DA UNESCO. Out./1972. p.03.

biodiversidade, ciência e tecnologia, crescimento demográfico, desenvolvimento, desertificação, ecologia, educação ambiental, energia, florestas, oceanos, patrimônio, poluição, recursos, e urbanização.

Além dos artigos, os números da década de 1970 trazem duas sessões: “*Latitudes e Longitudes*”, dedicada a pequenas notas informativas, e “*Carta dos Leitores*”, sua publicação não era fixa, aparecendo apenas em alguns números. O auge da difusão da revista ocorreu no final dos anos 1980, quando alcançou publicações em trinta e cinco idiomas. Neste contexto, *O Correio da UNESCO* passou a apresentar editorial e, em 1988, ganhou versões em braile. Nos números de 1990 a 1996 incluiu em sua estrutura: entrevistas, o suplemento *Espaço Verde* e as sessões *Ciência e Sociedade* e *Carta do Diretor*.

O ano de 1992 é um marco na abordagem que a revista dava aos temas do meio ambiente. A partir deste ano, novas sessões voltadas exclusivamente à temática ambiental e a uma abordagem ecológica de suas problemáticas são incorporadas ao layout da publicação. O suplemento *Espaço Verde*, localizado nas páginas centrais de *O Correio da UNESCO*, passa a ser publicado em agosto de 1992, no número *Elogio da Tolerância*. Sua criação é justificada como uma contribuição às discussões decorrentes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, que fora realizada no Rio de Janeiro, naquele ano. No fim da década de 1990, a revista apresenta um novo *layout* e novas sessões, entre elas *Nosso Planeta*, publicada a partir do número *Direitos Humanos: uma tarefa inacabada*, de agosto de 1998. O conteúdo de *Espaço Verde* e *Nosso Planeta* não seguia o tema central do número da revista, mas apresentava uma série de reportagens que se distanciaram da linguagem científica e se aproximaram da jornalística.

No decorrer dos anos 2000, a revista deixou de ter uma periodicidade definida. As edições se tornaram semestrais, seguidas posteriormente por edições bimestrais, anuais e trimestrais, respectivamente. Neste mesmo período, *O Correio da UNESCO* deixou de ser publicada em português e, em março de 2006, passou a ser editada exclusivamente em formato eletrônico nos idiomas inglês, francês e espanhol. As edições em língua portuguesa retornaram em 2008, em 2009 foram interrompidas, e em 2011 o número anual

da revista foi traduzido com o título *Como os jovens mudam o mundo*, constando como a última edição em nosso idioma <sup>149</sup>.

A revista *O Correio da UNESCO* coexistiu com a intensificação do papel histórico dos meios modernos de comunicação na popularização do universo científico. Entre 1972 e 1992, período balizado pela Conferência sobre o Meio Ambiente Humano e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambas promovidas pelas Nações Unidas, o periódico mensal foi espaço para a proposição de políticas e divulgação de pesquisas sobre o meio ambiente e a sociedade.

## 2.2. A construção do debate ambiental

*O Correio da UNESCO* publicou artigos cujos autores possuem perfis variados. Há artigos escritos pela redação de *O Correio da UNESCO*, pelos diretores-gerais da organização, por representantes de suas divisões e programas e instituições do sistema das Nações Unidas. Os artigos promovem a divulgação de estudos realizados pela ONU, UNESCO, organizações parceiras e institutos distribuídos ao redor do mundo, tais como universidades e centros de pesquisa. O que confere a revista um caráter de veículo popularizador da ciência. Quais os países, instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais que ocupam este instrumento de comunicação e informação em um período de construção do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento? Qual o espaço que a ONU e a UNESCO ocupam no debate construído na revista?

Observando a tabela que segue (Tabela 01) podemos identificar os países com os quais *O Correio da UNESCO* dialoga a respeito das temáticas ambientais. Estes são representados por meio dos institutos governamentais e universidades a que os autores que escreveram sobre a temática ambiental no período estavam vinculados. Os países europeus e africanos são representados em maior número, seguidos pelos americanos, asiáticos. Há uma tendência de estes três últimos grupos adquirirem maior espaço na publicação ao longo dos vinte e um anos compreendidos entre 1972 e 1992.

<sup>149</sup> Os números de *The Unesco Courier*, *Le Courier* e *El Correo* publicados desde 1948 podem ser acessados em Arquivo *O Correio da UNESCO*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/archives/> Acesso em: 27/06/2015.

**Tabela 01. Países representados em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)**

| EUROPA      | ÁFRICA       | AMÉRICAS   | ÁSIA      | OCEANIA   |
|-------------|--------------|------------|-----------|-----------|
| Alemanha    | Argélia      | Argentina  | China     | Austrália |
| Áustria     | Burkina Faso | Barbados   | Índia     | Filipinas |
| Bélgica     | Congo        | Brasil     | Irã       | Indonésia |
| Bulgária    | Egito        | Canadá     | Japão     |           |
| Escócia     | Etiópia      | Costa Rica | Paquistão |           |
| Espanha     | Marrocos     | EUA        | Síria     |           |
| França      | Mauritânia   | México     | Vietnã    |           |
| Holanda     | Níger        | Peru       |           |           |
| Itália      | Nigéria      | Uruguai    |           |           |
| Iugoslávia  | Quênia       |            |           |           |
| Noruega     | Senegal      |            |           |           |
| Portugal    | Serra Leoa   |            |           |           |
| Reino Unido | Sudão        |            |           |           |
| Romênia     | Tanzânia     |            |           |           |
| Rússia      | Tunísia      |            |           |           |
| Suécia      | Uganda       |            |           |           |
| Suíça       |              |            |           |           |
| URSS        |              |            |           |           |
| Vaticano    |              |            |           |           |

FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

Em 1972 a revista era editada em treze idiomas: português, inglês, francês, espanhol, russo, alemão, árabe, japonês, italiano, hindi, tâmil, hebraico, persa. No final do período de nossa pesquisa, o ano de 1992, era publicada em 30 línguas: holandês, turco, urdu, catalão, bahasa-malaio, coreano, suaíli, esloveno, chinês, búlgaro, grega, cingalês, finlandês, basca, tailandesa, vietnamita, pachto, haussa, bengali, ucraniana, tcheco-eslovaca, galega, e as citadas anteriormente. A UNESCO incorpora, em vinte anos, edições em 9 línguas asiáticas, 3 africanas e 10 europeias. Sendo que as asiáticas e africanas foram incorporadas entre 1972 e 1989, e 6 das línguas europeias após a desagregação do bloco soviético.

Podemos compreender o número de países que dialogam com a revista como uma ampliação das “janelas abertas para o mundo”. Na qual o aumento de idiomas em que *O Correio da UNESCO* passa a ser publicado se vincula estreitamente a exigência de voz por parte dos Estados que emergem com o processo de descolonização da África e da Ásia e, após 1989, pelos Estados em reorganização no Leste-Europeu.

Mattelart observa que, com a entrada na era pós-colonial e com a campanha do Movimento dos Países Não Alinhados por uma nova ordem mundial, a UNESCO se transforma no epicentro do debate sobre trocas desiguais dos fluxos de comunicação e informação <sup>150</sup>. Não por acaso, a UNESCO publica duas obras em 1970 e 1972<sup>151</sup> que examinam as noções de desenvolvimento e progresso incluídas nas ações implantadas na década anterior, entre as quais se destacam os programas educacionais e de investimento nas comunicações espaciais (imprensa, rádio e televisão) nas áreas descolonizadas e de grande extensão territorial e densidade demográfica <sup>152</sup>.

A revisão das políticas da UNESCO para os países em processo de descolonização e com economias em desenvolvimento, somada a ampliação de línguas em que *O Correio da UNESCO* era editado, corresponde à elaboração da *Nova Ordem Econômica Mundial*. Proposto em Assembleia Geral da ONU, entre abril e maio de 1974, o programa político tinha como meta a obtenção de um desenvolvimento econômico articulado ao nível local, a criação de uma infraestrutura científica, a manutenção do equilíbrio entre ciências e cultura, o desenvolvimento de uma imaginação criadora, a harmonia do homem com a natureza e o respeito aos direitos humanos e aos direitos da vida <sup>153</sup>.

Para a promoção desta nova ordem caberia à UNESCO estabelecer políticas científicas e tecnológicas e estimular o crescimento industrial e econômico dos países em desenvolvimento por meio de seminários e formação profissional. A organização deveria movimentar ações e recursos a fim de explicar e esclarecer os objetivos desta nova ordem atuando como foco catalisador da criação de infraestruturas, promovendo o desenvolvimento da ciência social e coordenando esforços dentro do sistema das Nações Unidas.

---

<sup>150</sup> MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005. p.80.

<sup>151</sup> Obras publicadas, em 1970 e 1972, por recomendação das 15ª Conferência Geral (Res.3.251/1968) e 16ª Conferência Geral (Res. 3.24/1970), sob os títulos respectivos de *Pourque mon pays s'éveille* e *Il est temps de passer l'action*, aos quais é aposto o subtítulo: *le rôle de l'homme dans le développement*. Completa o subtítulo a finalidade a que se propõem as duas obras: apresentar reflexões válidas para os anos 70. EVANGELISTA, Ely G. *A UNESCO e o mundo da cultura*. Brasília, DF: UNESCO; Goiânia: Editora UFG, 2003. p.97.

<sup>152</sup> EVANGELISTA, Ely G. Op. Cit. p. 93-95.

<sup>153</sup> MAHEU, René. "A instauração de uma nova ordem econômica mundial". O CORREIO DA UNESCO. *Os ciganos do mundo moderno*. Ano 03. n. 01. jan./1975. pp.21-24.

Alinhada a esta necessidade, a UNESCO, ao longo dos anos 1970, promove programas de infraestrutura e aperfeiçoamento da pesquisa científica com objetivo de assessorar e assistir as autoridades públicas, nacionais e internacionais, para que estas planejassem seu desenvolvimento econômico por meio de decisões válidas do ponto de vista ecológico. Sua política de cooperação científica direciona-se à universalização do conhecimento, base ideológica da organização. No período, a UNESCO reconhece a OLP – Organização para a Libertação da Palestina e articula-se à emergência política dos então considerados países do Terceiro Mundo.

Alegando como motivo uma atuação política excessiva da UNESCO, os Estados Unidos e a Inglaterra cortam seus financiamentos à organização e se retiraram do grupo respectivamente em 1984 e 1985. Fernando Matsunaga observa que:

A importância financeira destes países, além de Singapura, que também se retirou em 1985, chegava a 30% do total do orçamento da UNESCO; uma das maiores contribuições individuais entre os países-membros na época era dos Estados Unidos, com isso a UNESCO perde não apenas o apoio financeiro como também importantes apoios políticos e diplomáticos de Estados com grandes recursos e influências no cenário internacional <sup>154</sup>.

Ora acusada de estar sob influência comunista, ora acusada de ser unilateral e aculturadora, a UNESCO intensificara, as suas ações educacionais visando o desenvolvimento econômico. Programas de consultoria e planejamento foram prestados aos países da América Latina. Observa-se também maior defesa do ideal de *universalidade* pregado em suas ações – um dos princípios do Ato Constitutivo da organização. Essa universalidade, segundo o Diretor-Geral da instituição nos anos 1960-1970, René Maheu, seria “a experiência do contraponto de uma ocidentalidade de origem europeia, da sua tradução norte-americana e de sua ressignificação pelas múltiplas culturas” <sup>155</sup>.

Ely Evangelista aborda que a UNESCO busca realizar uma constante “*síntese dos contrários*”. Essa síntese ora se daria pela necessidade de acolher Estados membros com orientações políticas e ideológicas distintas, como é o caso dos Estados Unidos, capitalista, e da URSS, socialista, particularmente nas décadas de 1950 a 1970, ou de projetos que buscam escapar desta bipolaridade, como é o caso dos países africanos e asiáticos que

<sup>154</sup> MATSUNAGA, Fernando. *A UNESCO e a Governança Ambiental na Bacia Amazônica*. Dissertação (mestrado) UNESP/UNICAMP/PUC Programa San Tiago Dantas. São Paulo, 2001 p.53.

<sup>155</sup> EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. *A UNESCO e o mundo da cultura*. Brasília, DF: UNESCO; Goiânia: Editora UFG, 2003. p.44.

passam a compor o grupo dos Estados-membros a partir do contexto da *descolonização*, ou no mundo pós Guerra Fria, nos anos 1990 <sup>156</sup>.

A Inglaterra retorna como Estado-Membro em 1997, os Estados Unidos em 2003 e Singapura em 2007. Mesmo com o desligamento dos EUA e do Reino Unido, a contribuição de cientistas e pesquisadores norte-americanos e ingleses à revista permanece assídua e frequente. Se recorrermos a uma contagem dos artigos sobre meio ambiente que cada um destes países apresenta em *O Correio da UNESCO* entre 1972 e 1992, veremos que os autores que falam por institutos e universidades dos EUA, seguido pela França e o bloco da URSS, possuem espaço considerável na revista. Como podemos ver abaixo:

**Tabela 02. Frequência dos países em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)**

| PAÍS        | ARTIGOS | PAÍS         | ARTIGOS | PAÍS       | ARTIGOS |
|-------------|---------|--------------|---------|------------|---------|
| EUA         | 53      | México       | 3       | Tunísia    | 1       |
| França      | 48      | Argentina    | 3       | Bélgica    | 1       |
| URSS        | 26      | Noruega      | 2       | Bulgária   | 1       |
| Reino Unido | 24      | Escócia      | 2       | Holanda    | 1       |
| Itália      | 13      | Japão        | 2       | Iugoslávia | 1       |
| Brasil      | 12      | Uruguai      | 2       | Vietnã     | 1       |
| Egito       | 12      | Burkina Faso | 2       | Romênia    | 1       |
| Alemanha    | 12      | Congo        | 2       | Rússia     | 1       |
| Índia       | 11      | Filipinas    | 2       | Argentina  | 1       |
| Espanha     | 9       | Marrocos     | 2       | Barbados   | 1       |
| Senegal     | 6       | Suíça        | 2       | Peru       | 1       |
| Austrália   | 6       | Argélia      | 1       | Costa Rica | 1       |
| Canadá      | 6       | Etiópia      | 1       | Polônia    | 1       |
| Áustria     | 5       | Irã          | 1       | Paquistão  | 1       |
| China       | 5       | Serra Leoa   | 1       | Mauritânia | 1       |
| Suécia      | 5       | Síria        | 1       | Níger      | 1       |
| Quênia      | 4       | Sudão        | 1       | Vaticano   | 1       |
| Paquistão   | 4       | Tanzânia     | 1       |            |         |
| Portugal    | 3       | Uganda       | 1       |            |         |

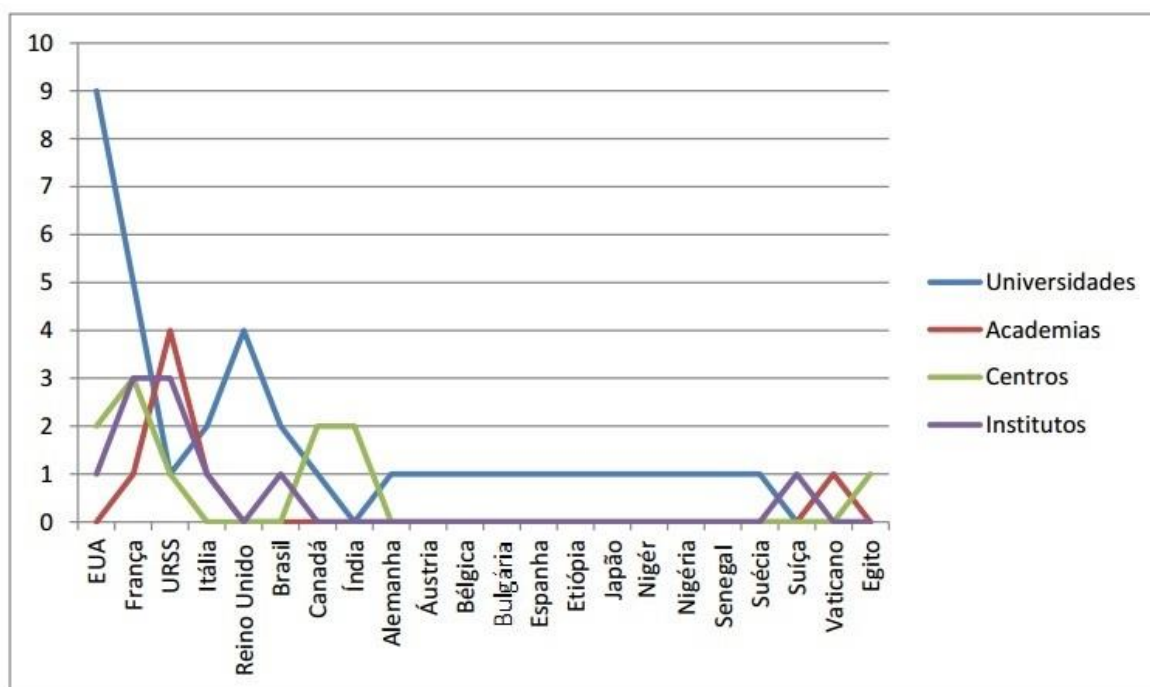
FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

<sup>156</sup> EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. *A UNESCO e o mundo da cultura*. Brasília, DF: UNESCO; Goiânia: Editora UFG, 2003. p.41.

Embora a UNESCO apresentasse um alinhamento político com os países em desenvolvimento e estivesse cooperando por meio de seus programas, são os países desenvolvidos que ocupam o maior espaço nos artigos sobre meio ambiente publicados em *O Correio da UNESCO*. É nítida a concentração da participação americana, francesa, inglesa e soviética no debate ambiental entre 1972-1992 (Tabela 02).

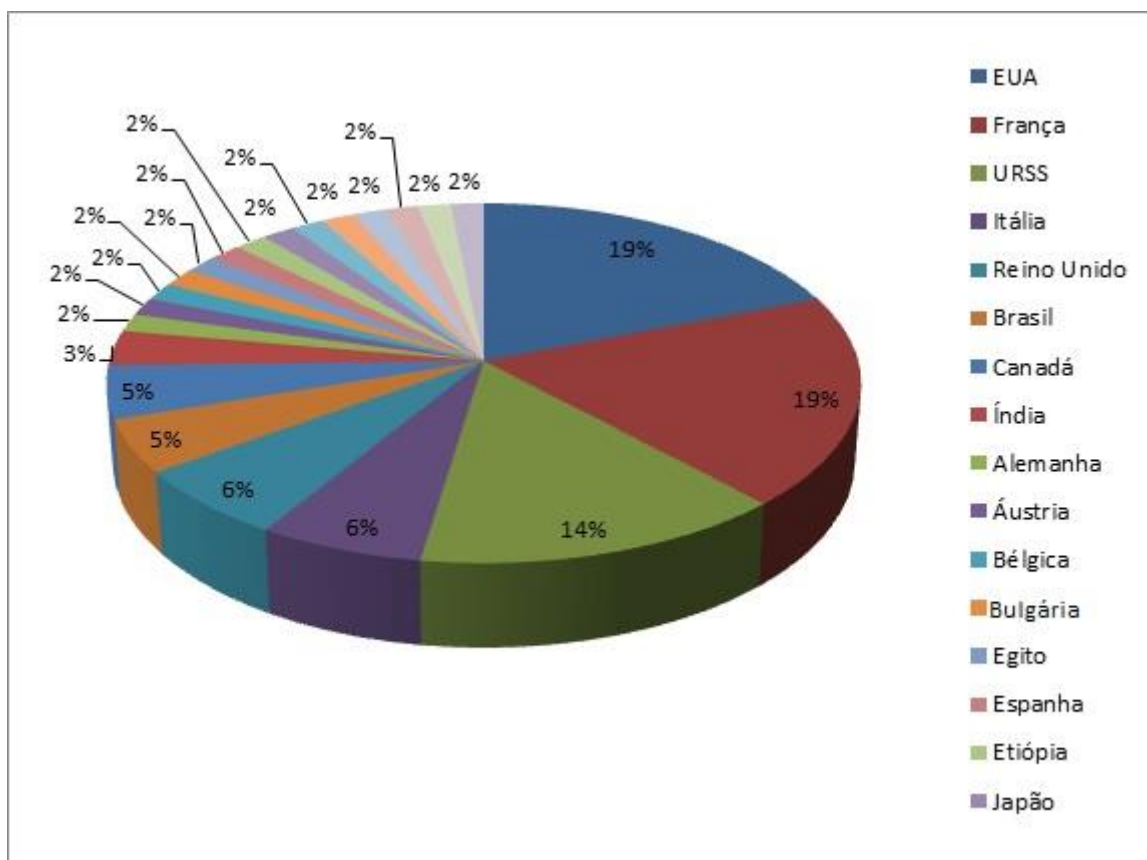
Ao longo de vinte um anos, a revista foi espaço para divulgação de pesquisas sobre meio ambiente realizadas em trinta e três universidades, onze institutos, dez centros de pesquisa e sete academias de ciência. Processando a representação destes espaços de cooperação científica, temos a indicação da quantidade por país para cada uma destas quatro categorias de instituições representadas na revista entre 1972-1992 (Gráfico 01) seguido do percentual de sua concentração (Gráfico 02).

**Gráfico 01. Instituições de pesquisa por país (1972-1992)**



FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

**Gráfico 02. Porcentagem da concentração de instituições de pesquisa por país (1972-1992)**



FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

Podemos observar que os Estados Unidos, mesmo estando afastados da UNESCO enquanto Estado-membro, tinha a *expertise* das suas instituições de pesquisa dialogando sobre as questões do meio ambiente com a organização, suas divisões e meios de comunicação. No campo da pesquisa sobre meio ambiente as instituições norte-americanas e francesas são seguidas de perto pelas academias e centros soviéticos. Há distancia considerável entre estes e os demais. Mesmo as instituições do Reino Unido representam apenas 6% dentre aquelas que figuram ao lado dos nomes dos autores em *O Correio da UNESCO*. Ao observarmos o Gráfico 02, vemos que apenas Brasil, Índia e Egito são países em desenvolvimento. Nas discussões pré e pós Estocolmo, Brasil e Índia lideraram as economias em desenvolvimento, problematizando as questões sociais inclusas nas questões ambientais a partir de suas demandas por crescimento econômico e crítica às políticas demográficas. Os representantes de suas instituições de pesquisa mostravam-se atuantes no debate multidisciplinar que se construía nas páginas da revista.

O século XX apresenta como uma de suas características um elo de dependência com as ciências. O número de cientistas dobrou nos vinte anos após 1970, momento de especialização científica e de revolução educacional, a partir da qual a tese doutoral passa a atestar a capacidade do pesquisador. No período, o centro científico transferiu-se da Europa para os EUA. Segundo Eric Hobsbawm, “em fins da década de 1980, o número de cientistas e engenheiros de fato empenhados em pesquisa e desenvolvimento experimental no mundo era estimado em cerca de 5 milhões, dos quais 1 milhão se achava nos EUA, principal potência científica, e um número ligeiramente maior nos Estados da Europa”<sup>157</sup>. Tal concentração se explica pela disponibilidade de recursos financeiros norte-americanos para o financiamento em ciência e tecnologia. Fator que tornou os EUA uma hegemonia no campo do conhecimento até os anos 1990, agregando em suas instituições especialistas de outros países.

No período, observa-se o predomínio dos teóricos sobre os práticos, “o século dos matemáticos”, no qual a física quântica levou a uma mudança de paradigma no fazer ciência e conseqüentemente a uma mudança na percepção da natureza<sup>158</sup>. Não por acaso, observamos nos artigos publicados em *O Correio da UNESCO* o predomínio de físicos debatendo ao lado de economistas as questões relativas ao desenvolvimento articulado às temáticas ambientais. Nos artigos utilizados em nossa pesquisa, temos físicos, economistas, biólogos, sociólogos e geógrafos como respectivamente as cinco profissões mais recorrentes dentre os autores. Em um momento de especialização das ciências, observamos que a partir dos anos 1980, estas profissões se ramificam, de modo que biofísicos, bioquímicos, astrofísicos, geofísicos, geógrafos, ecologistas e antropólogos escrevem sobre meio ambiente na revista.

Em *O Correio da UNESCO* os espaços acadêmicos não são os únicos a comporem o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. As organizações governamentais – OGs estatais também são representadas pelos autores. Estas trazem para o debate os problemas da administração pública dos recursos hídricos, do planejamento familiar e econômico e da demanda por pesquisas em tecnologia, particularmente da química e da física. Áreas que dialogam com as questões populacionais e suas demandas ambientais e econômicas.

---

<sup>157</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp.504- 505.

<sup>158</sup> Idem. Ibidem. pp. 510-519.

**Tabela 03. Organizações Governamentais em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)**

| OGs                                                                  | PAÍS      |
|----------------------------------------------------------------------|-----------|
| Assembleia Popular da República Árabe do Egito                       | Egito     |
| Comissão Parlamentar para o Estudo dos Problemas das Águas           | Itália    |
| Comitê Estatal Soviético de Ciência e Tecnologia                     | URSS      |
| Companhia de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Índia             | Índia     |
| Conselho de Investigações Científicas e Industriais                  | Índia     |
| Conselho Indiano de Pesquisas Médicas                                | Índia     |
| Conselho Nacional de Coordenação do Planejamento Familiar            | Indonésia |
| Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas            | Portugal  |
| Fundação Nacional de Ciências                                        | EUA       |
| Instituto de Geoquímica e Geofísica de Minsk - Bielo-Rússia          | URSS      |
| Ministério da Educação do Brasil                                     | Brasil    |
| Ministério da Economia e Planejamento Econômico                      | Tanzânia  |
| <i>National Book Trust</i>                                           | Índia     |
| Serviço de Relações Exteriores / Informação de Meteorologia Nacional | França    |
| <i>The Institut of Economic Growth</i>                               | Índia     |

FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

Na tabela acima vemos que a Índia lidera a lista de países cujos representantes de organizações governamentais escrevem em *O Correio da UNESCO*. Dentre as áreas compreendidas pelas OGs indianas, temos habitação, desenvolvimento urbano, ciência e indústria, medicina, livre circulação de informação e crescimento econômico. Em um contexto de preocupações com o crescimento populacional global, a Índia é apresentada aos leitores da revista como um laboratório de observação, sobre os problemas do Terceiro Mundo e a ação de planejamento do Estado.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados buscaram combinar mercado e instituições democráticas, assim intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem estar. No entanto, com a crise da oferta de petróleo a partir do embargo realizado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, em 1973, estas características começaram a se mostrar insuficientes para a manutenção de uma economia em crescimento. Houve uma polarização entre os economistas que apoiavam a socialdemocracia e procuravam mantê-la e aqueles que pretendiam restabelecer as liberdades de mercado. De modo que as organizações governamentais estatais, em busca de respostas para a crise econômica, mergulharam em “idas e vindas” entre políticas

planificadas, caracterizadas por grandes projetos econômicos, e a neoliberalização da economia, aberta à regulamentação do mercado <sup>159</sup>.

Na década de 1970, os países do Terceiro Mundo mergulharam em dívidas. Estados desenvolvimentistas se apoiavam no setor público e no planejamento estatal em estreita associação com o capital doméstico e corporativo, estrangeiro e multinacional, para promover a acumulação do capital e o crescimento econômico <sup>160</sup>. As reformas neoliberais no comércio internacional na década de 1980 abriam o mundo às forças transformadoras das finanças e do mercado e levavam ao desemprego em massa, à exploração massiva dos recursos energéticos e consequentemente à desigualdade social, à degradação ambiental e à restauração de poder da classe capitalista <sup>161</sup>. Com o fim da Guerra Fria, o mundo capitalista e socialista, ligado por uma economia transnacional e por uma interdependência de poder, desaba, lançando os países em uma crise econômica <sup>162</sup>. Campo fértil para a consolidação global do neoliberalismo a partir dos anos 1990.

Os Estados se depararam com a impossibilidade de, em se tratando de políticas ambientais, separar a política interna da política externa. Situação que engendra uma dinâmica internacional nova, na qual estavam envolvidos atores distintos e numerosos e cuja identidade é determinada antes pela natureza dos problemas do que pela distribuição de poder. Atores estes que passam a formar e compor coalizões uns com os outros. Os Estados estavam submetidos a novas coações, perderam certas atribuições de sua autoridade e deveriam levar em conta os comportamentos de outros atores. Se sempre foram os mais importantes, não eram mais os únicos significativos <sup>163</sup>. As organizações não governamentais - ONGs formaram, nessa conjuntura, as principais coalizões com Estados e organizações intergovernamentais – OIs.

As ONGs foram fundamentais na composição da rede de comunicação tecida pela UNESCO. Elas propiciaram a remoção de barreiras para a livre circulação de ideias e o

---

<sup>159</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008. pp. 22-23.

<sup>160</sup> HARVEY, David. Op. Cit. p. 82.

<sup>161</sup> Idem. Ibidem. p.133.

<sup>162</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 408.

<sup>163</sup> LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional. Ecopolítica Internacional*. Trad. Jacob Gorender, 2ªed. São Paulo: Senac, 2005. p.97.

financiamento de ações da organização. Abaixo, podemos conferir as ONGs que são citadas nos artigos sobre meio ambiente em *O Correio da UNESCO*.

**Tabela 04. Organizações Não Governamentais em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)**

| ONGs                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------|
| Associação Internacional de Oceanografia Biológica - Filiada ICSU                  |
| Centro Feminista de Informação e Ação – Cefamina                                   |
| Clube de Roma                                                                      |
| Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS                             |
| Conselho Internacional de Uniões Científicas - ICSU                                |
| Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IIED                  |
| Instituto Internacional para a Análise Aplicada de Sistemas – IIASA                |
| <i>Integrated Conservation Research</i> - ICR                                      |
| Movimento Cinturão Verde – GBM                                                     |
| Organização Internacional de Investigações Celulares – ICRO                        |
| <i>Development Alternatives with Women for a New Era</i> - Rede DAWN               |
| <i>Resources for the Future</i>                                                    |
| <i>The Institute of Cultural Affairs</i> - ICA Quênia                              |
| União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos Naturais - IUCN |
| <i>WorldWatch Institute</i>                                                        |
| <i>World Women in Defense of the Environment</i> - WorldWIDE                       |

FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

O Conselho Internacional de Uniões Científicas – ICSU, criado em 1931 a partir da expansão de dois corpos anteriores, a Associação Internacional de Academias e o Conselho Internacional de Pesquisa, é uma das mais antigas organizações não governamentais no mundo. Ao longo dos anos, o ICSU se dedicou a questões globais em parceria com órgãos interdisciplinares e organizações, como a UNESCO <sup>164</sup>.

No campo das ciências naturais, a UNESCO também atuava ao lado da Organização Internacional de Investigações Celulares – ICRO, fundada em 22 de junho de 1962, como uma organização não governamental projetada especificamente para ajudar a UNESCO na implementação do seu programa de biologia celular <sup>165</sup>. A ICRO associou-se ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA com a finalidade de

<sup>164</sup> *International Council for Science* - ICSU. Disponível em: <http://www.icsu.org>. Acesso em: 26/06/2015.

<sup>165</sup> *The International Cell Research Organization* - ICRO. Disponível em: <http://icro-unesco.org> Acesso em: 26/06/2015.

elaborar um programa de salvaguarda do patrimônio genético, ação concretizada com a criação dos Centros de Recursos Microbiológicos – MIRCENS, em 1975.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos Naturais – IUCN, criada em 1948 e originalmente denominada União Internacional para a Preservação da Natureza – IUNP, também figura na lista de ONGs vinculadas a UNESCO, auxiliando a organização em projetos de preservação/conservação de ecossistemas. Em 1956, ela muda de foco, substituindo sua orientação preservacionista pelo conservacionismo. Segundo Carlos Diegues a corrente preservacionista pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*), ou seja, um ambiente tido como intocado. Já a corrente conservacionista se caracteriza pela defesa ao uso dos recursos naturais pela geração presente, à prevenção do desperdício e ao uso dos recursos naturais para benefício de uma maioria <sup>166</sup>.

Em julho de 1980, *O Correio da UNESCO* publicou o número *O Homem e a Terra - Uma estratégia mundial de sobrevivência*. Este número se baseava em estudos realizados em parceria com a IUCN. A *Estratégia Mundial de Conservação* foi concebida como um programa de ação cuja filosofia orientava-se pela harmonização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente. Suas metas davam ênfase à necessidade de preservação dos ecossistemas naturais, da diversidade biológica neles contidas e na utilização racional de seus recursos.

Dentre as ONGs fundadas no contexto pós Segunda Guerra, listamos o *Resources for the Future*. Organização americana sem fins lucrativos, fundada em 1952, com subsídios iniciais da Fundação Ford. Inicialmente voltada para a pesquisa em energia e recursos naturais, com ênfase em economia e ciências sociais <sup>167</sup>.

O *Integrated Conservation Research* - ICR, também atuava com a UNESCO em programas e projetos de conservação dos recursos naturais. Organização internacional sem fins lucrativos fundada em 1988, voltada a pesquisas em florestas tropicais, o ICR teve o suporte inicial fornecido pelo programa *O Homem e a Biosfera* - MAB da UNESCO, a

---

<sup>166</sup> DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, 3.a ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. p.29.

<sup>167</sup> *Resources for the Future*. . Disponível em: <http://www.rff.org/Pages/default.aspx>. Acesso em 26/06/2015.

*National Geographic Society*, da Alemanha, e o *National Museum of Natural History of the Smithsonian Institute*, dos EUA <sup>168</sup>.

Criado em 1964, a partir da Carta de Veneza, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS é uma organização não governamental global, associada à UNESCO, cuja missão é promover a conservação, proteção, utilização e valorização de monumentos, complexos de edifícios e sítios. O ICOMOS é um dos três órgãos consultivos do Comité do Património Mundial, função que desempenha ao lado da IUCN e do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM. Como tal, o ICOMOS analisa as candidaturas de património mundial cultural da humanidade e garante o status de propriedades de conservação <sup>169</sup>.

Nos anos 1970, particularmente no contexto de preparação e repercussão da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, organizações não governamentais se articularam num esforço de compreensão das questões ambientais. Dentre estas ONGs, encontramos em *O Correio da UNESCO*, elos da UNESCO com o Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IIED. Fundado em 1971, pela economista Barbara Ward, o IIED realizava pesquisas em política prestando assessoria e consultoria a organizações, locais ou internacionais, dentre elas a IUCN <sup>170</sup>.

Um exemplo da dinâmica das ONGs “geração Estocolmo” é o Instituto Internacional para a Análise Aplicada de Sistemas – IIASA. Criado em 1972, a partir de uma parceria entre EUA e URSS, o instituto deveria construir equipes interdisciplinares internacionais voltados à análise das questões globais então emergentes: energia e mudanças climáticas, alimentos e água, pobreza e equidade. Com a UNESCO, o IIASA trabalha em soluções para as questões dos recursos hídricos <sup>171</sup>.

O *WorldWatch Institute* talvez figure como a ONG com maior visibilidade dentre as que foram formuladas no contexto pós Estocolmo. Fundada em 1974, pelo ambientalista

---

<sup>168</sup> *Integrated Conservation Research* - ICR. Disponível em: <http://www.integratedconservationresearch.org/>. Acesso em: 26/06/2015.

<sup>169</sup> *International Council on Monuments and Sites* – ICOMOS. Disponível em: <http://www.icomos.org/en>. Acesso em: 26/06/2015.

<sup>170</sup> *International Institute for Environment and Development* - IIED. Disponível em: <http://www.ied.org/>. Acesso em: 26/06/2015.

<sup>171</sup> *International Institute for Applied Systems Analysis* - IIASA. Disponível em: <http://www.iiasa.ac.at/>. Acesso em: 26/06/2015.

norte-americano Lester Brown, o *WorldWatch* é responsável pela elaboração do relatório *Estado do Mundo*, publicado desde 1984, centrado em análises sobre a tríade: clima, energia, alimentação e agricultura e ambiente e sociedade <sup>172</sup>. Pesquisadores do *WorldWatch*, escreveram e tiveram excertos de seus textos publicados em *O Correio da UNESCO*.

*The Institute of Cultural Affairs* – ICA, foi fundado em 1977 como organização não governamental focada em pesquisa e ações de fomento ao desenvolvimento humano. Originalmente sediada em Chicago, EUA, o instituto ramificou-se em escritórios regionais. O ICA Quênia é uma destas regionais <sup>173</sup>. No mesmo ano, o Movimento Cinturão Verde – GBM, foi fundado pela professora Wangari Maathai, sob os auspícios do Conselho Nacional de Mulheres do Quênia - NCWK. O Movimento buscava responder às necessidades das mulheres que viviam em áreas rurais e que relatavam a escassez de água, fontes seguras de alimentos e disponibilidade de madeira, itens básicos para a sobrevivência. Hoje, o movimento tem quatro áreas principais de atividade: arborização e bacias hidrográficas, alterações climáticas, assessoria jurídica e empoderamento das comunidades <sup>174</sup>.

Outra organização não governamental liderada por mulheres era a *Development Alternatives with Women for a New Era* - Rede DAWN. Fundada na Índia, em agosto de 1984, como fruto do questionamento do impacto do desenvolvimento sobre as pessoas pobres, especialmente as mulheres. Sua fundação ocorre no escopo da Década das Nações Unidas para o Avanço da Mulher, a respeito da qual a revista publica o número *As mulheres e o meio ambiente*, em maio de 1992. Dentre as ONGs articuladas às metas da Década, temos o *World Women in Defense of the Environment* – *WorldWIDE* e o Centro Feminista de Informação e Ação – Cefamina. À luz das crises econômicas e políticas globais, as fundadoras destas ONGs defendiam a necessidade e a urgência da elaboração e

<sup>172</sup> *WorldWatch Institute*. Disponível em: <http://www.worldwatch.org/mission>. Acesso em: 26/06/2015.

<sup>173</sup> *The Institute of Cultural Affairs* – ICA. Disponível em: <http://ica-international.org/globalnetwork.htm> e <http://www.ica-international.org/kenya/>. Acesso em: 26/06/2015.

<sup>174</sup> *The Green Belt Movement* - GBM Disponível em: <http://www.greenbeltmovement.org/>. Acesso em: 26/06/2015.

valorização de processos de desenvolvimento alternativo que priorizassem necessidades básicas de sobrevivência <sup>175</sup>.

As ONGs reunidas na Tabela 04 podem ser agrupadas em quatro tipologias interdependentes: (1) organizações diretamente vinculadas à UNESCO, (2) ONGs fundadas no bojo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, (3) institutos de pesquisa sobre recursos naturais e mudanças climáticas, (4) organizações voltadas ao empoderamento e suporte de comunidades. Podemos observar que a UNESCO tinha como parte de sua estrutura de trabalho uma rede de ONGs filiadas, caso da ICSU, IUCN, ICOMOS e ICRO. A organização também estava conectada a ONGs de pesquisa que foram fundadas no alvorecer do debate sobre meio ambiente, muitas como reflexo das discussões encaminhadas em Estocolmo, outras elaboradas em consequência da demanda por participação popular nos processos decisórios.

A revista *O Correio da UNESCO*, ao se constituir como veículo de comunicação e espaço para o intercâmbio de ideias e conhecimento, apresenta-se como instrumento para divulgação e cooperação em ciência, cultura e educação, da UNESCO e demais agências das Nações Unidas. Na tabela que segue (Tabela 05), podemos observar quais centros, divisões e programas da ONU são representados na revista a partir de artigos escritos por seus pesquisadores e gerenciadores.

---

<sup>175</sup> *Development Alternatives with Women for a New Era* - DAWN. Disponível em: <http://www.dawnnet.org/> Acesso em 26/06/2015.

**Tabela 05. Centros, Divisões e Programas da ONU com artigos em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)**

| ONU                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------|
| Agência Internacional de Energia Atômica – IAEA                         |
| <i>Bureau para a América Latina</i> / PNUD                              |
| <i>Centro de Estudios Económicos y Sociales del Tercer Mundo</i>        |
| Centro Psicossocial da Organização Mundial para a Saúde - OMS           |
| Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL             |
| Comissão Independente para o Desenvolvimento Internacional              |
| Divisão de Ecossistemas e Recursos Naturais do PNUMA                    |
| Divisão de Política Alimentar e Nutrição – FAO                          |
| Divisão de População                                                    |
| Fundo das Nações Unidas para as Populações - UNFPA                      |
| Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher                |
| <i>Global Atmospheric Research Program</i> - GARP / OMM                 |
| Instituto Africano de Desenvolvimento Econômico e Planejamento          |
| Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO |
| Organização Meteorológica Mundial – OMM                                 |
| Plano de Ação para o Mediterrâneo - "Plano Azul"                        |
| Revista <i>Ceres</i> – FAO                                              |
| <i>Revista de la CEPAL</i>                                              |
| Sociedade Internacional de Energia Solar                                |

FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

A partir desta relação, podemos inferir que no debate ambiental que se constrói na revista *O Correio da UNESCO*, a ONU se articula ao tema do meio ambiente a partir de seis grupos temáticos, sendo eles: desenvolvimento, população, energia, clima, recursos naturais e saúde. Quanto ao desenvolvimento, os organismos convergiam ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, à CEPAL e a UNIDO, tinham como área de atuação as economias em desenvolvimento, em específico, a América Latina, o Caribe e a África, e indicavam a problematização do papel da mulher nas políticas promotoras de desenvolvimento. O tema populacional era abordado pela FAO e suas divisões, enquanto os assuntos relativos à energia concentravam-se na AIEA e indicavam a preocupação com o tema das fontes renováveis, em especial, a solar. As questões do clima, de responsabilidade da OMM, aparecem sob o signo da pesquisa científica. Quanto aos recursos naturais, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA

aparece articulado aos programas da UNESCO sobre conservação de ecossistemas. Cabendo a OMS, as atribuições da saúde.

A redação de *O Correio da UNESCO* selecionava, dentre os artigos a serem publicados, um número significativo de autores representantes da organização. Na Tabela 06, podemos observar quais áreas de atuação da UNESCO foram mobilizadas para a abordagem das questões do meio ambiente.

**Tabela 06. Centros, Divisões e Programas da UNESCO em *O Correio da UNESCO* (1972-1992)**

| UNESCO                                                            |
|-------------------------------------------------------------------|
| Divisão de Pesquisa e Ensino Superior                             |
| Centro Internacional de Física Teórica de Trieste                 |
| Centros de Recursos Microbiológicos - MIRCENS                     |
| Comissão Oceanográfica Intergovernamental - COI                   |
| Divisão de Ciências dos Estados Árabes para a UNESCO              |
| Divisão de Ciências Ecológicas                                    |
| Divisão de Ciências Marinhas                                      |
| Divisão de Engenharia e Tecnologia                                |
| Escritório Regional Árabe de Ciência e Tecnologia da UNESCO       |
| Instituto de Pesquisa Integrada sobre Ecologia de Hong Kong - MAB |
| Programa Hidrológico Internacional – PHI                          |
| Programa <i>O Homem e a Biosfera</i> – MAB                        |
| Conselho Internacional de Música                                  |
| <i>UNESCO World Heritage Centre</i>                               |
| Escritório de Informação Pública                                  |
| Revista <i>Fontes</i> – UNESCO                                    |
| Revista <i>Impacto, Ciência e Sociedade</i> - UNESCO              |
| Divisão de Estudos sobre Desenvolvimento                          |
| Divisão de Núcleos Habitacionais Humanos e do Meio Sociocultural  |
| Divisão de População e Assentamentos Humanos                      |
| Seção de Nutrição e Educação Sanitária                            |

FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

Os centros, divisões e programas listados acima se vinculam a uma ou mais áreas de responsabilidade da UNESCO. Acompanhando a Tabela 06, vemos que, respectivamente, apenas um destes órgãos corresponde a Divisão de Educação, ao passo que onze correspondem a Divisão de Ciências, dois a Divisão de Cultura, três a Divisão de

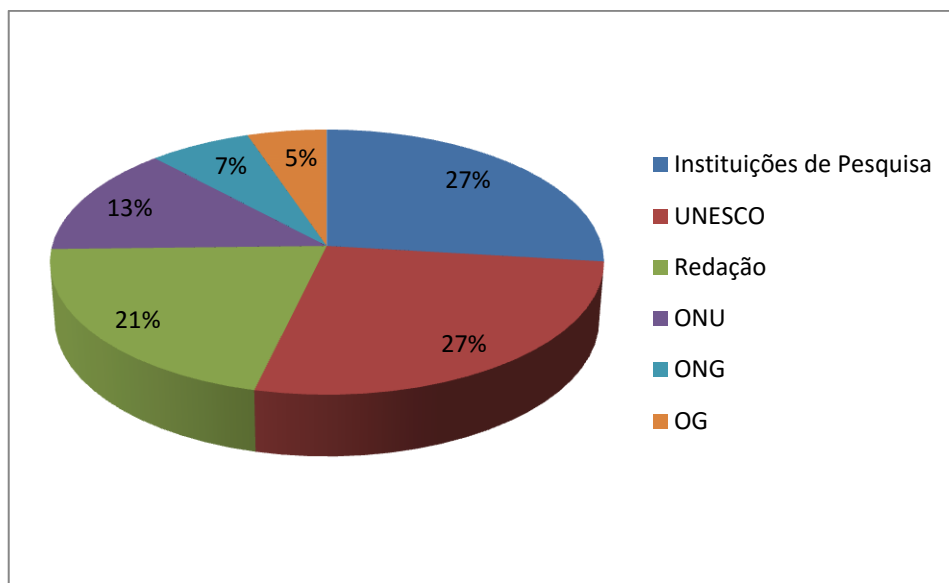
Comunicação e Informação, enquanto quatro possuem interface multidisciplinar. Neste último grupo, concentram-se os órgãos voltados às políticas e programas sobre população, habitação e desenvolvimento.

As ciências têm parcela significativa na abordagem das questões ambientais em *O Correio da UNESCO*. Podemos notar isto por meio do perfil das ONGs, OGs, centros, divisões e programas identificados nos artigos da revista, apresentados anteriormente nas tabelas. Na revista, meio ambiente e desenvolvimento são temas que recebem a atenção do universo científico e sua *expertise*, das organizações governamentais estatais das economias em crescimento, das divisões da ONU sobre população, desenvolvimento, clima e energia, e das áreas de atuação da UNESCO.

A UNESCO ocupa na revista papel preponderante no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. Essa ação se dá por meio da porcentagem de artigos escritos por membros de suas divisões e redação de *O Correio da UNESCO*. Utilizando como amostra os 121 artigos sobre perspectivas de desenvolvimento articulado ao meio ambiente, publicados entre 1972 e 1992 (Gráfico 03), vemos que a UNESCO é responsável por 27% deles, ao passo que a redação de *O Correio da UNESCO* redigiu 21% do total de artigos no período. Assim, a UNESCO, por meio dos representantes de seus centros, divisões e programas e redação de *O Correio da UNESCO*, ocupa a fatia de 48 % do espaço de debate sobre meio ambiente e desenvolvimento na revista. Enquanto a autoria de 52% dos artigos é dividida entre representantes de instituições de pesquisa, OGs, ONGs e ONU.

*O Correio da UNESCO* atuava como instrumento para a divulgação das políticas e programas da ONU e da UNESCO para as questões do meio ambiente e do desenvolvimento. Publicando artigos de seus representantes, assim como excertos de relatórios e documentos elaborados nas conferências e comissões sobre as temáticas ambientais e artigos anteriormente publicados em outros veículos de comunicação. Nas páginas da revista também encontramos excertos de pesquisas realizadas por academias, universidades, institutos, ONGs, ligadas ou não à UNESCO. *O Correio da UNESCO* também é espaço para a comunicação entre os diretores-gerais da UNESCO e os leitores e interessados nas ações da organização. A revista promovia assim, o ideal da UNESCO para a livre circulação e intercâmbio de informações.

**Gráfico 03. Porcentagem de participação no debate sobre desenvolvimento (1972-1992)**



FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

### 2.3. Programas e políticas para o meio ambiente

A UNESCO, criada para promover intercâmbios internacionais nas áreas de cultura e educação, posteriormente comprometida com o desenvolvimento da cooperação no campo científico, pode ser tomada como uma janela para observarmos os avanços historicamente alcançados nesta direção <sup>176</sup>. A cooperação em ciência, cultura e educação, principalmente aquela destinada ao treinamento de pessoas e a habilitação das mesmas para a abordagem dos problemas do meio ambiente é meta apresentada constantemente nos artigos publicados na revista.

Posto que a UNESCO tinha como uma de suas missões a cooperação para com os Estados-membros e suas demandas. Quais seriam os programas e políticas para o meio ambiente divulgados e debatidos em *O Correio da UNESCO*? Nos números e artigos sobre meio ambiente e desenvolvimento publicados na revista, encontramos referências ao Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, o Programa Hidrológico

<sup>176</sup> ELZINGA, Aant. “A Unesco e a política de cooperação no campo da ciência”. In: MAIO, Marcos Chor (Org.) *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz; UNESCO, 2004. p.90.

Internacional – PHI, a Comissão Internacional para os Oceanos – COI, os Centros de Recursos Microbiológicos – MIRCENS, o Programa *O Homem e a Biosfera* – MAB, e a Lista do Patrimônio Mundial.

Os programas e políticas em educação ambiental, divulgados e abordados em *O Correio da UNESCO*, relacionam-se ao Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA. Criado em outubro de 1975, pela UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, no Colóquio sobre Educação Relativa ao Ambiente, realizado em Belgrado. As atividades do PIEA se orientavam pela promoção de uma educação ambiental continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Agenda elaborada em resposta ao Plano de Ação proposto na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972. UNESCO e PNUMA, por meio do PIEA, elaboraram módulos de ensino em ecologia, produção de material didático e atividades de formação docente com o objetivo de promover a cooperação internacional em programas de educação para o ambiente.

É em decorrência do PIEA que a UNESCO organiza em outubro de 1977 a Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Ambiente, na cidade de Tbilisi, Geórgia, (URSS) para avaliar os primeiros anos de atuação do programa. Segundo Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, elaborada na ocasião, a educação ambiental deveria possuir enfoque interdisciplinar, caráter escolar e extraescolar, compreender todos os níveis de ensino e se dirigir ao público em geral, com o objetivo de ensinar-lhes medidas que permitissem ordenar e controlar o meio ambiente <sup>177</sup>.

A função da UNESCO frente ao acordado na Conferência é apresentada em *O Correio da UNESCO* pelo químico Peter J. Fensham, chefe da Delegação Australiana em Tbilisi, no artigo *Educar para o ambiente – Luxo de uns, necessidades de outros* <sup>178</sup>, publicado em maio de 1978. Nele, o autor aborda que a conferência deveria ser compreendida como uma agenda programática de ajuda ao desenvolvimento a respeito da ação do homem no ambiente. Na opinião de Fensham, a educação ambiental teria de ser considerada como dimensão contínua do processo educativo e deveria envolver a participação ativa da sociedade e a troca de conhecimento. Além das questões químicas,

<sup>177</sup> Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. In: *Educação ambiental e desenvolvimento*: documentos oficiais. Secretaria do Meio Ambiente, São Paulo, 1994.

<sup>178</sup> FENSHAM, Peter J. “Educar para o meio ambiente”. In: O CORREIO DA UNESCO. *Esplendor da arte catalã*. Ano06. n.05. maio/1978. pp. 04-07.

físicas e biológicas do ambiente, a educação ambiental deveria abordar os indicadores de crescimento econômico, como o PIB, e a forma de distribuição dos recursos. Nesse sentido, deveria despertar nos estudantes e na opinião pública o questionamento sobre a conservação e a redistribuição dos recursos<sup>179</sup>.

Ela poderia ainda ser vista como alternativa a educação convencional desde que não fosse instrumento de determinados grupos sociais, em especial, os economicamente beneficiados. A respeito, observa:

A educação convencional desiludiu muitos na maioria dos países, pois prometia ser a chave do desenvolvimento social, e em vez disso revelou-se o processo de seleção de uma pequena elite, enquanto a maior parte da população era esquecida. O movimento da educação ambiental leva a que, a cada fase de seu processo, se formule a seguinte questão: o programa permite que o maior número possível de pessoas controle cada vez mais seu próprio ambiente?<sup>180</sup>.

Nesse sentido, Fensham orienta que a mesma não deveria ser confundida com educação para o desenvolvimento. Confusão comum aos países com economias em crescimento que, segundo o autor, também ofereciam resistência a programas de educação ambiental devido à necessidade de exploração de seus recursos naturais.

A conferência de Tbilisi é retomada na revista em julho de 1980, no quadro *Princípios básicos de uma educação ambiental*, elaborado pela redação de *O Correio da UNESCO*. Nele destaca-se o caráter contínuo e permanente do processo da educação ambiental, concebida numa perspectiva interdisciplinar voltada ao exame das principais questões relativas ao ambiente, atuais e futuras. A dimensão da educação ambiental como uma experiência de aprendizagem participativa que envolva a ação da comunidade é novamente posta em pauta.

Nas ações educativas deveria estar inclusa a identificação dos problemas do ambiente, ressaltando sua complexidade, promovendo o elo entre os processos de sensibilização e aquisição de conhecimentos em relação ao ambiente a comunidade onde se desenvolve. Mais uma vez a cooperação, do local ao internacional, é apontada como elemento necessário a prevenção e resolução dos problemas do ambiente. Cooperação que

---

<sup>179</sup> FENSHAM, Peter J. “Educar para o meio ambiente”. In: O CORREIO DA UNESCO. *Esplendor da arte catalã*. Ano06, n.05, maio/1978, p.07.

<sup>180</sup> Idem. Ibidem. p.07.

deveria vir acompanhada do estudo sistemático dos planos de desenvolvimento e crescimento dos países <sup>181</sup>.

A UNESCO reúne esforços em ação normativa e executiva sobre a educação. Observamos na revista que muitos artigos abordavam a ação da organização na promoção de ações educativas voltadas a compreensão de temas relacionados ao ambiente, tais como a demanda energética e a capacidade de abastecimento dos recursos hídricos. Vemos que a educação para o meio ambiente, como colocado em *O Correio da UNESCO*, era permeada por uma educação de cunho científico e tecnológico.

As questões hídricas são recorrentes em artigos publicados em *O Correio da UNESCO*. Entre 1972 e 1992 dois números específicos sobre a água são publicados. Em abril de 1978 a revista traz o tema *Água – questão de vida ou morte?*. No número aborda os resultados e expectativas gerados a partir da Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada na Argentina, em março de 1977. A edição traz dois artigos que apresentam possíveis alternativas para a oferta de água potável às populações residentes em áreas desérticas como o transporte de *icebergs*, a dessalinização da água do mar. Projetos vistos como viáveis no horizonte da virada do milênio. No número de março de 1985, a revista traz como tema *As maravilhas da água*, número no qual enfatiza os prejuízos da escassez do recurso hídrico para as populações urbanas e rurais. Temas como a erosão, a desertificação e demanda urbana são relevantes.

As ações da UNESCO ao longo do período são apresentadas com vínculos ao Programa Hidrológico Internacional – PHI e, a partir da década de 1980, também ao Programam *O Homem e a Biosfera* - MAB. O PHI fora criado em 1975 e compõe desde então a relação de programas da divisão de ciência naturais da UNESCO voltados para o meio ambiente, em especial, as questões da água. Sua criação se dá em um contexto pós Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, no qual a água está na pauta da agenda política internacional. Na Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano, a água e o ar deveriam ser recursos naturais preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento <sup>182</sup>. Água e ar foram temas

---

<sup>181</sup> O CORREIO DA UNESCO. *O Homem e a Terra: uma estratégia de sobrevivência*. Ano 08. n.07. jul./1980. p. 23.

<sup>182</sup> Princípio 2. ONU. *Declaração da Conferência de ONU sobre o Ambiente Humano*. Disponível em [www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc). Acesso em: 03/01/2015.

intensamente abordados pelos movimentos ambientalistas ao longo dos anos 1960, momento no qual exerceram importante papel de pressão sobre as formas de uso dos recursos hídricos postas em prática pela sociedade e permitidas pelo Estado.

O PHI – I teve como eixo a educação e a formação profissional. Segundo apresentado na revista, o programa compreendia, no final da década de 1970, o intercâmbio de dados, o estabelecimento de modelos físicos e matemáticos de fenômenos e processos hidrológicos, a introdução de tecnologia eletrônica na gestão de recursos hídricos e a colaboração para formação de pessoal técnico especializado <sup>183</sup>. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em março de 1977, que teria por objetivo estudar um meio de satisfazer as necessidades vitais da água na comunidade mundial, as pesquisas do PHI, financiadas pela UNESCO, teriam como foco os problemas de abastecimento, evacuação e renovação das reservas hídricas urbanas <sup>184</sup>.

As ações e políticas voltadas à água durante a década de 1980 têm como marco a Década Internacional do Abastecimento de Água Potável e do Saneamento (1981-1990). Campanha definida no artigo *A UNESCO e a Década internacional*, publicado em abril de 1981, como ação em resposta a necessidade de um enfoque global sobre o abastecimento de água, a mudança de hábito no tratamento higiênico dos dejetos e a educação nas práticas de uso da água na higiene doméstica <sup>185</sup>. A partir desta perspectiva, as estratégias da Década compreenderam a promoção e financiamento de programas nacionais, através da cooperação técnica aos países em desenvolvimento, e o estímulo ao fluxo de investimentos em atividades que gerassem programas dinâmicos e autossuficientes voltados à gestão dos recursos hídricos. As metas desta campanha orientaram o PHI – II.

A UNESCO mobilizou o Programa de Informação Geral da organização, que atuava paralelamente ao Programa de Intercâmbio e Transferência de Informação, e atuou como parceira em projetos regionais na América Latina, Estados Árabes e África. Estes projetos tiveram como meta a promoção do aproveitamento racional da água nas zonas rurais e a preservação dos recursos hídricos voltada ao atendimento das necessidades

---

<sup>183</sup> KORZUN, Valentin I; SOKOLOV, Alexei A. “Haverá água no ano de 2015?”. O CORREIO DA UNESCO. *Água, questão de vida ou morte*. Ano 06. n.04. abr./1978. pp. 06-09.

<sup>184</sup> REDAÇÃO. “As cidades têm sede”. O CORREIO DA UNESCO. *Água, questão de vida ou morte*. Ano 06. n.04. abr./1978. pp.10-14

<sup>185</sup> REDAÇÃO. “A Unesco na Década Internacional”. O CORREIO DA UNESCO. *Tradições Culturais e turismo de massa*. Ano 09. n.04, abr./1981. p.13.

econômicas e sociais das comunidades rurais. Ações definidas como “mais adequadas ao desenvolvimento”<sup>186</sup>.

O PHI entrou em sua terceira fase em março de 1984 em paralelo ao *Plano da UNESCO de Médio Prazo para 1984-1989*. De acordo com o plano, o PHI deveria contribuir para aumentar o potencial científico endógeno, o progresso das pesquisas e o desenvolvimento de uma rede de informações sobre a utilização dos recursos hídricos levando em conta as condições biogeográficas e socioeconômicas dos Estados com os quais iria cooperar<sup>187</sup>. O PHI-III tinha como meta o abastecimento de água aos pobres das zonas rurais, na África, América Latina e Caribe. Seus projetos deveriam atingir planejadores, responsáveis políticos e público em geral, reforçar conhecimentos e ter aplicabilidade imediata dos resultados. O programa deveria aprofundar os conhecimentos científicos e técnicos, capacitar o pessoal necessário, criar centros de pesquisa e de formação e estimular a participação da população interessada na conservação e gestão racional dos recursos hídricos<sup>188</sup>.

A abordagem da UNESCO aos recursos hídricos respondia à necessidade de conhecimento e compreensão da dinâmica hídrica da Terra em um contexto marcado pelo aumento do consumo na irrigação, produção industrial e abastecimento urbano. A urbanização ocorrida a partir da segunda metade do século XX, assim como a industrialização das economias, ambas complementares, geraram ampla necessidade de abastecimento e novas políticas de descarte de resíduos.

A educação, a ciência e a tecnologia ganharam importância crescente a partir da metade da década de 1970 diante da especialização do mercado de trabalho proporcionado pelo neoliberalismo e pela revolução tecnológica. Poderíamos falar de uma educação destinada a lidar com os imperativos econômicos impostos ao ambiente, particularmente com a escassez de seus recursos e a necessária elaboração de novas formas de utilizá-los.

A inclusão da ciência como uma das áreas de atuação da UNESCO ocorre em um contexto em que esta passa a exercer um papel social de fortalecimento do

---

<sup>186</sup> REDAÇÃO. “A Unesco na Década Internacional”. O CORREIO DA UNESCO. *Tradições Culturais e turismo de massa*. Ano 09. n.04. abr./1981. p.13

<sup>187</sup> REDAÇÃO. “Plano X-Ambiente humano e recursos terrestres e marinhos.”. O CORREIO DA UNESCO. Ano 11. n.03. mar./1983. p.23

<sup>188</sup> PHI. “Administrar a fonte de vida”. O CORREIO DA UNESCO. *As maravilhas da água*. Ano13. n.º3. mar./1985. p.17

desenvolvimento econômico e da independência dos países outrora colonizados pelas nações europeias. Ciência e Tecnologia tornaram-se variáveis estratégicas em economia, política e na sociedade.

Nas últimas décadas do século XX, os oceanos foram inclusos aos objetos de interesse da comunidade científica. Desvendar as potencialidades minerais e energéticas ocultas sob a superfície da água se tornou um dos objetivos na área. Paralelamente, a instauração de uma nova ordem econômica mundial elevou os oceanos à categoria de questão internacional a ser solucionada em prol do desenvolvimento econômico e da negociação de conflitos territoriais <sup>189</sup>.

Há três números de *O Correio da UNESCO* dedicados exclusivamente a questão dos oceanos nos vinte e um anos abordados nesta pesquisa. Em março de 1977, a revista traz como título a questão *A quem pertence o Oceano?*, em fevereiro de 1984, dedica-se às *Civilizações do Mar* e em abril de 1986, apresenta a seus leitores o *Planeta Oceano*. Os artigos publicados nestes números exploram a atuação da UNESCO com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI e abordam a questão patrimonial sobre a jurisdição dos oceanos em referência direta a III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Dentre as decisões tomadas no âmbito da Conferência Intergovernamental sobre Pesquisa Oceanográfica, realizada em Copenhague, o ano de 1960, fora recomendado criar, no seio da UNESCO, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental - COI, com a tarefa de promover a pesquisa científica e ampliar os conhecimentos relativos à natureza e aos recursos dos oceanos<sup>190</sup>. A COI deveria identificar os problemas e oferecer como solução a cooperação internacional em pesquisa oceânica e serviços afins, como o intercâmbio internacional de dados oceanográficos e sistemas de observação. Ações justificadas como elementos de fortalecimento da capacidade técnica e científica dos Estados-membros da ONU, uma vez que incluíam educação, treinamento e possibilidade de assistência mútua no campo dos estudos do mar.

---

<sup>189</sup> REDAÇÃO. “As raízes da crise atual”. O CORREIO DA UNESCO. *A Unesco aos 30 anos*. Ano 04. n.05. maio/1976. p 26-29.

<sup>190</sup> REDAÇÃO. “A Comissão Oceanográfica Internacional – Vinte e cinco anos de pesquisa”. O CORREIO DA UNESCO. *O Planeta Oceano*. Ano14. n.04. abr./1986. p. 26.

A UNESCO atuou no período como mediadora entre a COI e os Estados-Membros da ONU. A organização fornecia à Comissão serviços de pessoal e secretariado, além de manter com ela estreita colaboração através da Divisão de Ciências do Mar <sup>191</sup>. Por outro lado, deveria oferecer ajuda aos seus Estados Membros, por meio da COI, na criação de infraestrutura para a administração dos recursos marinhos. Estes, por sua vez, deveriam ser explorados com “racionalidade e equilíbrio” para garantir a “sobrevivência da humanidade e a melhoria da qualidade de vida” <sup>192</sup>. COI e UNESCO atuaram em conjunto com o Grupo Conjunto de Especialistas nos Aspectos da Poluição Marinha - GESAMP <sup>193</sup>.

As ações da UNESCO no campo da ciência se estendiam também à pesquisa microbiológica por meio dos Centros de Recursos Microbiológicos – MIRCENS. A ICRO, ONG vinculada à UNESCO, em parceria com o PNUMA, deu início a organização dos MIRCENS em 1975, com o objetivo de promover ajuda ao desenvolvimento rural e estimular a produtividade agrícola pela ação dos microorganismos <sup>194</sup>. A UNESCO, em seu II Plano de Médio Prazo (1984-1989), mobiliza os MIRCENS para atividades no campo da formação, da pesquisa e da cooperação internacionais em microbiologia aplicada com ênfase nas biotecnologias.

A UNESCO tinha como um de seus eixos de ação a promoção, contribuição, estímulo e formulação de políticas de educação em formação científica. Para atender a estas metas, a UNESCO em parceria com o Conselho Internacional de Uniões Científicas – ICSU, fundou o Sistema de Informação Científica Internacional das Nações Unidas - UNISIST, com a finalidade de estimular a criação de sistemas nacionais e internacionais de informação em ciências exatas, naturais e sociais nos Estados-membros da ONU. Além deste programa, a UNESCO coordenava o *Science and Technology Policies Information Exchange System* – SPINES.

No início dos anos 1980, *O Correio da UNESCO* também abordou as demandas dos países em desenvolvimento por soluções em energia. Devemos recordar que o aumento

---

<sup>191</sup> REDAÇÃO. “A Comissão Oceanográfica Internacional – Vinte e cinco anos de pesquisa”. O CORREIO DA UNESCO. *O Planeta Oceano*. Ano14. n.04. abr./1986. p. 27.

<sup>192</sup> REDAÇÃO. “O Homem e o ambiente”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE* 1982. Ano 05. n.05. maio/1977. pp. 30-31.

<sup>193</sup> REDAÇÃO. “A saúde dos Oceanos”. O CORREIO DA UNESCO. *Civilizações do Mar*. Ano12. n.02. fev./1984. pp. 40-42.

<sup>194</sup> DASILVA, Edgar J. “Nossos amigos os micróbios”. O CORREIO DA UNESCO. *Biotecnologia, agricultura e desenvolvimento*. Ano 15. n.05. maio/1987.p.27.

populacional e a intensificação da industrialização geraram grande demanda de energia ao longo do século XX. O petróleo, ao lado do carvão, movimentava as engrenagens da sociedade industrial desde a virada do século, no entanto, a partir da década de 1950, torna-se líder na manutenção do regime energético fóssil. A redução da oferta deste recurso natural por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, em 1973, expôs a crise energética existente. A pesquisa e produção em energia nuclear tentou sanar o déficit energético, mas acabou por alimentar o debate entre cientistas e ambientalistas, tornando-se, além de menos econômica, impopular. O sol, o ar e a água se tornaram objetos das pesquisas sobre fontes novas e renováveis de energia.

*O Correio da UNESCO* publica, entre 1972 e 1992, dois números específicos sobre as questões energéticas, sendo eles *Energia para o futuro*, de agosto de 1978 e *Energia para o século XXI*, publicado em setembro de 1981. As edições apresentam pesquisas sobre a redução de custos e simplificação de tecnologias produtoras de energia nuclear, geotérmica, maremotriz, hidráulica, solar e eólica. Os artigos que trazem para a revista a temática da energia informam sobre a Década Internacional da Energia Solar (1970 -1979) e a Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, realizado em agosto de 1981, em Nairóbi, Quênia, cidade sede do PNUMA.

Em *O Correio da UNESCO*, publica-se que havia esforços por parte da organização no sentido de criar um sistema internacional de informação sobre as fontes de energia <sup>195</sup>. Mas não são citados programas da UNESCO voltados exclusivamente para as questões energéticas, de forma que as atividades da organização voltadas à busca de fontes novas e renováveis de energia, como o apresentado na revista, seguiam a linha de cooperação científica, formação de pessoal especializado e promoção de atividades educativas sobre a potencialidade das novas fontes.

Dentre os programas da UNESCO com interface às questões do meio ambiente destaca-se o programa *O Homem e a Biosfera* – MAB que se configura como o programa ecológico da organização. Criado no ano de 1971 pela UNESCO em decorrência da *Conferência Intergovernamental sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera*, ou simplesmente, Conferência da Biosfera (1968), o MAB deveria atingir a promoção de um novo conceito de pesquisa, que atendesse à

---

<sup>195</sup> M'BOW, Amadou-Mathar. "A crise que é de todos". O CORREIO DA UNESCO. *Energia para o século XXI*. Ano 09. n.09. set./1981. pp.04-05.

necessidade de um enfoque integrado, global e interdisciplinar sobre a biosfera. A UNESCO, além do apoio financeiro, caberia estimular e coordenar as pesquisas e facilitar a organização dos grupos de especialistas que participavam da execução do programa.

Carlos Alberto Menarin, em sua tese *Entorno da Sustentabilidade: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (1971-2008)*, coloca que o MAB:

visava identificar e avaliar as mudanças na biosfera resultante de atividades humanas e os efeitos dessas alterações sobre o próprio homem, bem como estudar as inter-relações entre ecossistemas naturais e processos socioeconômicos, e medir as mudanças quantitativas e qualitativas no meio ambiente a fim de estabelecer critérios científicos para a gestão regional dos recursos naturais e o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental <sup>196</sup>.

Essa dinâmica de atuação do MAB colocava em questão perspectivas preservacionistas e conservacionistas do meio ambiente. O contexto histórico mundial deste impasse fora marcado pela descolonização, pela busca por uma identidade cultural e dignidade humana, pelo desenvolvimento econômico e pela reivindicação ao uso dos recursos naturais. A justificativa para a mudança de posição no debate conservação-preservação estava na crença em que uma ação moderada do homem provocaria efeitos mais favoráveis sobre a diversidade ecológica e genética que um protecionismo rigoroso. A conservação abria a perspectiva do uso, logo da disponibilidade de recursos naturais para a dinamização da indústria, seja ela química, madeireira ou de minérios.

Dentre os números de *O Correio da UNESCO* publicados ao longo dos vinte e um anos de nossa pesquisa, encontramos dois números específicos sobre o MAB: a edição comemorativa dos dez anos de fundação do programa, publicada em junho de 1981 com o título *O Homem e a Biosfera* e o número de dezembro de 1987, intitulado *O Homem e a Biosfera – parceiros para um desenvolvimento duradouro*. Dentre os números não específicos, *Ilhas e montanhas: ecossistemas em perigo*, de junho de 1980, define no artigo *O homem pertence à terra*, de autoria da redação da revista, as motivações implícitas nas ações do MAB:

O objetivo último proposto pelo MAB, implícito na noção de uso racional de recursos da biosfera, é duplo e visa à concretização do desenvolvimento e à obtenção de alto nível de vida para todos os homens, assim como à preservação dos recursos naturais do planeta e à conservação do patrimônio genético, de

---

<sup>196</sup> MENARIN, Carlos. *Entorno da Sustentabilidade: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (1971-2008)*. Tese (Doutorado). FCL/UNESP, Assis, 2013. p.62.

modo que as futuras gerações tenham diante de si o maior número possível de opções em termos de evolução <sup>197</sup>.

A capa de *O Homem e a Biosfera* é ilustrativa dos objetivos do MAB. Nela há uma gravura onde um homem, vestido com um jaleco branco, possivelmente representando um cientista, segura uma agulha em sua mão e, debruçado sobre o planeta Terra, remenda rasgos em sua superfície, estando muitos destes rasgos, já remendados. Uma alusão ao papel da ciência, e diretamente do próprio MAB, como fundamental para a solução dos problemas ambientais do planeta. Os artigos do número em questão traziam abordagens sobre as florestas tropicais, os andes colombianos, os desertos, e as grandes cidades, definidas na pequena nota que apresentava a gravura, editada abaixo do sumário, como “quatro dos grandes domínios prioritários da pesquisa ecológica”. A redação da revista também ressaltava, em referência aos dez primeiros anos de atuação do programa, que:

Esse decênio viu a própria noção de ecologia evoluir e tornar-se uma ciência interdisciplinar, tendo por eixo os problemas e por centro o homem; é uma ciência que busca a solução por uma óptica nova, para as exigências aparentemente contraditórias da conservação e do desenvolvimento <sup>198</sup>.

Por sua vez, a capa de *O Homem e a Biosfera – parceiros para um desenvolvimento duradouro* traz uma constituição e uma mensagem distintas. A mesma é composta de uma fotografia de página inteira, onde podemos observar vários tipos de cultivo, todos verdejantes, dispostos em áreas retangulares estando estas cortadas por uma estrada de terra por onde pessoas caminham do canto inferior esquerdo em direção ao canto superior direito da página. Podemos ler esta imagem como a representação da relação do homem com a biosfera estando esta permeada por práticas agrícolas, cerceadas pelas pesquisas em biodiversidade e sua capacidade produtiva, a partir das quais a humanidade avança em direção a um futuro, em tese, promissor.

No editorial do número em questão, Edouard Glissant, redator Chefe de *O Correio da UNESCO*, justifica o objetivo da publicação de *O Homem e a Biosfera – parceiros para um desenvolvimento duradouro*:

O ano de 1987 foi marcado pela publicação de *Nosso Futuro Comum*, um relatório elaborado, a pedido das Nações Unidas, por meio de um organismo independente, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. [...] Neste número de *O Correio da UNESCO*, esperamos estar contribuindo para

<sup>197</sup> REDAÇÃO. “O homem pertence à Terra”. O CORREIO DA UNESCO. *Ilhas e Montanhas: ecossistemas em perigo*. Ano 08. n.06. jun./1980. p. 06.

<sup>198</sup> O CORREIO DA UNESCO. *O Homem e a Biosfera*. Ano 09. n.06. jun./1980.

esta campanha, publicando trechos do relatório *Man belongs the Earth* (O homem pertence a Terra) a sair em breve no âmbito do Programa o Homem e a Biosfera (MAB), da UNESCO, cuja finalidade é associar um absoluto rigor científico a uma linguagem ao alcance do público <sup>199</sup>.

Os artigos sobre o MAB em *O Correio da UNESCO* compreendem programas de ação e divulgação de resultados de pesquisa voltados à conservação e preservação dos recursos ambientais em áreas com características relevantes, sendo estas estéticas ou genéticas, com destaque para as reservas da biosfera. Tidas como grandes laboratórios a serviço do desenvolvimento sustentável, as reservas da biosfera foram apresentadas em *O Correio da UNESCO*, em um primeiro momento, como instrumentos de pesquisa nos quais se observariam os melhores métodos para sua implantação, e, posteriormente, como demonstrativos de uma gestão e manejo adequados dos recursos naturais e da diversidade biológica para um desenvolvimento durável.

A UNESCO mobilizou o Programa *O Homem e a Biosfera* - MAB, para atingir as metas do Plano da UNESCO de Médio Prazo (1984-1989). Ao programa caberia envidar esforços para aumentar o conhecimento científico sobre os processos físicos e biológicos e sobre as condições sociais e culturais a serem levadas em conta no âmbito de qualquer política de uso racional dos recursos presentes nos ecossistemas terrestres. Também caberia ao MAB assegurar unidade conceitual e administrativa às atividades operacionais de pesquisa, formação e demonstração no que se refere à conservação das zonas naturais protegidas e à administração do espaço rural e do espaço urbano <sup>200</sup>.

Sarita Albagli, em *Geopolítica da Biodiversidade*, observa que:

A emergência recente da problemática da biodiversidade, por sua vez, deve ser compreendida no contexto da passagem de um paradigma técnico-econômico intensivo em recursos naturais para outro baseado em informação e uso crescente da ciência e da tecnologia no processo produtivo. Dessa perspectiva, é principalmente como matéria-prima das biotecnologias avançadas que a biodiversidade assume hoje um caráter estratégico, valorizando-se nem tanto a vida em si, mas a informação genética nela contida. A biodiversidade investe-se, assim, de um duplo significado: elemento essencial de suporte à vida e reserva de valor futuro <sup>201</sup> (grifos meus).

<sup>199</sup> GLISSANT, Edouard. "Editorial". O CORREIO DA UNESCO. *O Homem e a Biosfera – parceiros para um desenvolvimento duradouro*. Ano 15, n.11. dez./1987.

<sup>200</sup> O CORREIO DA UNESCO. *O Plano da UNESCO de Médio Prazo – Um futuro a altura do homem*. Ano 11. n.03. mar./1983. p.24.

<sup>201</sup> ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da Biodiversidade*. Edições IBAMA: Brasília, 1998. p.18.

A partir do que coloca Albagli podemos refletir como o estudo da diversidade biológica traz consigo um crescente processo de patrimonialização dos recursos naturais. Estes, ao longo dos vinte e um anos compreendidos entre 1972 e 1992, deixam de ser compreendidos apenas enquanto água, energia, madeira, minérios e ganham uma nova dimensão, levando a perspectiva de recurso ao micro, ou seja, os *genes*. Assim, observamos grandes áreas verdes que guardam espécies únicas de flora e fauna serem consideradas como patrimônio natural, mas também, vemos a constituição biológica desta mesma flora e fauna ganharem relevância como patrimônio genético.

Biodiversidade e patrimônio são conceitos que constam na lista de discussão da política internacional desde o início da década de 1970, e que encontraram nos meios de comunicação das organizações intergovernamentais, como a UNESCO, um dos principais meios de elaboração de seus significados. Dentre estes meios, a revista *O Correio da UNESCO*, também é espaço utilizado para a divulgação da implementação de políticas sobre a conservação da biodiversidade e do patrimônio mundial.

Dois são os números de *O Correio da UNESCO* especificamente voltados para o tema do patrimônio: *Natureza e Cultura: patrimônio da humanidade*, de outubro de 1980 e *Patrimônio da Humanidade: mundial, cultural, nacional*, publicado em outubro de 1988. A capa do número de 1980 traz uma gravura de René Magritte, *La folie Almayer*, na qual o elo entre cultura e natureza é representado por uma torre medieval enraizada no solo como raízes de uma grande árvore. Em nota à capa, a redação de *O Correio da UNESCO*, aborda que: “Preservar os patrimônios cultural e natural, as obras da cultura e da natureza, é proteger as raízes do homem: aquilo de que é feito e de que vive. Para a civilização do século XX essas raízes se estendem por toda a Terra e por todas as culturas do passado e do presente: são o patrimônio universal da humanidade”<sup>202</sup>.

No editorial ao número *Patrimônio da Humanidade: mundial, cultural, nacional*, de 1988, Edouard Glissant, observa que a UNESCO, ao adotar em 1972 a Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, e se lançar ao vasto projeto do patrimônio, deu nova dimensão ao que seria o seu maior objetivo – a solidariedade entre as

---

<sup>202</sup> REDAÇÃO. “Nossa Capa”. O CORREIO DA UNESCO. *Natureza e Cultura – Patrimônios da Humanidade*. Ano 08. n.10. out. /1980.

nações – contribuindo para que toda a humanidade viesse a herdar seu patrimônio monumental e geográfico <sup>203</sup>.

O evento que suscitou especial preocupação internacional com a preservação dos bens culturais foi o processo de construção da grande represa da Assuam no Egito, com a qual se inundaria o vale em que se encontravam os antigos templos de Abu Simbel. Em resposta, a UNESCO lançou no ano de 1959 uma campanha internacional de preservação das ruínas do templo, a pedido dos governos do Egito e Sudão. No entanto, a ideia de combinar a conservação dos sítios culturais com a dos sítios naturais partiu dos Estados Unidos, em 1965, com a proposta da criação de uma "Fundação do Patrimônio Mundial" que estimulasse a cooperação internacional para proteger as áreas naturais e paisagísticas dos sítios históricos <sup>204</sup>.

A *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* é um ponto de partida para a cooperação internacional da UNESCO no campo do patrimônio, pois institui um mecanismo que permite à comunidade internacional se associar na salvaguarda de elementos do patrimônio natural e cultural <sup>205</sup>. Sua elaboração ocorre a partir de proposta incorporada pela União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos - IUCN, em 1968, apresentada à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972.

Em *O Correio da UNESCO*, a Lista do Patrimônio Mundial figura como principal instrumento da UNESCO para a promoção de políticas sobre bens patrimoniais culturais e naturais. A Lista do Patrimônio Mundial representa o reconhecimento, perante a UNESCO, do valor internacional dos bens ali inscritos. De modo que constar na lista constitui para os países um símbolo de *status* e de atração no turismo internacional <sup>206</sup>. Incluso nos processos de patrimonialização da natureza, também devemos considerar que a salvaguarda dos recursos materiais e do conhecimento tradicional sobre os usos desses

<sup>203</sup> GLISSANT, Edouard. "Editorial". O CORREIO DA UNESCO. *Patrimônio da Humanidade: mundial, cultural e natural*. Ano 17. n.10. out./1988.

<sup>204</sup> UNESCO. *Patrimônio: legado do passado ao futuro*. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>. Acesso em 14/06/2015.

<sup>205</sup> UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Conferir em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 14/06/2015.

<sup>206</sup> SCIFONI, Simone. "A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais". In: Pedro Jacobi; Lúcia da Costa Ferreira. (Org.). *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006. v. 1. pp. 135-153.

recursos é sinônima, em especial, da intenção de reservar informação genética nas áreas protegidas para uso futuro<sup>207</sup>.

MAB, PHI, COI, PIEA e a proteção do patrimônio cultural e natural no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial são elencados como programas em potencial para a abordagem, por parte da UNESCO, das questões levantadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, em 1992<sup>208</sup>.

Logo após o fim da Segunda Guerra, a UNESCO se constituiu em lugar privilegiado de discussão acerca da destinação social da ciência em regiões periféricas em um momento caracterizado pela fome, refugiados, desequilíbrios ambientais e desigualdades socioeconômicas<sup>209</sup>. A organização buscou levar seu ideal de universalidade para o campo científico por meio da proposição da ciência como um bem público que, em princípio, deveria ser acessível a todos, independente da raça, crença religiosa, classe ou localização geográfica<sup>210</sup>.

Observamos que os programas da UNESCO se orientam pela oferta de assistência técnica, estratégias de educação, difusão de normas e informação e fomento das capacidades nacionais. Eles procuravam assessorar e assistir as autoridades públicas para que estas planejassem seu desenvolvimento econômico por meio de decisões válidas do ponto de vista ecológico. Sua política de cooperação científica era direcionada à universalização do conhecimento, base ideológica da organização.

Desde as décadas de 1950-1960, era grande o investimento dos países capitalistas desenvolvidos na pesquisa científica, e os últimos vinte e cinco anos do milênio têm a ciência como base de seu desenvolvimento, seja acadêmico ou econômico, ambos interligados à indústria bélica, alimentícia ou farmacêutica. Como observa Wagner Costa Ribeiro:

O espírito científico – que marcou a ciência moderna desde o seu início – tem na

---

<sup>207</sup> ZANIRATTO, Silvia; RIBEIRO, Wagner C. “Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº51. p.252.

<sup>208</sup> REDAÇÃO. “A primeira reunião de cúpula da Terra”. *O CORREIO DA UNESCO. Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992. p. 40.

<sup>209</sup> MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*. 19 (53). 2005. p.115.

<sup>210</sup> ELZINGA, Aant. “A Unesco e a política de cooperação no campo da ciência”. In: MAIO, Marcos Chor (Org.) *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz; UNESCO, 2004. p.107.

concepção de progresso uma de suas referências fundamentais. [...] Suprir as necessidades por meio do conhecimento científico e tecnológico passa a ser a palavra de ordem, uma das máximas da civilização ocidental<sup>211</sup>.

Ao observarmos a UNESCO a partir de seu viés de cooperação para o meio ambiente e o desenvolvimento, devemos pensar esta cooperação dentro de um quadro de crescente dependência do capital estrangeiro. Marcos Chor Maio vê a vinculação da UNESCO aos projetos nacionais de educação e cultura como decorrente da ideia de centro e periferia, ou “zonas claras” e “zonas escuras”, quanto ao conhecimento científico. Conceitos divulgados por Julian Huxley e Joseph Needham, responsáveis pela inclusão da ciência como área de especialização da UNESCO. Embora pertencessem aos primeiros anos da organização, estas ideias-força são reavivadas em artigos publicados em *O Correio da UNESCO* sobre a fundação da organização e o papel de Julian Huxley na construção de seu ideal humanista em números comemorativos dos decênios de fundação da UNESCO, publicados em 1976 e 1985<sup>212</sup>. Nesta perspectiva, caberia à organização criar novas “zonas claras” por meio da cooperação em ciência e educação científica.

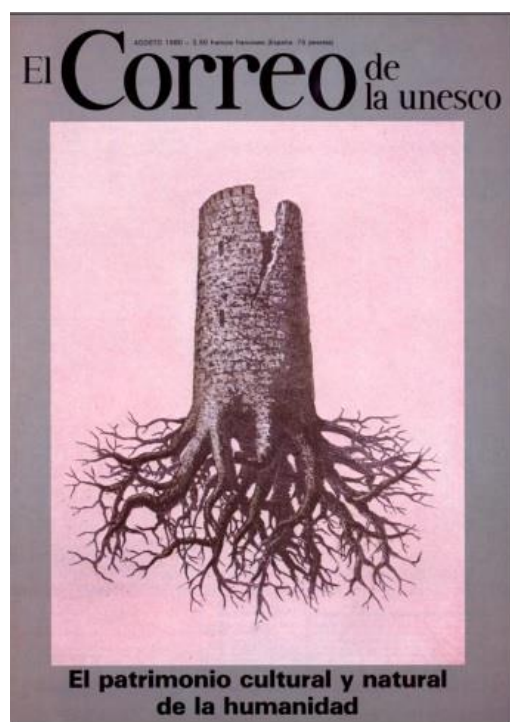
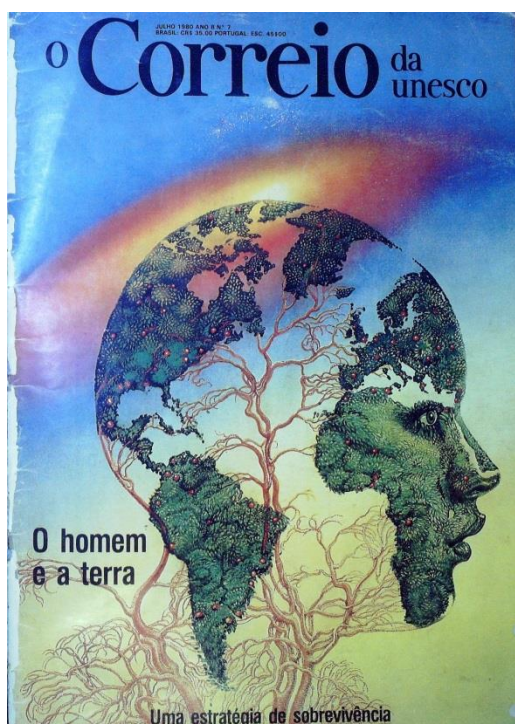
No contexto de formulação e consolidação do neoliberalismo, só havia oportunidades para o trabalho qualificado, de modo que o melhor meio de favorecer a promoção social seria necessariamente a educação. No contexto a UNESCO se dedicou a difusão de ideias e informações e à atualização e transferência das tecnologias. Com a vertiginosa corrida tecnológica que sucedeu a Guerra Fria, somente sociedades que tivessem autonomia tecnológica poderiam garantir sua soberania. Logo, educação, ciência e tecnologia eram as três chaves da nova era<sup>213</sup>.

Podemos observar aqui que o meio ambiente adquire status de componente em um plano maior: o de reestruturação global diante de um novo projeto de ordem econômica pautado na ciência e na tecnologia em favor do desenvolvimento. Ciência, tecnologia e desenvolvimento formam assim uma tríade que passou a compor as pesquisas e políticas ambientais aplicadas e sugeridas pela UNESCO, preenchendo o conceito *meio ambiente* com elementos que refletissem o ideal de desenvolvimento científico e tecnológico.

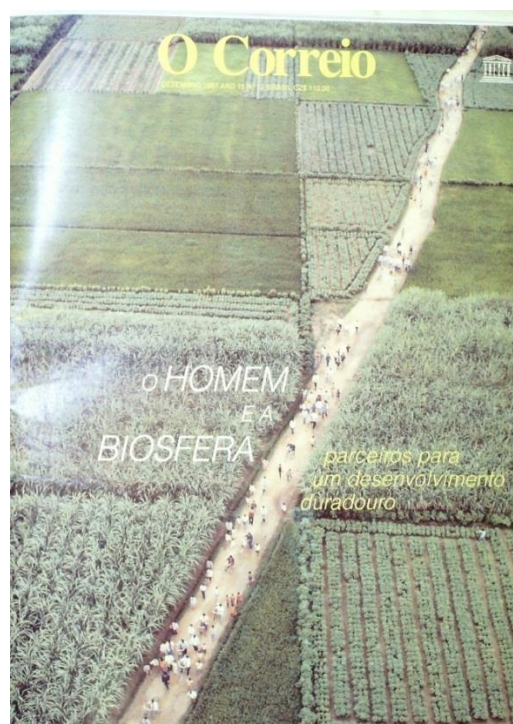
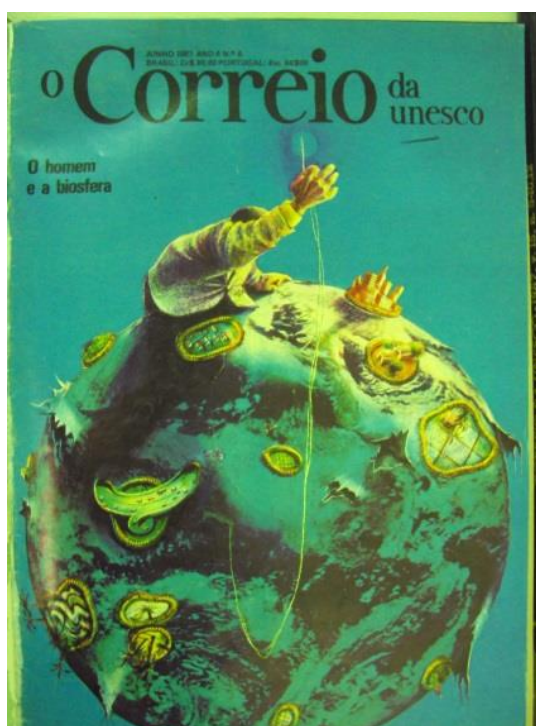
<sup>211</sup> RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001.p.65

<sup>212</sup> Conferir: O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO aos 30 anos*. Ano 04. n.05. maio/1976. pp. 04-06. e O CORREIO DA UNESCO. *UNESCO 1945 – Nascimento de um ideal*. Ano 13. n.12. dez./1985. pp. 21-22.

<sup>213</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.40.



Capas dos números *O homem e a Terra – uma estratégia de sobrevivência* e *Natureza e Cultura: patrimônio da humanidade* \*, de *O Correio da UNESCO*, publicados em Julho de 1980 e Outubro de 1980.



Capas dos números *O Homem e a Biosfera* e *O Homem e a Biosfera – parceiros para um desenvolvimento duradouro*, de *O Correio da UNESCO*, publicados em Junho de 1981 e Dezembro de 1987.

\* Recorremos à versão espanhola, pois o número em português disponibilizado para a pesquisa sofreu deteriorações.

### CAPÍTULO 3. A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO EM *O CORREIO DA UNESCO*.

#### 3.1. O número e a forma

Vimos que o crescimento demográfico foi um dos temas que esteve na gênese da discussão sobre os padrões de crescimento econômico e a proporcional disponibilidade de recursos naturais ao longo da segunda metade do século XX. Em *O Correio da UNESCO*, ao longo dos anos 1970, esta discussão girou ao redor da repercussão e avaliação das teses apresentadas em *Limites do Crescimento*. Os artigos publicados discutem políticas públicas de planejamento familiar, a capacidade de produção de alimentos, a demanda por matérias-primas, a oferta energética e a crise ecológica decorrente. As abordagens vão de tons pessimistas a otimistas, incluindo críticas ao relatório do Clube de Roma.

No número de março de 1973, com o título *Só temos uma Terra*, é publicado uma entrevista com o presidente do Clube de Roma, Aurélio Peccei no qual este comenta sobre as críticas atribuídas a *Limites do Crescimento*. Perguntado sobre as conclusões mundiais a que o estudo chegou, diz que se tratava apenas de um estudo de caráter indicativo, mas com conclusões assustadoras: saturação, empobrecimento do meio, alta taxa de toxidade da atmosfera e das águas. Peccei fala de um modelo total para uma visão da Terra, mas na sequência aponta que não há técnicas capazes de ver as particularidades deste mundo <sup>214</sup>. A redação de *O Correio da UNESCO* observa que “o modelo é tipicamente ocidental e não convém ao Terceiro Mundo, já que não foi levado em consideração qualquer parâmetro sociológico ou político”. Para a revista: “Os que assim criticam estão mais próximos da verdade” <sup>215</sup>.

No mesmo número, o economista sueco Gunnar Myrdal, no artigo *Um modelo pouco modelar*, faz uma crítica à validade científica de *Limites do Crescimento*, que para o autor é nula. Este observa: “poderá ter uma consequência útil: a de divulgar para o grande público o brado de alerta dos ecólogos que insistem em nos dizer que o processo de desenvolvimento não pode continuar de maneira indefinida e limitada” <sup>216</sup>. No entanto,

---

<sup>214</sup> PECCEI, Aurélio; REDAÇÃO. “Sustar o crescimento?”. O CORREIO DA UNESCO. *Só temos uma Terra*. Ano 01. n.01. mar./1973. p.12.

<sup>215</sup> PECCEI, Aurélio; REDAÇÃO. p.12

<sup>216</sup> Idem. Ibidem. p.12.

observa que “em suma, os autores do relatório dão ao seu produto um valor totalmente desproporcional à validade dos dados que utilizam” <sup>217</sup>. O ponto alto da crítica recai sobre a separação que os autores do relatório colocam entre o “modelo mundial simulado” e os “problemas sociais”, não incorporados no primeiro, atribuindo assim uma dinâmica a suas variáveis que por sua vez estaria à parte, desconectada dos problemas sociais. Para Myrdal “O ecossistema tem de ser estudado como parte do sistema social” <sup>218</sup>.

Significativa é a incorporação do pequeno, mas feroz, artigo de Myrdal em *O Correio da UNESCO*. A atitude pode ser compreendida como um ato de crítica por parte da redação, já que o apresenta como complemento à entrevista de Aurélio Peccei à revista. Vale observar a sequencia de artigos sobre o tema no mesmo número.

Na sequencia ao artigo de Myrdal é publicado *Meio Humano e Fatores Políticos*, texto da redação de *O Correio da UNESCO* pautado na discussão de uma mesa redonda de jovens cientistas da organização. O texto é fruto de relatório, não especificado, elaborado no processo de preparação da Conferência de Estocolmo, em 1972. Mesmo com a “acolhida favorável” obtida pelo estudo, o grupo esboçou dúvidas quanto à metodologia e ao caráter político de *Limites do Crescimento*. Para os jovens cientistas da UNESCO, politicamente o relatório “não está de acordo com a realidade”, pois “recusa em considerar a guerra, o comércio de armas, o colonialismo e o imperialismo como fatores específicos que podem estar – e estão mesmo – na origem das crises” além da “análise não levar em conta a desigualdade da partilha de recursos tanto entre nações como dentro das próprias nações” <sup>219</sup>.

O texto, de autoria da redação de *O Correio da UNESCO*, aponta que “os participantes da mesa redonda concordaram plenamente em que todas as hipóteses de *Limites do Crescimento* se baseiam na manutenção do *status quo* no mundo: é um modelo que não dá qualquer importância aos conflitos, quando o mundo é dilacerado por eles”, além de ser “uma receita para estagnação”. Os participantes discordam com a teoria do crescimento demográfico, afirmando que, ao contrário do que propõe o estudo, “uma taxa elevada de crescimento demográfico seria o sintoma – e não a causa – do

---

<sup>217</sup> MYRDAL, Gunnar. “Um modelo pouco modelar”. O CORREIO DA UNESCO. Só temos uma Terra. Ano 01. n.01. mar./1973. p.13.

<sup>218</sup> MYRDAL, Gunnar. Op. Cit. p.13.

<sup>219</sup> Idem. Ibidem. p. 14-15.

subdesenvolvimento, devido, na realidade, à exploração política dos países em desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos”. Segundo o texto, na opinião dos jovens cientistas consultados, a crise do meio ambiente era na verdade, uma crise múltipla ou uma série de crises convergentes, na qual países pobres e ricos não poderiam ser considerados separadamente e o aperfeiçoamento de processos tradicionais deveria obter preferencia em relação à importação de inovações tecnológicas <sup>220</sup>.

Ainda no número de março de 1973, Josué de Castro, no artigo *Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição*, comenta sobre *Limites do Crescimento*:

O relatório considera que o modelo de desenvolvimento que apresenta, com sua imagem do mundo dentro de um século, é o único válido, o único possível de ser armado com os dados hoje disponíveis sobre a realidade mundial. Este exclusivismo, muito característico da cultura etnocentrista dos países desenvolvidos, demonstra por si só o caráter pouco científico do relatório. [...] O erro mais grave do relatório do M.I.T. é omitir, entre os fatores que determinam o crescimento, o problema das estruturas econômicas, sociais e políticas. [...] Omitindo o homem e a sua cultura, o projeto torna-se alienado, porque não leva em conta as realidades do mundo atual e, por conseguinte, o modelo do mundo de amanhã <sup>221</sup>.

A partir da leitura destes excertos publicados em *O Correio da UNESCO*, podemos concluir que a organização partilhava da crítica dada pelos países das economias em desenvolvimento às questões populacionais e de estagnação do crescimento propostas em *Limites do Crescimento*. Este olhar direcionado às questões das nações do Terceiro Mundo predomina nos artigos que abordam a discussão sobre as taxas de natalidade e políticas públicas propostas para o planejamento familiar.

O número *E amanhã quantos?*, publicado em julho de 1974, cuja edição compõe o cronograma da ONU para o Ano Mundial da População, dá foco ao crescimento populacional. Seus artigos exploram a perspectiva do crescimento demográfico exponencial e da imagem da catástrofe global empregando nos títulos dos artigos palavras como *terrível*, *transbordar* e *maré humana*. As expectativas quanto ao futuro do planeta e as políticas para o controle demográfico permeiam as narrativas. Nele são apresentados estudos da ONU e da UNESCO com hipóteses para o crescimento demográfico no mundo e em cada um dos continentes. Abordaremos aqui dois dos artigos que compõem este

<sup>220</sup> REDAÇÃO. “Meio Humano e Fatores Políticos”. O CORREIO DA UNESCO. *Só temos uma Terra*. Ano01. n.01. mar./1973. p.15.

<sup>221</sup> CASTRO, Josué de. “Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição”. O CORREIO DA UNESCO. *Só temos uma Terra*. Ano01. n.01. mar./1973. p.23.

número de *O Correio da UNESCO*. O primeiro deles é um artigo da redação da revista e o segundo traz dois argumentos a fim de respaldar a questão: Que caminho os países deveriam seguir na elaboração de suas políticas públicas de planejamento familiar: alta ou baixa natalidade?

No artigo *Crescimento demográfico ou crescimento econômico? Escolha dramática para uns, falso problema para outros*<sup>222</sup>, a redação de *O Correio da UNESCO*, coloca a redução da taxa de mortalidade como o primeiro fator de desequilíbrio que estaria levando ao aumento da população. Adiante observa: “Mas uma população não pode aumentar indefinidamente”. A solução: redução da taxa de natalidade comparável a de mortalidade. A respeito comenta que as políticas nacionais deveriam ser pensadas quanto as consequências internacionais, uma vez que para a ONU o crescimento zero em matéria de população era inevitável. No entanto, a demografia não deveria ser separada dos problemas do desenvolvimento. Afirmção a qual o artigo acrescenta que “sem desenvolvimento econômico e sem transformação radical das estruturas sociais será difícil desacelerar o crescimento da população”. O crescimento da família humana poderia levar a uma reavaliação dos valores do homem sobre a qual o ambiente cultural e político e a situação internacional poderia redirecionar o futuro. Para tal, a humanidade deveria assumir como necessário uma revolução no pensamento, nos sentimentos e nas atitudes.

Mas quais as causas econômicas que exigiam políticas públicas de redução da natalidade? Entre 1960-1975, a população de 15 a 24 anos aumentou em cerca de 29 milhões nas economias de mercado desenvolvidas. A mão de obra para as próximas décadas seria abundante. No entanto, a dinâmica do capitalismo reduzia o número da mão de obra humana necessária à produção, devido ao auto custo-benefício proporcionado pela aquisição de máquinas. Isto gerou um excedente de populações desempregadas que não mais seria absorvido pelo mercado. Hobsbawm observa: “Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico”<sup>223</sup>. A partir desta lógica, reduzir a população em crescente aumento era necessário.

---

<sup>222</sup> REDAÇÃO. “Crescimento demográfico ou crescimento econômico?”. O CORREIO DA UNESCO. *E amanhã quantos?*. Ano 02 n.07. jul./1974. p. 06-08.

<sup>223</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.404.

Mas uma campanha mundial de limitação da natalidade não era bem aceita pelos países em desenvolvimento. Segundo citação do próprio artigo, “Vários países em desenvolvimento, cuja superfície e recursos naturais são grandes em relação à população, declaram-se contrários a qualquer campanha mundial de limitação da natalidade. É o caso do Brasil, que defende sua posição vigorosamente” <sup>224</sup>. O Brasil liderou os países do Terceiro Mundo nas discussões sobre os programas de redução da natalidade. A redação não cita de quem é a fala que ela toma como a de um dos representantes do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre População, realizada em Bucareste, no ano de 1974. Segundo a transcrição apresentada, o destaque dado à questão demográfica pelos países industrializados era exagerado, “um pretexto para não cumprir seus deveres para com a comunidade internacional”, delegando esta tarefa às nações ainda não desenvolvidas. Segundo o artigo, a opinião da delegação brasileira era a de que seria unicamente pelo desenvolvimento da economia que haveria solução para os problemas demográficos, e não pelo fato de se tornarem obrigatórias as medidas anticoncepcionais <sup>225</sup>. Assim, o desenvolvimento era posto como o melhor contraceptivo.

Destacamos aqui o artigo *Controle Demográfico?* <sup>226</sup>. Este artigo possui uma dupla abordagem à questão do crescimento demográfico com Frank W. Nostestein <sup>227</sup>, primeiro diretor da Divisão de População da ONU e ex-diretor do Departamento de Pesquisa Demográfica da Universidade de Princeton (EUA), argumentando a favor da *baixa natalidade* e Julian L. Simon, professor de economia e de marketing da Universidade de Illinois (EUA), argumentando a favor da *alta natalidade*. A redação de ambos no número da revista foi disposta de forma entrelaçada, ou seja, temos o texto de Nostestein iniciando na página 24 e seguindo apenas nas páginas pares até a página 28, enquanto o de Simon inicia na página 25 e segue nas páginas ímpares. Sugerindo que as duas teses fossem

---

<sup>224</sup> REDAÇÃO. “Crescimento demográfico ou crescimento econômico?”. O CORREIO DA UNESCO. *E amanhã quantos?*. Ano 02 n.07. jul./1974. p.07.

<sup>225</sup> Idem. Ibidem. p.07

<sup>226</sup> Versão condensada do apresentado no Simpósio das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, Cairo, jun./1973. O CORREIO DA UNESCO. *E amanhã quantos?*. Ano 02 n.07. jul./1974. pp. 22-29, 32.

<sup>227</sup> Nostestein (1945) foi um dos primeiros autores a confirmarem que o progresso traria incremento no padrão de vida da população e avanços da medicina, possibilitando a redução das taxas de mortalidade. E que, após um lapso de tempo, as taxas de fecundidade também se reduziriam com a modernização econômica e social. De modo que o desenvolvimento é visto como uma variável independente e a população como uma variável dependente. Conferir em: ALVES, José Eustáquio Diniz. “População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 219-230, jan./jun. 2014. p. 221.

igualmente valorizadas por aqueles atentos ao tema, levando estes a pesá-las e confrontá-las. Artificio que acaba por não deixar claro se a revista opta ou não por um dos dois argumentos.

Nostestein defende que a redução da natalidade facilita o desenvolvimento econômico, pois uma população grande ergue obstáculos aos processos de modernização, já que esforços e energias com potencial para o crescimento econômico seriam deslocados apenas para a manutenção de uma população em expansão. Essa redução populacional deveria ser obtida com baixos índices de natalidade e mortalidade. Obtidos com severos programas de planejamento familiar e fomento do desenvolvimento econômico e social.

Para Nostestein o tema da natalidade deveria ser considerado quanto a redução da pobreza a partir de uma elevação substancial do nível de vida e bem estar das pessoas. De modo que era preciso orientar a política demográfica para que ela impulsionasse os processos de desenvolvimento econômico e distribuição equitativa de renda. Uma vez que, para o autor “não há política demográfica que substitua o desenvolvimento econômico. A única maneira de acabar com a pobreza é aumentar a produção”. Cabendo aqueles países que precisam de uma população numerosa para impulsionar a sua produção, poucos dentre o computo geral, reduzir suas barreiras alfandegárias ao comércio internacional <sup>228</sup>.

Por sua vez, Julian L. Simon defende em seu texto que o aumento da população produz ao longo prazo melhores resultados econômicos que uma população estacionária <sup>229</sup>. Um de seus principais argumentos é o de que o alto índice demográfico poderia levar a população de um país a trabalhar mais horas, sugerindo uma relação entre pressão populacional e trabalho, cuja necessidade de abastecimento levaria a uma transição na qual a utilização mais intensa da terra permitira a subsistência de mais pessoas <sup>230</sup>. Abordagem que objetiva a uma produção predatória de força de trabalho e meios de produção.

Simon observa que este modelo, o qual defende, obviamente levaria a uma situação tal em que o crescimento demográfico deveria parar. No entanto, o autor observa que aquele não era o momento. O momento chegaria quando os pais nos países pobres poderiam confiar em que todos os seus filhos alcançariam a maturidade levando a uma

---

<sup>228</sup> NOSTESTEIN, F; SIMON, J. S. “Controle Demográfico?”. O CORREIO DA UNESCO. *E amanhã quantos?*. Ano 02 n.07. jul. 1974. p.22.

<sup>229</sup> NOSTESTEIN, F; SIMON, J. S. Op. Cit. p.23.

<sup>230</sup> Idem. Ibidem. p.27.

redução natural da natalidade, a que acrescenta: “O caminho mais rápido e seguro para a situação otimista que mencionei é, a meu ver, o aumento da expectativa de vida e em particular da redução da mortalidade infantil”<sup>231</sup>.

Tanto Nostestein quanto Simon fazem críticas a *Limites do Crescimento* e as teses de crescimento zero da população dele decorrentes. Nostestein, mesmo não se referindo diretamente ao relatório, aborda que a tese de que uma população crescente seria um obstáculo, uma vez que levaria a escassez de recursos e a um maior consumo energético, não se aplica a um contexto em que as tecnologias de produção, dentre elas as usinas nucleares, poderiam suprir a demanda de uma população em crescimento. Simon se refere diretamente a *Limites do Crescimento*, sobre o qual comenta: “afirmar que a população cresce a uma taxa alta ou baixa demais é um julgamento de valor e não um julgamento científico”<sup>232</sup>.

*O Correio da UNESCO* terá um segundo número voltado às questões populacionais publicado em 1974. *O Homem ou a Fome* - edição dupla, dos meses setembro e outubro, sobre o Ano Mundial da População; busca trazer para o leitor, segundo nota da redação, as repercussões do crescimento demográfico na alimentação, no ambiente e no desenvolvimento econômico e social, e o tema da planificação da família no mundo. Poderia a Terra alimentar tanta gente? E o êxodo para as cidades, era problema para quem? Quais eram as experiências e o medo dos povos do Terceiro Mundo quanto ao planejamento familiar? Estas são questões postas pelos artigos que compõe este número.

Em reação as especulações neomalthusianas, as políticas populacionais fomentadas pela ONU e organizações correlatas concentraram-se na redução da taxa de natalidade dando ênfase ao planejamento familiar e a escolarização da mulher. A introdução de métodos anticoncepcionais no cotidiano das mulheres foi praticada nos anos 1970<sup>233</sup>. Questões a respeito da liberdade de decisão da mulher e da família frente às decisões governamentais e a respeito da diversidade cultural foram levantadas em várias mesas de discussão organizadas pela UNESCO. No entanto, esta agenda foi inicialmente sugerida

<sup>231</sup> NOSTESTEIN, F; SIMON, J. S. “Controle Demográfico?”. O CORREIO DA UNESCO. *E amanhã quantos?*. Ano 02 n.07. jul. 1974. p.29.

<sup>232</sup> Idem. Ibidem. p.23.

<sup>233</sup> MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental e decrescimento econômico: a aliança dos dois movimentos. In: LENÁ, Phelippe & NASCIMENTO, Elimar (Org.) *Enfrentando os limites do crescimento econômico: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 55 – 78.

pelos países já industrializados e com alta concentração populacional aos países do Terceiro Mundo, com população crescente, mas com baixa densidade demográfica. O que levou a elaboração de críticas deste segundo grupo de países quanto às reais intensões de tais políticas diante de um quadro em que estes buscavam o crescimento econômico, e detinham grandes reservas de recursos naturais.

No entanto, salta aos olhos a semelhança entre as abordagens dadas à ONU sobre as políticas de controle de natalidade e o proposto pelo documento *National Security Study Memorandum 200: Implicações do Crescimento da População* (NSSM200), elaborado em 1974, por Henri Kissinger, então secretário do governo norte-americano. O documento definia o crescimento da população nos países menos desenvolvidos como uma preocupação à segurança norte-americana, porque tenderia a fomentar a agitação civil e a instabilidade política em países que tinham um elevado potencial para o desenvolvimento econômico. De modo que medidas de controle de população e promoção da contracepção nos países mais populosos, incluindo o Brasil, se faziam necessárias.

No relatório, o crescimento populacional era definido como hostil aos interesses dos Estados Unidos, uma vez que a "economia dos EUA exigiria quantidades grandes e crescentes de minerais do exterior", e estes países poderiam produzir forças de oposição desestabilizadoras contra os Estados Unidos. Assim, Kissinger recomenda que a liderança dos EUA "influencie os líderes nacionais" de que o "melhor suporte mundial para os esforços relacionados à população deve ser procurado através de uma maior ênfase na comunicação social e outros programas de educação e motivação da redução da população por parte da ONU, USIA, e USAID"<sup>234</sup>. No primeiro capítulo já havíamos visto que Kissinger atua no processo de discussão do conceito de ecodesenvolvimento, barrando a institucionalização dele pela ONU intervindo diretamente na forma como a organização deveria gerir o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento.

Dez anos após a Conferência das Nações Unidas sobre População, é publicado o número *Para vencer a Fome*, em junho de 1984. A redação de *O Correio da UNESCO* em *A luta contra a fome, hoje*<sup>235</sup> retoma a Conferência com a finalidade de fazer um balanço

<sup>234</sup> EUA. *National Security Study Memorandum 200: Implicações do Crescimento da População* (NSSM200). Disponível em: [http://www.nixonlibrary.gov/virtuallibrary/documents/nssm/nssm\\_200.pdf](http://www.nixonlibrary.gov/virtuallibrary/documents/nssm/nssm_200.pdf). Acesso em: 19/06/2015.

<sup>235</sup> REDAÇÃO. "A luta contra a fome, hoje". O CORREIO DA UNESCO. *Para vencer a Fome*. Ano12. n.06. jun./1984. p.04.

da efetivação ou não das perspectivas na ocasião apresentadas. Para a redação, a ideia de que o mundo entrava num período de escassez de alimentos seguida por alta de preços fora errônea. A produção e distribuição de alimentos não corresponderam ao aumento populacional seguido de aumento da demanda. Os preços sentiram o efeito da instabilidade do comércio mundial. O problema da fome se manteve presente e sua solução apresentou-se mais árdua: criação de emprego e aumento das rendas no campo e nas cidades.

*O Correio da UNESCO* retoma o tema do crescimento populacional no bojo dos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, com a publicação do número *O desafio demográfico*, no mês de março do ano de 1992. Raúl Úrzua, Diretor da Divisão de População e Assentamentos Humanos da UNESCO, em artigo homônimo, define a economia de mercado como elemento modificador dos valores e regulador da taxa de fecundidade: “orientar a nova divisão internacional do trabalho para que favoreça intercâmbios mais equitativos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, permitindo que as economias de mercado priorizem a erradicação da pobreza e o bem-estar da maioria”<sup>236</sup>. De modo que as políticas sociais de Estado deveriam ter um papel tão importante quanto o das políticas econômicas.

Programas de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias intensificadoras da produção de alimentos nas áreas já destinadas à agropecuária são focalizados nos artigos destes quatro números sobre população. A UNESCO atuava como parceira da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO na proposição de políticas e programas sobre população e alimentação. A relevância dada às pesquisas sobre agricultura e pecuária, está em grande parte vinculada ao crescimento demográfico ocorrido nas décadas anteriores e aos estudos, em ciências biológicas.

A mecanização da agricultura no pós Segunda Guerra Mundial provocou um desenvolvimento econômico e técnico irregular e acelerou o processo de desaparecimento dos estabelecimentos agrícolas familiares. Nos então chamados países do Terceiro Mundo, as novas tecnologias agrícolas dinamizaram a produção de cereais, principalmente de arroz, trigo, milho e soja. De modo que nos vinte e um anos compreendidos nesta pesquisa, observamos uma “Revolução Verde” provocada pela fertilização, mecanização, controle da irrigação e seleção genética.

---

<sup>236</sup> ÚRZUA, Raúl. “O desafio demográfico”. O CORREIO DA UNESCO. *O desafio demográfico*. Ano 20. n.03. mar./1992. p. 08-11.

Dentre as especulações teóricas sobre o ônus de uma explosão urbana, a industrialização foi apontada, à época, como a solução para a redução populacional e problemas derivados, tais como a urbanização descontrolada. A economia keynesiana e a política de bem-estar social foram substituídas pela economia neoliberal, fazendo da industrialização um dos ingredientes base de uma receita para a redução do percentual do crescimento populacional - tema que liderou pesquisas e decisões políticas no início da década. Inserida dentro de uma dinâmica que visava o crescimento da economia, a industrialização do período foi concebida como fruto da ciência e do mercado, desempenhando importante papel nas decisões tomadas por Estados e instituições intergovernamentais.

Nos anos 1970 as empresas passaram a buscar outros nichos de investimento no mercado. A indústria teve que diminuir seus custos de produção e buscar uma melhora significativa na qualidade, na comercialização e no serviço de pós-venda dos seus produtos. Como consequência a mão-de-obra foi fortemente reduzida, a produção foi terceirizada e as fábricas foram transferidas para países em que a mão-de-obra era mais barata.

Se ao longo dos anos 1970, houve na esfera acadêmica e intelectual uma preocupação com os limites do crescimento suportado pelo planeta, a orientação neoliberal dos anos 1980 levou os programas governamentais, particularmente dos países em desenvolvimento, a darem prioridade ao crescimento econômico, vendo neste a solução natural para os problemas populacionais. Pregava-se uma “política de futuro”: é preciso crescer, estabilizar a economia para depois distribuir, sacrificar o presente para conquistar o futuro<sup>237</sup>.

O fluxo populacional de áreas rurais para centros urbanos provocou o crescimento das áreas urbanas nas últimas décadas do século XX. A industrialização e a pressão exercida sobre estes espaços colocaram em risco a infraestrutura e a capacidade habitacional das grandes cidades. Situação que levou as organizações internacionais a se preocuparem com a elaboração de projetos que abrangessem o desenvolvimento espacial e populacional, seus problemas estruturais e a idealização de um ambiente que satisfizesse aspirações coletivas e individuais. Estas aspirações podiam se relacionar à industrialização

---

<sup>237</sup> FERREIRA, Álvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. p. 66.

municipal, ao seu planejamento urbano, à satisfação estética ou ainda à conquista de uma habitação legalizada. Estes projetos respondiam a um contexto especialização da produção industrial e conscientização das implicações que exercia sobre o ambiente.

Por sua vez, a expectativa por um crescimento econômico erradicador da pobreza e do crescimento populacional desequilibrado ocultou os impactos do êxodo rural e de políticas econômicas e sociais. O perfil urbano deste contexto decorria da quebra da idealização do campo com a mecanização da agricultura e com o loteamento da terra, característicos de uma sociedade industrial e de seus fundamentos econômicos e políticos, tais como a marginalização dos núcleos habitacionais urbanos.

Ashish Bose, indiano, no artigo *O êxodo para as cidades: problema para quem?*, publicado no número *O Homem ou a Fome*, aponta que:

A preocupação exagerada com os problemas das grandes cidades criados pela “avalanche humana” da migração [...] subestima o papel da migração no alívio da pobreza rural. Ver a migração como causa dos problemas ambientais urbanos é simplismo. Para aquele que migra, sua ação não é um problema, é a solução <sup>238</sup>.

A percepção do problema da concentração urbana é vista, erroneamente, como exclusiva das regiões metropolitanas. As preocupações com o meio ambiente apresentam-se restritas aos problemas da poluição, principalmente nas grandes cidades, restando pouca atenção às inundações, desmatamentos, erosão, insalubridades e problemas correlatos. Não só nas cidades, mas também na área rural. Esses fatores desmitificam a explicação simplista da urbanização como fruto do crescimento populacional ou industrial <sup>239</sup>. O crescimento urbano observado no período não é consequência apenas de um crescimento populacional acelerado ou da industrialização das áreas urbanas, mas sim de um conjunto de características da sociedade contemporânea, tais como o êxodo rural provocado pela transformação na dinâmica da vida no campo. As perspectivas e expectativas em torno do crescimento econômico e populacional compreendem relações recíprocas entre sociedade e meio ambiente.

<sup>238</sup> BOSE, Ashish. “O êxodo para as cidades: problema para quem?”. O CORREIO DA UNESCO. *O Homem ou a Fome*. Ano 02. n. 09-10. set./ out.1974. p.39.

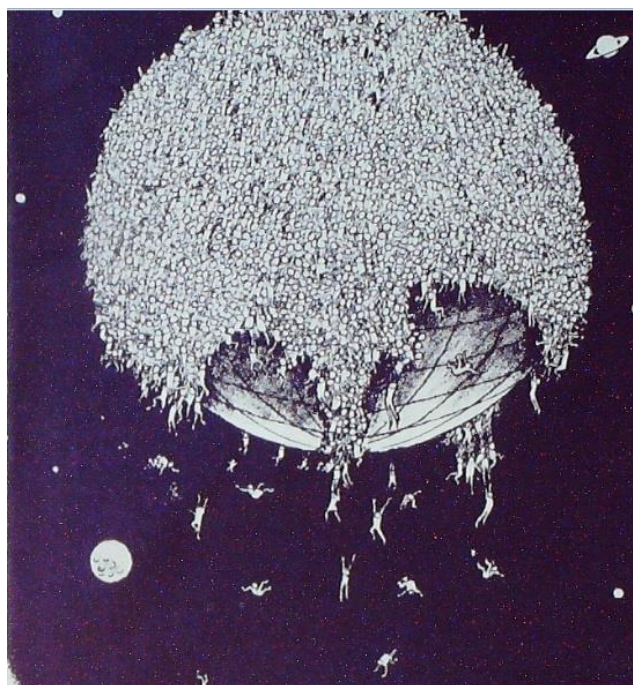
<sup>239</sup> PEGUIM, C. N. “Crescer, verbo intransitivo: população, urbanização e meio ambiente (1970-1980)”. *Anais da XXX Semana de História: memórias, imagens e narrativas*, Assis: UNESP-Campus de Assis, 2013. p.88.

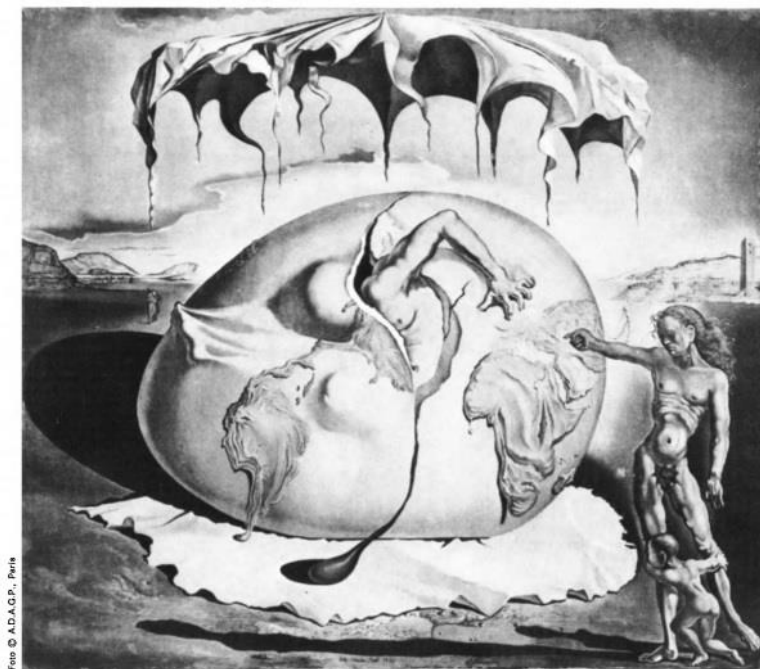


Capa do número *Só temos uma Terra*, de *O Correio da UNESCO*, publicado em Março de 1973.

Seus artigos abordam a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e as repercussões do relatório *Limites do Crescimento*.

Desenho de Garner. Nova York.  
Copyright *Washington Star*.  
Washington D.C. Estados Unidos.  
Ilustração à entrevista concedida por  
Aurélio Peccei, diretor do Clube de  
Roma, ao número *Só Temos uma Terra*,  
de *O Correio da UNESCO*, publicado  
em Março de 1973. Página 11.

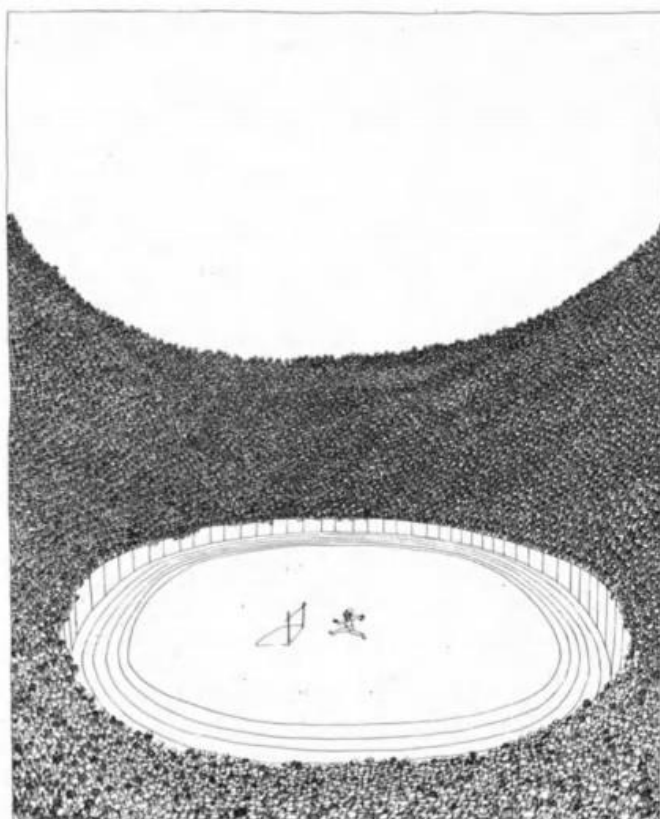


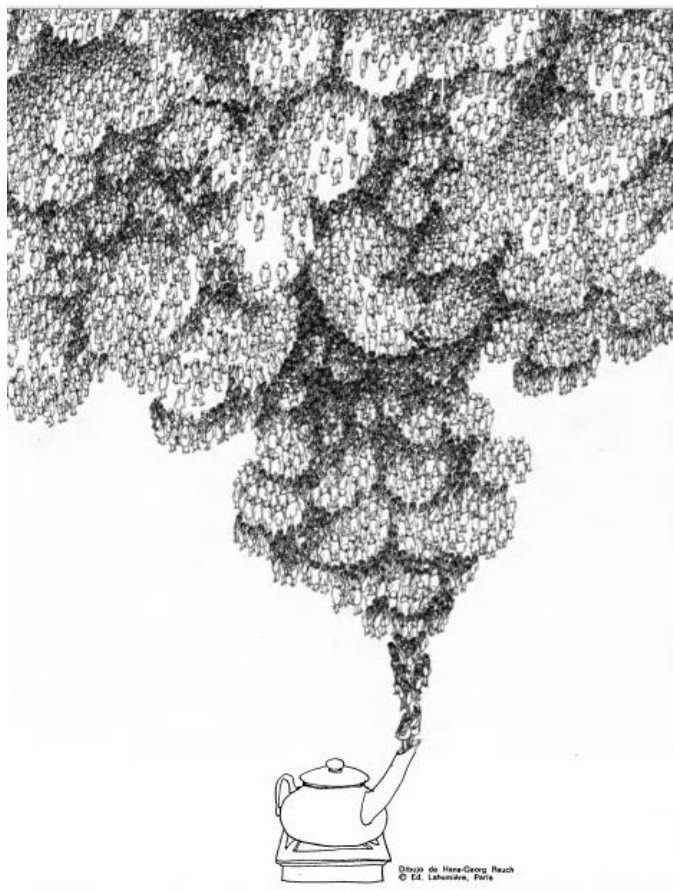


*Criança geopolítica observando o nascimento do homem novo*, óleo sobre tela de Salvador Dalí, 1943.

Ilustração ao artigo “Crescimento Demográfico ou Crescimento Econômico?”, publicado no número *E amanhã quantos?*, de *O Correio da UNESCO*, em Julho de 1974. Página 05.

Desenho de Hans-George Rauch,  
República Federal da Alemanha.  
Compõe a sessão de ilustrações “Visão  
futurista da espécie humana”, no  
número *E amanhã quantos?*, de *O  
Correio da UNESCO*, publicado em  
Julho de 1974. Página 11.





Desenho de Hans-George Rauch, República Federal da Alemanha. Compõe a sessão de ilustrações “Visão futurista da espécie humana”, no número *E amanhã quantos?*, de *O Correio da UNESCO*, publicado em Julho de 1974. Página 12.

Capa do número *O desafio demográfico*, de *O Correio da UNESCO*, publicado em Março de 1992. A revista retoma o tema do crescimento populacional às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD.



### 3.2. Nova Ordem Econômica Mundial: ciência e técnica para o desenvolvimento

Nas páginas de *O Correio da UNESCO*, o desenvolvimento atrelado às questões ambientais, passa das problemáticas sobre a população para o tema da demanda por uma nova ordem econômica mundial. Proposta em Assembleia Geral da ONU, de abril e maio de 1974, a nova ordem corresponde a um processo de reivindicação de redução da disparidade de poder nas relações econômicas entre países industrializados e países do Terceiro Mundo e Estados formados após a descolonização da África e da Ásia, em que destacamos atuação do Movimento dos Países Não Alinhados <sup>240</sup>.

René Maheu, Diretor-Geral da UNESCO (1962-68/1968-74) em *A instauração de uma nova ordem econômica mundial* <sup>241</sup> critica políticas regionais de ajuda mútua entre nações, ou acordos bilaterais, pois alega que o sistema das Nações Unidas era o único a compreender os problemas a serem superados em sua totalidade devido a seu caráter universal. Sendo a UNESCO pioneira ideológica desses ideais. No entanto, aponta o fato de que a organização não poderia atribuir-se de competências econômicas, cabendo a ela apenas contribuir nos estudos das ideias inclusas no programa com objetividade científica e em um esforço intelectual de promoção da justiça.

A nova ordem econômica proposta é baseada em ajuda econômica, com especial atenção aos países em desenvolvimento. Para este grupo de países, Maheu defende “participação ativa, plena e equitativa na formulação e aplicação de todas as decisões que interessam à comunidade internacional” <sup>242</sup>. Mas segundo Maheu, esta participação é justificável por uma “evolução irreversível da relação de forças”. No artigo, Maheu também demonstra profunda preocupação com a garantia da soberania dos Estados, principalmente no que se refere a seus recursos naturais. Sobre este aspecto, afirma que os Estados do Terceiro Mundo poderiam, ou deveriam, ter maior contribuição para com organismos de desenvolvimento, como o Fundo Monetário Internacional - FMI.

---

<sup>240</sup> Elaborada a partir de um conjunto de documentos aos quais referenciamos: "Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial" — Resolução 3.201 (1º de Maio de 1974) e "Plano de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial" — Resolução 3.202 (1º de Maio de 1974) e "Carta de Direitos e Deveres dos Estados" — Resolução 3.281 (12 de Dezembro de 1974)

<sup>241</sup> MAHEU, René. “A instauração de uma nova ordem econômica mundial”. O CORREIO DA UNESCO. *Os ciganos do mundo moderno*. Ano 03. n. 01. jan./1975. pp. 21-24.

<sup>242</sup> Idem. Ibidem. pp.22.

Maheu também traz para o debate na revista a questão social do desenvolvimento, ressaltando que este não se tratava de crescimento, mas sim de um processo complexo por ser algo puramente humano. Questões como emprego e saúde são brevemente levantadas como busca do desenvolvimento social e humano. Na perspectiva do autor, desenvolvimento humano seria a exigência da felicidade amparada na cultura e a garantia da dignidade, incluso a consideração dos problemas do ambiente que são apresentados pelo autor como responsáveis por “colocar em evidencia a própria civilização industrial em seu principio e em seu todo” <sup>243</sup>.

No número de abril de 1975, em artigo denominado *Novo apelo à tolerância e a compreensão*, o senegalês Amadou Mahtar M’Bow, sucessor de Maheu na Direção-Geral da UNESCO, em comentário ao projeto da UNESCO para os anos de 1975-1976 aborda a discussão sobre uma nova ordem econômica mundial no âmbito das Nações Unidas. M’Bow afirma que:

Não se trata mais de ação operacional nem de ajuda ao desenvolvimento no sentido tradicional dessas expressões, mas de problemas que interessam a toda a humanidade. Por isso convinha mais falar de cooperação para o desenvolvimento do que de ajuda ao desenvolvimento <sup>244</sup>.

Embora o texto ressalte adiante que a organização está a serviço de todos os seus Estados Membros “quer se trate de países pobres ou ricos, industrializados ou aspirantes a industrialização”, M’Bow finaliza dizendo:

o desenvolvimento suscita problemas – de natureza diferente, é claro – em todos os países. É tempo de orientarmos nossa ação em função dessa realidade: para isso é útil também que os países industrializados nos submetam mais amplamente seus problemas e estudem conosco os caminhos de uma cooperação renovada. [...] Nossa época, talvez mais do que qualquer outra, é uma época de mudanças rápidas e profundas. As transformações são extremamente variadas, mas, em sua maioria, parecem ter uma coisa em comum: o crescimento <sup>245</sup>.

Ao expor o projeto da UNESCO para o biênio, Amadou-Mahtar M’Bow aponta que o compromisso da organização durante estes anos seria com a pesquisa científica e com o progresso e futuro da humanidade, cabendo a UNESCO atuar como uma vanguarda no movimento de unificação dos povos. A ação ética da instituição deveria basear-se na

---

<sup>243</sup> MAHEU, René. “A instauração de uma nova ordem econômica mundial”. O CORREIO DA UNESCO. *Os ciganos do mundo moderno*. Ano 03. n. 01. jan./1975. pp.22.

<sup>244</sup> M’BOW, Amadou Mahtar. “Novo apelo à tolerância e a compreensão”. O CORREIO DA UNESCO. *Nossos recursos minerais ocultos*. Ano 03. n.04. abr./1975. p.26.

<sup>245</sup> Idem. Ibidem. p.26.

promoção do saber e na definição de normas universais em prol dos desfavorecidos <sup>246</sup>. As metas previstas no projeto se direcionavam à promoção do acesso a educação, ciência e tecnologia, com ênfase nestes dois últimos, destacando a difusão e a qualidade do conhecimento científico e tecnológico. As políticas culturais deveriam estar em harmonia com as políticas educativas e científicas.

Segundo representantes da UNESCO, as raízes da crise pela qual se passava estavam plantadas no poder que o homem adquirira devido à ciência e a tecnologia. Resultado das relações sociais organizadas em torno da evolução científica e tecnológica do contexto. Diante disto a necessidade de se pensar nas gerações futuras e estabelecer relações fecundas entre homem e meio ambiente se apresentavam como imprescindíveis. Tais medidas tinham como base as definições inclusas no projeto de uma nova ordem econômica mundial. À UNESCO caberia o compromisso com a objetividade científica, promoção da justiça, e busca pela dimensão sociocultural do desenvolvimento.

Jonh McCormick argumenta que a instauração da chamada nova ordem econômica mundial se deve a ação da crise energética sobre a relação comércio/meio ambiente/desenvolvimento. Diante da crise do petróleo e consequentemente da ressignificação dada pelos governos do norte e do sul aos recursos, os países desenvolvidos e em desenvolvimento assumem frente a estes uma preocupação relacionada com a continuidade do abastecimento e uso como instrumento de desenvolvimento. Como aponta McCormick, é diante desta conjuntura, que a ONU em Assembleia geral de maio de 1974, pede o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial em busca de uma “estrutura econômica global mais equilibrada.” <sup>247</sup>.

Para Wagner Costa Ribeiro, a nova ordem mundial traz consigo a necessidade de uma ordem ambiental internacional. Esta pode ser compreendida como consequência dos impactos ambientais do modelo de desenvolvimento adotado que se sobrepuseram aos limites territoriais dos Estados. A ordem seria uma “norma de conduta criada para se evitar a degradação da vida”, uma “medida de regulação da ação humana, como uma norma que estabelece limites para a intervenção.” Desta maneira, a ordem ambiental internacional, seria “elaborada para restringir a ação humana no ambiente, seja ele natural ou não, a nível

<sup>246</sup> M'BOW, Amadou Mahtar. “Novo apelo à tolerância e a compreensão”. O CORREIO DA UNESCO. *Nossos recursos minerais ocultos*. Ano 03. n.04. abr./1975. p.26.

<sup>247</sup> McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. pp153-154.

mundial”. Para Ribeiro, várias outras ordens, como econômica e militar, estariam dessa forma inter-relacionadas <sup>248</sup>.

A missão da organização naquele contexto seria de contribuir e manter a paz, mediar a cooperação internacional por meio da ciência, da cultura e da informação, atuar contra a “exploração anárquica dos recursos naturais”, entre outras medidas que envolvessem qualidade de vida e diversidade cultural. Sua proposta era de ações em função do desenvolvimento e do fortalecimento e unificação dos Estados Membros pela promoção da reflexão e da informação, por meio do estudo e do intercâmbio de ideias. <sup>249</sup>. Amadou-Mathar M’Bow, acrescenta:

Ao por em relevo o papel da UNESCO na cooperação intelectual internacional, não estou me referindo a uma função da Organização que seja fundamentalmente diferente de sua ação em prol do desenvolvimento. É verdade que com frequência se estabelece uma diferença entre ambas, ao se constatar que, em um primeiro período, a UNESCO, que contava com um número reduzidíssimo de Estados pertencentes em sua maioria ao mundo desenvolvido do hemisfério norte, se preocupava sobretudo com o fortalecimento do intercâmbio intelectual; e em uma segunda etapa, ao acolher como Estados-Membros os países recém-libertados do colonialismo, a UNESCO tomou o caminho de uma ação concreta de ajuda ao desenvolvimento <sup>250</sup>.

Ainda em *A UNESCO e os grandes problemas do mundo*, M’Bow define que:

o mundo de hoje se caracteriza por uma estreita interdependência de todas as suas partes, das regiões que o integram, dos grupos humanos que o habitam. O desenvolvimento não é, portanto, um problema privativo de alguns países, mas um problema mundial na medida em que depende de todo um conjunto de relações e de mecanismos globais de uma certa ordem ou desordem em escala planetária <sup>251</sup>.

A distribuição equitativa de encargos e benefícios aos países, as condições econômicas e os níveis de progresso entre estes, estavam na pauta de discussão da mesa redonda sobre *Cooperação Cultural e Intelectual e a Nova Ordem Econômica Mundial*, realizada na sede da UNESCO em junho de 1976. A meta seria promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos países diante da exigência por produtividade e renda per capita elevadas. Para a promoção da nova ordem caberia à UNESCO organizar e normatizar as demandas, estabelecer políticas científicas e tecnológicas e estimular o

<sup>248</sup> RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001. pp.12-16.

<sup>249</sup> M’BOW, Amadou Mahtar. “A UNESCO e os grandes problemas do mundo”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO aos 30 anos*. Ano 04. n.05. maio/1976. pp.24-25

<sup>250</sup> M’BOW, Amadou Mahtar. Op. Cit. p.25.

<sup>251</sup> Idem. Ibidem. pp . 24-25.

crecimento industrial e econômico dos países em desenvolvimento, por meio de seminários e formação profissional. Estas medidas, segundo artigo *Um lugar mais justo ao sol para as novas nações*, concordavam como projeto da *Nova Ordem Econômica Mundial*, que visava independência e dignidade para a coletividade, reorganizar e liberar a vida econômica e social e reunir recursos objetivando um desenvolvimento autônomo, somando objetivos sociais e éticos aos econômicos<sup>252</sup>.

Em 1976, na Conferência Geral da UNESCO, em Nairóbi, no Quênia, sede do PNUMA, a UNESCO promoveu um balanço dos trinta anos de sua trajetória no qual se propôs examinar a situação do mundo naquele momento e elaborar diretrizes, metas, referências e políticas voltadas para a cooperação com as “aspirações do ser humano”, considerado o centro do desenvolvimento.<sup>253</sup> Também nesta Conferência elaborou o Plano de Médio Prazo para os anos de 1977 a 1982. Esse recebeu o título *Horizonte 1982*. No plano, o futuro, definido como o advento de um novo tempo em uma nova década, era o ideal a ser difundido. Essa ideia-força está vinculada a *slogans* como “visualizar o amanhã” e “conduzir o presente ao um Horizonte 1982”<sup>254</sup>.

Em *Metas para o futuro - Um documento sem precedentes* Amadou Mahtar M'Bow<sup>255</sup> define o desenvolvimento:

Por fim, o conceito de desenvolvimento que hoje se impõe à comunidade internacional é o de um processo global e multidimensional que leve em conta os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que atuam nas sociedades, consideradas não como elementos isolados, mas como partes da rede complexa de relações e de forças que caracterizam a situação mundial<sup>256</sup>.

O texto, elaborado como introdução do Plano a Médio-Prazo reforça a proposta de ciência e tecnologia e identidade cultural como ideias-força presentes na elaboração do conceito de desenvolvimento no âmbito da UNESCO. M'Bow define a identidade cultural como sustentáculo do desenvolvimento:

<sup>252</sup> BRATTELI, Trygve. “Um lugar mais justo ao sol para as novas nações”. O CORREIO DA UNESCO. *Por uma Nova Ordem Econômica Mundial*. Ano 04, n. 12, dez/1976. p. 04-08.

<sup>253</sup> REDAÇÃO. “Horizonte 1982- o Plano em Médio Prazo da UNESCO”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. maio/1977. p.04.

<sup>254</sup> Idem. Ibidem. p.04.

<sup>255</sup> M'BOW, Amadou Mahtar. “Metas para o futuro - um documento sem precedentes”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05, n. 05, maio/1977. pp. 06-13

<sup>256</sup> Idem. Ibidem. p.07.

A reivindicação da identidade cultural - um dos elementos mais característicos de nossa época – não é um apego vão e nostálgico a um passado já superado. Evidentemente, está ligada à tradição, a esse registro das experiências acumuladas por uma coletividade ao longo da história. Mas seu sentido real está em converter o passado num fermento para o futuro <sup>257</sup>.

E acrescenta:

O conceito de identidade cultural, que cristalizou as aspirações dos povos do Terceiro Mundo libertados do jugo colonial, determina ainda, de forma decisiva, sua vontade de abordar o futuro de maneira própria, livre das várias – e por vezes dissimuladas – formas de alienações, que lhe podem impor as sociedades cujas estruturas, modos de vida e desenvolvimento foram consideradas como modelo de um dado momento histórico <sup>258</sup>.

Em *O Homem – Princípio e fim do desenvolvimento* observamos que o conceito de desenvolvimento adotado pelo Plano de Médio Prazo (1977-1982) possuía uma “significação humanística” <sup>259</sup>. O artigo manifesta a ideia de cultura como parte essencial do desenvolvimento, rechaça ideais economicistas de desenvolvimento colocando o homem, sociedade ou indivíduo, como objeto e razão. No texto, excerto do terceiro capítulo do plano de ação, a UNESCO compromete-se a oferecer aos povos de nações que estavam alcançando sua independência em finais de século, oportunidades em grandes programas de participação intelectual. A organização lança-se como foco e catalisador na criação de infraestrutura das ciências sociais em âmbito nacional e internacional e coloca-se como coordenadora e centro de reflexão humanística e ética.

Observamos que as medidas políticas tinham interdependência, interdisciplinaridade, desenvolvimento e soberania como seus pilares. Dentre as medidas tomadas pelo sistema das Nações Unidas no período citado, tidas como fundamentais para a compreensão das ações e demais atividades e posições que a UNESCO assumiria, observamos que em *O Correio da UNESCO* as políticas referentes a valorização da identidade cultural e o debate a respeito da ideia de *patrimônio comum da humanidade* se articulavam a nova ordem em construção.

As questões sobre o patrimônio público comum trazem consigo o tema da soberania dos Estados. Em agosto de 1979, Mohammed Bedjaoui, membro da Comissão de Direito

<sup>257</sup> M'BOW, Amadou Mahtar. “Metas para o futuro - um documento sem precedentes”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977. p 10.

<sup>258</sup> Idem. Ibidem. p 10.

<sup>259</sup> REDAÇÃO. “O Homem - princípio e fim do desenvolvimento”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977. pp. 21-22.

Internacional das Nações Unidas, no artigo *A Terra, patrimônio comum da humanidade – Novo conceito jurídico para uma nova ordem econômica mundial*, observa: “Todo o direito internacional moderno parece concentrar-se no problema essencial do que deve ser feito com os recursos do planeta, numa intensa competição entre dois princípios: o da soberania do Estado e o do patrimônio comum da humanidade” <sup>260</sup>.

O Direito Soberano neste caso era definido como a liberdade de cada país em escolher o próprio sistema econômico, político, social e cultural e exercer soberania plena e permanente sobre a totalidade de seus recursos. Esta questão polêmica também envolvia um conflito de interesses e deveres do Terceiro e do Primeiro Mundo, para quem um patrimônio comum só teria credibilidade se direitos e deveres fossem divididos com justiça entre os Estados ou em uma “desigualdade de caráter compensador em benefício dos países em desenvolvimento” <sup>261</sup>. O autor representa uma crítica dos países em desenvolvimento sobre o custo da preservação e da divisão igualitária de direitos e deveres entre os Estados que possuíam recursos tidos como patrimônios comuns da humanidade sob sua jurisdição territorial e os demais Estados que, a partir desta denominação jurídica, poderiam usufruir destes bens.

A redação de *O Correio da UNESCO*, no artigo *Patrimônio da família humana*, publicado em julho de 1980, no número *O homem e a Terra: uma estratégia mundial de conservação*, define patrimônio público comum como:

toda a extensão de terra ou de água cuja propriedade ou usufruto pertencem aos membros de uma coletividade. Este patrimônio é a parte da superfície do globo terrestre que está fora das jurisdições nacionais – o alto mar e os recursos vivos que lá se encontram – e aquilo que pertence a todos, em particular, atmosfera <sup>262</sup>.

As discussões sobre o direito do mar têm destaque na negociação destes limites. Em um contexto de globalização da economia e da política, a normatização dos transportes e outras atividades econômicas realizadas sobre e sob o oceano, principalmente nas chamadas *zonas livres*, ou seja, áreas de oceano que não correspondem ao mar territorial de países costeiros têm espaço nas discussões da UNESCO.

<sup>260</sup> BEDJAOUI, Mohammed. “A Terra, patrimônio comum da humanidade”. O CORREIO DA UNESCO. *Alexandre Magno: os enigmas de uma tumba real*. Ano 07. n.08. Ago./1979. p12.

<sup>261</sup> Idem. Ibidem. p.12-17.

<sup>262</sup> REDAÇÃO. “Patrimônio da Família Humana”. O CORREIO DA UNESCO. *O homem e a Terra: uma estratégia de sobrevivência*. Ano 08. n.07. jul./1980.p.33.

A quem pertence os recursos existentes em águas além da jurisdição nacional de cada país? O artigo *Patrimônio da família humana* faz campanha pela criação de mecanismos de conservação das espécies que transitam entre delimitações territoriais e aquém delas. A Antártica era a principal área sobre a qual o debate a respeito do patrimônio público comum incidia. Em decorrência, é elaborada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, aprovada em Assembleia Geral da ONU, em 1982, fruto das discussões encaminhadas ao longo dos anos 1970, das quais se destacam a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Nova York, 1973).

Segundo a convenção, as espécies que vivem exclusivamente em alto mar deveriam ser consideradas como um recurso comum a toda a humanidade e as que se deslocam entre o alto mar e as áreas de jurisdição nacional deveriam ser aceitas como recursos compartilhados. No entanto, os Estados deveriam ser igualmente responsáveis pela proteção de seu habitat e pela efetivação de estudos e pesquisas de cunho ecológico que visassem à redução de impactos advindos da pesca, da poluição atmosférica, da mineração e da prospecção de petróleo em alto mar com a garantia de que os resultados fossem intercambiáveis entre os diferentes países a utilizarem e se responsabilizarem por estas áreas comuns.

Maria Eduarda Gonçalves, membro da delegação portuguesa na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, no artigo *O Mar, patrimônio comum a ser preservado – O novo direito do mar*, comenta:

Transformadas as realidades subjacentes, vieram os países em desenvolvimento reclamar maior justiça na repartição dos espaços marítimos em maior equidade nas relações entre Estados. Esses objetivos pretende a Convenção alcançar mediante a atribuição de direitos de soberania sobre diversas zonas [...] Mas não basta atribuir direitos. Importa criar condições para que os Estados, em especial os menos desenvolvidos, possam efetivamente exercê-los e cumprir com suas responsabilidades. Isso implica o acesso desses países ao conhecimento científico, às tecnologias que lhes permitem gerir racionalmente e conservar os recursos e pressupõe o desenvolvimento de capacidades científicas e tecnológicas endógenas que os habilite a participar de igual para igual, das atividades de investigação científica <sup>263</sup>.

A ciência e a tecnologia são apresentadas como ferramentas do desenvolvimento no Plano de Médio Prazo da UNESCO para 1977-1982. A organização, em decorrência do Plano se compromete a buscar pelo incentivo a elaboração de tecnologias endógenas a seus

<sup>263</sup> GONÇALVES, Maria Eduarda. “O Mar, patrimônio comum a ser preservado – O novo direito do mar”. O CORREIO DA UNESCO. *Civilizações do Mar*. Ano 12. Fev./1984. pp.40- 42.

Estado-membros que integrassem ciência e tradições das sociedades, contra a chamada importação de tecnologias. Prática realizada pelos países em desenvolvimento. As metas se pautavam na importância da identidade cultural, de modo que a consciência desta identidade é apontada como sustentáculo do desenvolvimento econômico e da modernização diante das transformações das estruturas econômicas e sociais, da busca por novos tipos de desenvolvimento e da crise monetária e energética. Ciência e técnica deveriam estar a serviço do homem, pois conhecimento equivaleria a poder <sup>264</sup>.

A ação da UNESCO ao longo dos seis anos para os quais o Plano fora estruturado deveria ser voltada ao uso do conhecimento, portanto da ciência e da tecnologia, para solucionar problemas da agricultura, indústria, comunicação e de demais setores da vida econômica. Também caberia a ela estabelecer bases para a participação de um maior número de países nas discussões sobre estes temas, avaliar suas tendências, identificar problemas morais e intelectuais relacionados a ciência, “estudar seus aspectos humanos” e concentrar recursos para a administração do solo, da água e das formas de energia, considerados “campos vitais” necessários para o “desenvolvimento econômico a médio prazo” <sup>265</sup>.

Seguindo o estabelecido no programa de ação da UNESCO para o período, *O Correio da UNESCO*, publica em janeiro de 1980, o número *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Neste número, cientistas dos países com economias em crescimento, são chamados a analisar os impasses e alternativas do desenvolvimento em seus países com a finalidade de direcionar seus apontamentos aos leitores das nações que passavam por processos similares.

O egípcio Ibrahim Helmi Adbel Rahman <sup>266</sup>, em artigo homônimo ao título do número de janeiro de 1980 <sup>267</sup>, traz luz à discussão sobre o desenvolvimento dos “países pobres”, como os denomina. Nas primeiras palavras do artigo, Rahman coloca a questão: “podem os países pobres beneficiar-se da tecnologia atual para impulsionar seu

<sup>264</sup> REDAÇÃO. “A Ciência e a Técnica – A serviço do homem e da ciência”. *O CORREIO DA UNESCO. A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977. pp.19-20.

<sup>265</sup> Idem. Ibidem. p.20.

<sup>266</sup> Colaborador da UNESCO desde 1947 na criação do Bureal Regional para a Ciência e a Tecnologia nos Estados Árabes.

<sup>267</sup> Artigo baseado em trabalho apresentado oficialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia a Serviço do Desenvolvimento. Viena, 20 a 31 de agosto de 1980. *O CORREIO DA UNESCO. Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n01. jan./1980. pp. 04-09.

desenvolvimento...?”<sup>268</sup>. Apesar da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento não resolver a questão, algumas resoluções puderam ser verificadas e estas foram apresentadas no artigo, como um manual, ou receita, para que os países em desenvolvimento não ficassem para trás, mais uma vez, na corrida desenvolvimentista e tecnológica. O pensamento cinquentista de desenvolvimento para os países pobres não se daria tão facilmente, pois mesmo que estes adquirissem a tecnologia já desenvolvida por outros não se encontrariam condições necessárias para sua plena utilização.

As considerações finais de Rahman eram de que nos decênios finais do século XX, as estruturas de demandas mundiais, assim como prioridades sociais, passariam por mudanças consideráveis em todos os países. A tecnologia e as capacidades de produção teriam de se adaptar. A maior parte das novas tecnologias viria dos países industrializados e estes não se preocupariam em desenvolver tecnologias para os países atrasados, mas sim para eles mesmos e seus problemas. Restaria então aos países em desenvolvimento elaborar suas próprias tecnologias e completa-las com estrangeiras, escolhidas cuidadosamente e adaptadas às suas necessidades.

É interessante notar que o artigo é direcionado principalmente as nações africanas, que a pouco conquistaram sua independência, e aos superpopulosos países asiáticos. Também vale notar as imagens que acompanham o artigo, ora denunciando o atraso tecnológico e miséria de alguns povos africanos e asiáticos, ora expondo o sucesso sul americano no desenvolvimento de tecnologia e ciência. Nas imagens, o Brasil é apresentado como potência e vanguarda. Uma foto aérea da construção da Represa de Itaipu, diz na legenda que a construção se dava em parceria com o Paraguai como obra de proporções faraônicas, deixando claro que, na época de sua construção, era a maior represa do mundo<sup>269</sup>. Em outra imagem, e sua respectiva legenda, o programa de produção de álcool brasileiro é apresentado como inovador, definindo a tecnologia como totalmente brasileira cujo objetivo visava diminuir a importação de petróleo e poderia ser exportada

---

<sup>268</sup> RAHMAN, Ibrahim Helmi Adbel. “Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento”. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980. p. 04.

<sup>269</sup> Idem. Ibidem. p.07.

como modelo <sup>270</sup>. Desenvolvimento de tecnologia e exportação desta é, segundo o autor, a chave para não ser esmagado por novas demandas.

No mesmo número, no artigo *Os doze imperativos do desenvolvimento*, o brasileiro João Frank da Costa <sup>271</sup> apresenta doze pontos a serem considerados sobre uma nova concepção de desenvolvimento. A ideia anteriormente concebida como crescimento econômico ganhava, como enfatiza o autor, novas perspectivas. Ela deveria ser relacionada ao desenvolvimento humano baseado em princípios de dignidade. Dos imperativos que aponta, parcela significativa diz respeito à autonomia e autogestão do modelo de desenvolvimento a ser implantado por cada nação. Estas por sua vez, deveriam obedecer a preceitos econômicos que levassem em conta as potencialidades e a cultura de cada povo. Concepção que rejeitava a aquisição de tecnologia ultrapassada de países já desenvolvidos. O desenvolvimento deveria salvaguardar o ambiente, natural e cultural. Também, é interessante notar, que esta nova concepção alegava que o desenvolvimento deveria ser planejado, necessitando de atenção e intervenção de autoridades nacionais <sup>272</sup>.

O físico paquistanês Abdus Salam <sup>273</sup> no artigo *A tocha da Ciência* denuncia que havia dificuldade em “fazer ciência” nos países não desenvolvidos. Por isso, seria necessário que a UNESCO deixasse de ser apenas um catalisador de pesquisas e passasse a manter centros de pesquisa internacional integralmente. Salam pede que governos e cientistas pensem melhor na disparidade científica entre norte e sul <sup>274</sup>. Dzhermen M. Gvishiani, Membro da Academia de Ciências da URSS e Presidente do Instituto Internacional para a Análise Aplicada de Sistemas - IIASA, no artigo *Por uma estratégia mundial de desenvolvimento* <sup>275</sup>, observa que já era tempo de por fim ao debate estéril acerca do direito e do dever da comunidade científica e lutar por uma nova comunidade

<sup>270</sup> RAHMAN, Ibrahim Helmi Adbel. “Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento”. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n01. jan./1980. p.09.

<sup>271</sup> Diplomata brasileiro, nomeado Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.

<sup>272</sup> COSTA, João Frank da. *Os doze imperativos do desenvolvimento*. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n01. jan./1980. p.10.

<sup>273</sup> Fundador do Centro Internacional de Física Teórica de Trieste em parceria com a UNESCO.

<sup>274</sup> SALAM, Abdus. “A tocha da Ciência”. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980. p.16-17.

<sup>275</sup> GVISHIANI, Dzhermen M. “Por uma estratégia mundial de desenvolvimento”. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980. pp. 25-30.

que congregasse os esforços do mundo científico e tecnológico, dos governos e do sistema das Nações Unidas.

Gvishiani coloca o UNISIST, criado e mantido pela UNESCO, como um programa a que os países em desenvolvimento poderiam recorrer. Diante da dificuldade para os países mais pobres ou em desenvolvimento em realizar pesquisas científicas e formular novas tecnologias, ao passo que esta mesma inovação poderia estar em andamento em outros países, poderia haver troca de informações e direcionamento. Sendo assim, centros de pesquisa ganhariam tempo e otimizariam recursos ao direcionar seus problemas aos cuidados do UNISIST <sup>276</sup>.

Nos números e excertos de artigos citados acima, podemos perceber que a cooperação intelectual internacional é apresentada como a base da perspectiva de desenvolvimento da UNESCO. O estudo e o intercâmbio de ideias figuram como seus instrumentos para a promoção da justiça, fortalecimento e unificação de seus Estados-membros. Vemos também que a organização busca dar ênfase a questão social do desenvolvimento, relacionando-o a exigência de dignidade e de unificação dos povos. Para os Estados, a promoção da justiça deveria levar em consideração sua soberania, principalmente no que se referia aos recursos naturais, e a tecnologia era vista como propulsora do desenvolvimento.

As ideias da UNESCO foram reafirmadas no plano da organização para 1984-1989 e as demandas dos países, particularmente daqueles com economias em crescimento, consideradas frente a um momento histórico de reformulação das relações de poder entre as nações e da definição de suas identidades. No número de março de 1983, intitulado *O Plano da UNESCO de Médio Prazo – Um futuro a altura do homem*, a redação de *O Correio da UNESCO* apresenta as cinco metas do Plano de sua organização fundadora para o período:

- 1- contribuir para a reflexão contínua sobre os problemas do mundo atual para promover o conhecimento da comunidade de destino que daqui por diante unirá pessoas e povos;
- 2- contribuir para a criação de condições que permitam a mais ampla participação das pessoas e dos grupos na vida das sociedades a que pertencem e na vida da comunidade mundial;

---

<sup>276</sup> GVISHIANI, Dzhermen M. “Por uma estratégia mundial de desenvolvimento”. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980. p.30.

3 - contribuir para aumentar a capacidade de enfrentar os problemas, com atenção especial para o desenvolvimento e a democratização da educação, para o progresso das ciências, multiplicando e desenvolvendo o potencial da atividade científica e técnica em benefício de todos os povos, intensificando aptidões e capacidades, elaborando infraestruturas de investigação e de formação e estimulando a livre circulação do saber e dos conhecimentos práticos;

4- contribuir para facilitar as evoluções e as transições que toda a comunidade internacional já considera necessárias nos campos em que a convergência das aspirações permite amplo consenso;

5- provocar e estimular a renovação de valores na perspectiva de uma compreensão autêntica entre os povos e assim impulsionar a causa da paz e dos direitos humanos.<sup>277</sup>

Segundo M'Bow, as políticas da UNESCO, em seus anos de ação “propuseram questões relativas às circunstâncias difíceis – e eventualmente, alarmantes – que enfrentavam aos múltiplos desafios ante os quais se encontravam e aos variados caminhos pelos quais tentavam chegar a um desenvolvimento autêntico”<sup>278</sup>. Podemos compreender esta afirmação ao considerarmos que o desenvolvimento pressupõe mudanças, as quais ocorrem com a existência de conflitos. Desta forma, o progresso não é uniforme, exercendo avanços na ciência, economia e direitos humanos com barreiras à mudança de paradigmas e alguns retrocessos a acordos previamente estabelecidos.

---

<sup>277</sup> *O Plano de Médio Prazo em Síntese - SUPLEMENTO*. O CORREIO DA UNESCO. *O plano da UNESCO de médio prazo – Um futuro a altura do homem (1984-1989)*. Ano 11. n.03. mar./1983 – não há numeração.

<sup>278</sup> M'BOW, Amadou Mahtar. “Unesco: 40 anos de ação”. O CORREIO DA UNESCO. *Pequenos países, grandes culturas*. Ano 14. n.12. dez/1986. p.02.



Capas dos números *Por uma Nova Ordem Econômica Mundial\** e *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*, de *O Correio da UNESCO*, publicados em Dezembro de 1976 e Maio de 1977.



Capas dos números *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento\** e *Meio Ambiente e Desenvolvimento: o pacto planetário*, de *O Correio da UNESCO*, publicados em Janeiro de 1980 e Janeiro de 1992.

\* Recorremos à versão espanhola, pois o número em português disponibilizado para a pesquisa sofreu deteriorações.

### 3.3. Metas para um Desenvolvimento Sustentável

A escassez dos recursos naturais é uma consequência da dinâmica do capital. E a sociedade, baseada no consumo material, energético e tecnológico, tão essencial ao capitalismo, vinha sendo questionada e desprestigiada pelos movimentos sociais ambientalistas. O capitalismo precisou ser readequado para que pudesse manter a dinâmica de crescimento, e esse processo estendeu-se por toda a década de 1980 e 1990. Propostas de um novo comportamento se estendiam à sociedade civil e ao mundo dos negócios.

Posto isso, vemos que o processo de elaboração do conceito de *desenvolvimento sustentável* com a Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, em 1983, e a sua difusão a partir de 1987 com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, reflete a necessidade de ordenação de um novo capitalismo que se abria para um processo de globalização e precisava incorporar a questão do meio ambiente.

Sarita Albagli observa sobre a politização da natureza que:

A conjugação entre crise ambiental e transformação da base técnico-científica mundial corresponde, por sua vez, a uma nova forma de ‘politização’ da natureza, expressando a coexistência e o conflito de diferentes projetos e estratégias com respeito ao meio ambiente planetário e à biodiversidade em particular. Impõe-se assim a necessidade de se ‘desnaturalizar o conceito de meio ambiente, superando um ‘noção exclusivamente biogeográfica do ambiente’ para trata-lo como ‘resultado da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade’<sup>279</sup>.

Gro Harlem Brundtland, presidente da CMMAD, em entrevista ao *O Correio da UNESCO*, define o conceito de desenvolvimento sustentável como o sistema desenvolvimentista que atende às necessidades presentes sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. E dispara que Estados-Nações não eram as instituição mais adequadas para tomar as decisões necessárias nesse campo: “Impõe-se uma estrutura internacional que permita tomar decisões em favor de nós

---

<sup>279</sup> ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da Biodiversidade*. Edições IBAMA: Brasília, 1998. p.18.

mesmos e de nossos filhos. Já passou o tempo em que o Estado-Nação era o organismo decisivo nos assuntos mundiais”<sup>280</sup>.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, também conhecida como *Rio-92*, e o documento *Agenda XXI* sintetizaram e institucionalizaram o desenvolvimento sustentável. Em *O Correio da UNESCO*, a CNUMAD foi anunciada como o espaço onde a humanidade selaria um “pacto planetário” em prol do *desenvolvimento sustentável*. Energia, educação ambiental, poluição e biodiversidade são temas levados aos leitores da revista como preparativos para a realização da Conferência. O lema da reunião, “*Meio ambiente e desenvolvimento: as duas faces do mesmo dilema na continuidade da aventura humana*”, indica a centralidade que tais temas ocupavam na esfera da política internacional, assim como a permanência dos conflitos entre ambos.

No artigo *A aliança entre o homem e a natureza*, Michel Batisse, co-fundador do Programa *O Homem e a Biosfera* – MAB, argumenta que se fazia necessário uma revisão profunda de modos de pensar e de mecanismos econômicos muito arraigados nos países industrializados, e mais ou menos aceitos como modelos nos demais países. Assim como era necessária uma mudança radical de hábitos e comportamentos<sup>281</sup>. Mudanças que implicavam (1) remodelação das instituições setorializadas, (2) alteração completa das prioridades de investimento, ou seja, países ricos oferecendo assistência a países pobres incluindo medidas ambientais, (3) “princípio de adicionalidade”, em outras palavras, países pobres alterando projetos de desenvolvimento em favor do meio ambiente (4) “princípio de condicionalidade”, que corresponderia a adoção de nova contabilidade econômica que incluísse ar puro, água limpa, animais selvagens e paisagens e (5) uma ética nova e solidariedade global<sup>282</sup>.

---

<sup>280</sup> BRUNDTLAND, Gro Harlem, “Entrevista”. *O CORREIO DA UNESCO. Mídia, as aventuras da liberdade*. Ano 18. n.11. nov./1990. pp. 04-09.

<sup>281</sup> BATISSE, Michel. “A aliança entre o homem e a natureza”. *O CORREIO DA UNESCO. Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992.p.14.

<sup>282</sup> Idem. Ibidem. pp.14-15.

Mas seria essa *Uma causa pessoal* [?] - *Todo cidadão pode[ria] contribuir para a preservação dos sistemas que sustentam o planeta?* <sup>283</sup> Claude Villeneuve aponta que o cidadão comum poderia e deveria empreender forças para se alcançar um desenvolvimento global sustentável. O autor passa a defender que o cidadão comum tem poder de decisão através do poder de compra. Villeneuve afirma que o consumidor poderia influenciar o mercado optando por produtos que usem menos embalagem ou, ainda, poderia utilizar menos o transporte individual. Por fim seria necessária uma educação que englobasse temáticas que ajudem a compreender o ambiente e para que o homem perceba que ele faz parte deste mesmo ambiente.

No quadro *O papel da UNESCO*, incluso no informe *A primeira reunião de cúpula da Terra*, publicado no número de janeiro de 1992 intitulado *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*, o compromisso da UNESCO quanto à educação ambiental frente às questões que a CNUMAD é descrito em linhas gerais:

“A Organização deve desempenhar papel ativo na promoção da educação sobre o meio ambiente, contribuindo para que as políticas nacionais de educação levem em conta a dimensão ambiental e para que esta se integre aos programas escolares e universitários.” <sup>284</sup>

Mas a responsabilidade seria apenas do indivíduo? E as questões debatidas ao longo das últimas duas décadas? *O Correio da UNESCO* não as esquece. José Goldemberg em *Energia para um mundo sustentável* <sup>285</sup> argumenta que o desenvolvimento sustentável teria de levar em conta a questão energética. Primeiro quanto ao esgotamento das fontes, e também, quanto a capacidades de gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades - como apontava *Nosso Futuro Comum*. O autor discorre sobre alguns estudos sobre a utilização de fontes energéticas renováveis e conclui que seria possível um maior desenvolvimento, levando em conta não apenas o crescimento econômico.

---

<sup>283</sup> VILLENEUVE, Claude. “Uma causa pessoal ? - Todo cidadão pode contribuir para a preservação dos sistemas que sustentam o planeta?”. O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992. p. 16-18.

<sup>284</sup> REDAÇÃO. “O papel da UNESCO”. O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992. p.40.

<sup>285</sup> GOLDEMBERG, José. “Energia para um mundo sustentável”. O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992. pp.22-24.

*Que futuro espera[va] a Amazônia?*<sup>286</sup>. Ignacy Sachs defende no artigo publicado em *O Correio da UNESCO* que “o não-desenvolvimento da Amazônia era totalmente inaceitável para os habitantes dessa região e para os brasileiros em geral”. Contrariando o pensamento preservacionista. O economista se mostra contrário a exploração da região por moldes convencionais e levanta a bandeira do ecodesenvolvimento como mecanismo de reforma do regime de propriedade e do sistema agrícola. A proteção dos recursos da floresta deveria assegurar aos países do Sul o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos de que eles necessitavam para aproveitar o patrimônio biológico da floresta amazônica, particularmente quanto a produção de biomassa, mas sem infringir as regras da prudência ecológica. Ao final, observa: “Uma empresa de tamanho alcance exige que o Brasil e os demais países amazônicos, disponham de meios próprios para desenvolver suas pesquisas de campo”<sup>287</sup>.

Quais as perspectivas do Brasil, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento? Naquele contexto, o país estava em processo de abertura democrática e o governo Collor era o primeiro eleito por votação direta após os anos 1960. O país, no papel de anfitrião da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento nutria expectativas por novas políticas econômicas internacionais para um novo modelo de desenvolvimento que se colocasse como sustentável. A realização da *Rio-92* ocorria então num ponto de inflexão na geopolítica mundial, cujos marcos eram: (1) quadro de mudança drástica das grandes referências que presidem a organização das sociedades humanas no planeta, (2) o momento de distensão das relações internacionais, em oposição ao momento anterior marcado pela corrida armamentista, permeado pela perplexidade e o novo conhecimento que as transformações geopolíticas impunham.

Assim, o Brasil concebe a *Rio-92* como uma oportunidade dada aos países em desenvolvimento, os da América Latina em particular, para que pudessem transformar a situação de crise em novas oportunidades. Com a Conferência, buscariam estratégias de desenvolvimento a partir de “*acordos específicos e compromissos dos governos e das*

---

<sup>286</sup> SACHS, Ignacy. *Que futuro espera a Amazônia?*. O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20, n.01, jan./1992. pp. 32-35.

<sup>287</sup> Idem. Ibidem. p.32.

*organizações intergovernamentais, com identificação de prazos e recursos financeiros para implementar tais estratégias”*<sup>288</sup>.

O momento era de transição ecológica e de crise do modelo de desenvolvimento. Dois elementos eram postos em evidência: tecnologia e crescimento. Este era o foco dos questionamentos. O que confere a eles essa característica? A desigualdade entre hemisférios Norte e Sul, principalmente quanto à opinião sobre as medidas punitivas sobre o consumo excessivo dos recursos naturais. Para os do Norte, a gestão racional dos recursos presente nos do Sul era a garantia da continuidade do seu ritmo e dinâmica de produção. Para este último grupo, o desenvolvimento a qualquer custo superava a preocupação com a não degradação do ambiente.

Segundo a Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CIMA, esta distinção perdeu sua validade a partir do momento que países do Sul sofreram com a degradação de seu patrimônio natural. Degradação apresentada no relatório em questão como decorrente do baixo desenvolvimento destes países ou do excesso de desenvolvimento como consequência de um processo de interdependência entre centro e periferia, desencadeado com a crise do petróleo da década de 1970. A posição do Brasil diante de tal questão merece destaque: um país do hemisfério sul e sede da CNUMAD. O que dava ao Brasil relevância na discussão.

Quais seriam as metas do Brasil? Buscar novas formas de cooperação – indicador do vínculo com a posição defendida em *Nosso Futuro Comum* – que reconheceriam a assimetria entre Norte e Sul e que permitiriam o surgimento de uma nova ordem internacional, sem que os interesses nacionais contribuíssem para o fortalecimento dos interesses mundiais, porém em sintonia com o direito soberano de cada país<sup>289</sup>. O mundo desenvolvido teria maior responsabilidade na busca de soluções, uma vez que o dano causado pelos países em desenvolvimento era limitado. No entanto,

---

<sup>288</sup> BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Cima, 1991. p. 20.

<sup>289</sup> BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Cima, 1991. p. 21.

as soluções só seriam alcançadas se todos os países se dispusessem a transformar o então atual padrão de crescimento e incorporassem o patrimônio natural representado pela Amazônia.

A estratégia tinha como meta a obtenção de um novo paradigma de desenvolvimento que permitisse uma profunda revisão das práticas atuais de incorporação do patrimônio natural, através de novas formas de organização social e de novos padrões de produção e consumo <sup>290</sup>. Os elementos para a articulação da estratégia brasileira compreendiam a superação da pobreza, a superação da defasagem entre progresso material, justiça social e sustentabilidade ambiental por meio da construção de alianças entre diferentes grupos sociais, o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias e da capacidade política e técnico-administrativa do Estado e seu planejamento.

O Brasil esperava que a CNUMAD não visse as reivindicações dos países em desenvolvimento como fator de confrontação entre Norte-Sul, mas que estas fossem admitidas como tentativa de aproveitamento da ocasião única de reformulação do sistema internacional, num momento crucial da história, que segundo as perspectivas tinha o potencial de permitir a sobrevivência da humanidade em bases mais justas e equitativas.

No entanto, é preciso pontuar que a postura de Fernando Collor de elevação do Brasil como país a ser ouvido no cenário internacional do debate político sobre meio ambiente e desenvolvimento, como apresentado pela CIMA no relatório *Desafio do Desenvolvimento Sustentável*, se enfraquece com a crise de seu governo e a gestão de Fernando Henrique Cardoso, que se caracterizou pela forte incorporação de uma agenda econômica neoliberal. O país buscou espaço na economia mundial por meio da quebra de barreiras comerciais, da circulação de capitais, privatizações e abertura da economia para o capital externo. Aspásia Camargo acrescenta que a diplomacia e as relações internacionais brasileiras se esforçaram para manter a imagem de um país estável, atento as agendas e demandas multilaterais, com o objetivo de remover obstáculos

---

<sup>290</sup> BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Cima, 1991. p.151.

legais, políticos ou até simbólicos que pudessem afugentar investimentos ou “capitais de ocasião”<sup>291</sup>.

No período pós *Rio 92* muitas questões nacionais foram mapeadas e identificadas e foi possível realizar uma mobilização positiva em muitas áreas. O meio ambiente passou a compor a pauta da tv, jornais e demais meios de comunicação, influenciando na opinião pública. As lideranças empresariais, sociais científicas e governamentais tomaram as primeiras iniciativas sobre o tema em seus setores, embora parte delas não gerasse resultados concretos. As ONGs concretizaram parcerias com os três níveis do governo, as fontes de financiamento deixaram de ser totalmente internacionais e passaram a ser cada vez mais domésticas, segmentos do empresariado demonstraram predisposição em desenvolver alternativas que incorporassem práticas de responsabilidade social e ambiental nas empresas<sup>292</sup>. No entanto, o impasse da *questão ambiental* não se encerrou na *Rio 92*, ao contrário, a sociedade traz consigo desde então um conjunto de demandas socioambientais, das quais a *justiça ambiental* é mais candente. Há muito trabalho para todas as áreas do conhecimento e seguimentos da sociedade.

---

<sup>291</sup> CAMARGO, Aspásia (org.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p.29

<sup>292</sup> Idem. Ibidem. p.44.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável* foram elaborados por um conjunto de atores: economistas, ambientalistas, cientistas, sociólogos e especialistas do planejamento que atuaram em um contexto de reformulação das políticas sobre o desenvolvimento. Devemos observar que aqueles que formularam tais conceitos exploravam a tensão entre a linguagem estabelecida e as necessidades de usar as palavras de uma maneira inédita. Ao longo do período, as medidas normatizadoras e o conceito de meio ambiente são então reelaborados a partir de um jogo de sutilezas que, na maioria das vezes, estão articulados com o que se diz fora da definição, no desenvolvimento do texto escrito, na fala ou na forma de implantação dos acordos estabelecidos.

Diante da repercussão de *Limites do Crescimento* e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a ciência e a pesquisa trouxeram para a sua agenda de trabalho as transformações sociais decorrentes das ações humanas sobre a natureza. A percepção que se tinha da natureza era a de um organismo antes considerado como inferior ao homem, mas que passara a se sobrepor a este em um processo constante a partir do momento em que se tornou evidente que os recursos naturais oferecidos eram finitos. Por esse motivo a natureza necessitava ser controlada.

Instituições como a UNESCO passaram a atuar no que pode se chamar de normatização do meio ambiente, sintetizando o destaque dado à temática dentro do sistema global. Ciência e tecnologia aparecem assim nos artigos de *O Correio da UNESCO*, com uma dupla característica: como fetiche do desenvolvimento para as economias em crescimento e como instrumentos de reconhecimento e domínio do meio ambiente, mobilizadas para neutralizar e impedir a crise ambiental.

Em *O Correio da UNESCO* o debate entre meio ambiente e desenvolvimento ocorre por meio da articulação de diferentes atores. Estes, por sua vez, estavam ligados a organizações internas e externas a UNESCO e ao sistema das Nações Unidas. Suas páginas ofereciam espaço de voz para os Estados em desenvolvimento, numa crescente incorporação das nações que floresciam com o processo de descolonização da África e da Ásia e da desagregação do bloco soviético.

A revista foi veículo de comunicação e espaço para o intercâmbio de ideias e conhecimento, apresentando aos leitores os ideais de cooperação nas áreas de atuação da UNESCO. Este ideal convergiu para programas e políticas com interface científica, principalmente para o treinamento de pessoas e a habilitação das mesmas para a abordagem dos problemas do meio ambiente. Nas páginas de *O Correio da UNESCO* há uma intensa busca por parcerias com a organização, principalmente por atividades que perpassassem a esfera das ciências. As janelas que abriu para o mundo foram as da complexidade da abordagem dos temas do meio ambiente e da compreensão de seu caráter multidisciplinar.

## FONTES

### Artigos publicados em *O Correio da UNESCO*

ALMEIDA, Miguel Ozório de. “O mito do equilíbrio ecológico”. *O CORREIO DA UNESCO. Só temos uma Terra*. Ano01. n.01. mar./1973.

BATISSE, Michel. “A aliança entre o homem e a natureza”. *O CORREIO DA UNESCO. Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992.

BEDJAOUI, Mohammed. “A Terra, patrimônio comum da humanidade”. *O CORREIO DA UNESCO. Alexandre Magno: os enigmas de uma tumba real*. Ano 07. n.08. ago./1979.

BOSE, Ashish. “O êxodo para as cidades: problema para quem?”. *O CORREIO DA UNESCO. O Homem ou a Fome*. Ano 02. n.09-10. set./ out.1974.

BRATTELI, Trygve. “Um lugar mais justo ao sol para as novas nações”. *O CORREIO DA UNESCO. Por uma Nova Ordem Econômica Mundial*. Ano 04. n.12. dez/1976.

BRUNDTLAND, Gro Harlem, “Entrevista”. *O CORREIO DA UNESCO. Mídia, as aventuras da liberdade*. Ano 18. n.11. nov./1990.

CASTRO, Josué de. “Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição”. *O CORREIO DA UNESCO. Só temos uma Terra*. Ano 01. n.01. mar./1973.

COSTA, João Frank da. “Os doze imperativos do desenvolvimento”. *O CORREIO DA UNESCO. Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980.

DASILVA, Edgar J. “Nossos amigos os micróbios”. *O CORREIO DA UNESCO. Biotecnologia, agricultura e desenvolvimento*. Ano 15. n.05. maio/1987.

FENSHAM, Peter J. “Educar para o meio ambiente”. In: *O CORREIO DA UNESCO. Esplendor da arte catalã*. Ano 06. n.05. maio/1978.

KORZUN, Valentin I; SOKOLOV, Alexei A. “Haverá água no ano de 2015?”. *O CORREIO DA UNESCO. Água, questão de vida ou morte*. Ano 06. n.04. abr./1978.

GLISSANT, Edouard. "Editorial". O CORREIO DA UNESCO. *Patrimônio da Humanidade: mundial, cultural e natural*. Ano 17. n.10. out./1988.

\_\_\_\_\_. "Editorial". O CORREIO DA UNESCO. *O Homem e a Biosfera – parceiros para um desenvolvimento duradouro*. Ano 15. n.11. dez./1987.

GOLDEMBERG, José. "Energia para um mundo sustentável". O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992.

GONÇALVES, Maria Eduarda. "O Mar, patrimônio comum a ser preservado – O novo direito do mar". O CORREIO DA UNESCO. *Civilizações do Mar*. Ano 12. n.02. Fev./1984.

GVISHIANI, Dzhermen M. "Por uma estratégia mundial de desenvolvimento". O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980.

MAHEU, René. "A instauração de uma nova ordem econômica mundial". O CORREIO DA UNESCO. *Os ciganos do mundo moderno*. Ano 03. n.01. jan./1975.

M'BOW, Amadou –Mahtar. "Unesco: 40 anos de ação". O CORREIO DA UNESCO. *Pequenos países grandes culturas*. Ano 14. n.12. dez/1986.

\_\_\_\_\_. "A crise que é de todos". O CORREIO DA UNESCO. *Energia para o século XXI*. Ano 09. n.09. set./1981.

\_\_\_\_\_. "Metas para o futuro - um documento sem precedentes". O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977.

\_\_\_\_\_. "A UNESCO e os grandes problemas do mundo". O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO aos 30 anos*. Ano 04. n.05. maio/1976.

\_\_\_\_\_. "Novo apelo à tolerância e a compreensão". O CORREIO DA UNESCO. *Nossos recursos minerais ocultos*. Ano 03. n.04. abr./1975.

MYRDAL, Gunnar. "Um modelo pouco modelar". O CORREIO DA UNESCO. *Só temos uma Terra*. Ano 01. n.01. mar./1973.

NOSTESTEIN. F; SIMON, J. S. "Controle Demográfico?". O CORREIO DA UNESCO. *E amanhã quantos?*. Ano 02. n.07. jul. 1974.

PECCEI, Aurélio; REDAÇÃO. “Sustar o crescimento?”. O CORREIO DA UNESCO. *Só temos uma Terra*. Ano 01. n.01. mar./1973.

PHI. “Administrar a fonte de vida”, O CORREIO DA UNESCO. As maravilhas da água. Ano13. n.03. mar./1985.

RAHMAN, Ibrahim Helmi Adbel. “Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento”. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980.

REDAÇÃO. “Meio Humano e Fatores Políticos”. O CORREIO DA UNESCO. *Só temos uma Terra*. Ano 01. n.01. mar./1973.

\_\_\_\_\_. “Crescimento demográfico ou crescimento econômico?”. O CORREIO DA UNESCO. *E amanhã quantos?*. Ano 02. n.07. jul./1974.

\_\_\_\_\_. “A luta contra a fome, hoje”. O CORREIO DA UNESCO. *Para vencer a Fome*. Ano12. n.06. jun./1984.

\_\_\_\_\_. “As raízes da crise atual”. O CORREIO DA UNESCO. *A Unesco aos 30 anos*. Ano 04. n.05. maio/1976.

\_\_\_\_\_. “O Homem e o ambiente”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977.

\_\_\_\_\_. “Patrimônio da Família Humana”. O CORREIO DA UNESCO. *O homem e a Terra: uma estratégia de sobrevivência*. Ano 08. n.07. jul./1980.

\_\_\_\_\_. “Horizonte 1982- o Plano em Médio Prazo da UNESCO”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977.

\_\_\_\_\_. “O Homem- Princípio e fim do desenvolvimento”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977.

\_\_\_\_\_. “A Ciência e a Técnica – A serviço do homem e da ciência”. O CORREIO DA UNESCO. *A UNESCO e o mundo: HORIZONTE 1982*. Ano 05. n.05. maio/1977.

\_\_\_\_\_. “As cidades têm sede”. O CORREIO DA UNESCO. *Água, questão de vida ou morte*. Ano 06. n.04. abr./1978.

\_\_\_\_\_. “Editorial”. O CORREIO DA UNESCO. *O Homem e a Biosfera – parceiros para um desenvolvimento duradouro*. Ano 15. n.11. dez./1987.

\_\_\_\_\_. “O homem pertence à Terra”. O CORREIO DA UNESCO. *Ilhas e Montanhas: ecossistemas em perigo*. Ano 08. n.06. jun./1980.

\_\_\_\_\_. “Nossa Capa”. O CORREIO DA UNESCO. *Natureza e Cultura – Patrimônios da Humanidade*. Ano 08. n.10. out. /1980.

\_\_\_\_\_. “A Unesco na Década Internacional”. O CORREIO DA UNESCO. *Tradições Culturais e turismo de massa*. Ano 09. n.04. abr./1981.

\_\_\_\_\_. “Plano X - Ambiente humano e recursos terrestres e marinhos.”. O CORREIO DA UNESCO. Ano 11. n.03. mar./1983.

\_\_\_\_\_. “A Comissão Oceanográfica Internacional – Vinte e cinco anos de pesquisa”. O CORREIO DA UNESCO. *O Planeta Oceano*. Ano 14. n.04. abr./1986.

\_\_\_\_\_. “A primeira reunião de cúpula da Terra”. O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992.

SACHS, Ignacy. “Que futuro espera a Amazônia?”. O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01, jan./1992.

SALAM, Abdus. “A tocha da Ciência”. O CORREIO DA UNESCO. *Ciência e Tecnologia: o dilema do desenvolvimento*. Ano 08. n.01. jan./1980.

ÚRZUA, Raúl. “O desafio demográfico”. O CORREIO DA UNESCO. *O desafio demográfico*. Ano 20. n.03. mar./1992.

VILLENEUVE, Claude. “Uma causa pessoal? - Todo cidadão pode contribuir para a preservação dos sistemas que sustentam o planeta?”. O CORREIO DA UNESCO. *Meio Ambiente e Desenvolvimento – O pacto planetário*. Ano 20. n.01. jan./1992.

### **Base de dados on-line:**

UNESCO. Arquivo *O Correio da UNESCO*: Informações sobre a revista: Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco-courier/the-magazine/> Acesso em: 19/06/2015.

### **Dicionários, guias e catálogos:**

BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.

PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013.

### **Relatórios e Documentos Oficiais:**

BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Cima, 1991.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

EUA. *National Security Study Memorandum 200: Implicações do Crescimento da População* (NSSM200). Disponível em:

[http://www.nixonlibrary.gov/virtuallibrary/documents/nssm/nssm\\_200.pdf](http://www.nixonlibrary.gov/virtuallibrary/documents/nssm/nssm_200.pdf). Acesso em: 19/06/2015.

MEADOWS, Donella H. [et ali] *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*; trad. Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.

WARD, Bárbara; DUBOS, René. *Uma terra Somente*. Trad. Antônio Lambert. São Paulo: Edgar Blücher, Melhoramentos, Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

ONU. *Declaração da Conferência de ONU sobre o Ambiente Humano*. Disponível em [www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc). Acesso em: 03/01/2015.

UNESCO. *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Unesco Brasília Office. Representação da UNESCO no Brasil.

Disponível em: [unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf). Acesso em: 03/01/2015.

UNESCO. *Patrimônio: legado do passado ao futuro*. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>. Acesso em 14/06/2015.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 14/06/2015.

## BIBLIOGRAFIA:

ABRANTES, Antônio C. S; AZEVEDO, Nara. “O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil (1946-1966)”. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* Belém, v. 5, n. 2, p. 469-489, maio-ago. 2010.

ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da Biodiversidade*. Edições IBAMA: Brasília, 1998.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. W. L. Maar. São Paulo: Edunesp, 1995.

ALVES, José Eustáquio Diniz. “População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014”. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 219-230, jan./jun. 2014. p. 221.

ANDRADE, Manuel Correia de et ali. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, São Paulo: Hucitec, 1975.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BECKER, Dinizar F. *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BERTAZI, Marcio H. *Uma História Movida a Álcool: impactos ambientais no contexto canavieiro paulista (1975 a 2003)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013.

BRAUDEL, Fernando. *Escritos sobre a História*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica do capitalismo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMARGO, Aspásia (org.). *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lurdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. (Org.). *Questões para a História do presente*. Trad. Ilka Stein Cohen. EDUSC. Bauru/SP: 1999.

COSTA, Jorge Gustavo da. *Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo - a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, 3.a ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: 4 (8) p. 177-197.

DUARTE, Regina Horta. “Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil”. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 41, No. 2. 2005.

\_\_\_\_\_. *História e Natureza*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUPAS, Gilberto. (Org.). *Meio Ambiente e Crescimento Econômico: tensões estruturais*. São Paulo: UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. *História do debate ambiental na política mundial (1945-1992) – a perspectiva latino-americana*. Tradução de Daniel Rubens Censi. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

EVANGELISTA, Ely G. *A UNESCO e o mundo da cultura*. Brasília, DF: UNESCO; Goiânia: Editora UFG, 2003.

FERREIRA, Álvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; DRUMMOND, José Augusto Drummond; TAVARES, Giovanna Galvão (Orgs). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALLINI, Stefânia. “Historia, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina”. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. *Nômadias*. Colômbia: UNIVERSIDAD CENTRAL. abr./2009.p.95.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEYNEMANN, Claudia B. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras.1998.

\_\_\_\_\_. *O novo século*. Trad. A. Cameron. São Paulo: Companhia. das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. C. Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo (1890-1940)*. São Paulo: Alameda, 2006.

LEAL, Claudia. “As missões da Unesco no Brasil - Michel Parent”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

\_\_\_\_\_. “As missões da Unesco no Brasil - Paul Coremans”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.

\_\_\_\_\_. “Recortes de história social das missões da Unesco no Brasil - 1962-1979”. *Nos arquivos do IPHAN – Revista Eletrônica de Pesquisa e Documentação*. Set./2009.

LENÁ, Phelippe & NASCIMENTO, Elimar (Org.) *Enfrentando os limites do crescimento econômico: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, Brasília: Editora da UnB, 1999.

LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. *Ecopolítica Internacional*. Trad. Jacob Gorender, 2ªed. São Paulo: Senac, 2005.

MAIO, Marcos Chor. “A Unesco e o projeto de criação de uma laboratório científico internacional na Amazônia”. *Estudos Avançados*. 19 (53). 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz; UNESCO, 2004.

\_\_\_\_\_; SÁ, Magali Romêro. “Ciência na periferia - a Unesco, a proposta de criação do IIHA e as origens do Inpa”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Vol. VI (Suplemento). Set.2000.

MARTINELLO, André S. “Fernand Braudel, um historiador do espaço socioambiental e sua contribuição para a história ecológica”. *Tempos Históricos*. Volume 15. 2º Semestre de 201. p. 431 – 455.

MARTINEZ, Paulo Henrique. “História Ambiental: um olhar prospectivo”. *Caderno de Pesquisa CDHIS*. Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *História Ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

\_\_\_\_\_. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MATSUNAGA, Fernando. *A UNESCO e a Governança Ambiental na Bacia Amazônica*. Dissertação (mestrado) UNESP/UNICAMP/PUC Programa San Tiago Dantas. São Paulo, 2011.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005.

MCNEILL, John, *Algo Nuevo bajo el sol: Historia medioambiental del mundo em El siglo XX*. Trad. José Luis Gil Aristu. Madrid: Alianza, 2003.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MENARIN, Carlos. *Entorno da Sustentabilidade: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (1971-2008)*. Tese (Doutorado). FCL/UNESP, Assis, 2013.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: IGEOG-USP, 1981.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente & Ciências Humanas*. 3ed. São Paulo. Hucitec, 2002.

MÜLLER, Geraldo. *Desenvolvimento Sustentável: notas para a elaboração de um esquema de referência*. - In: BECKER, Dinizar F. *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

OLIVEIRA, João Rafael. *História Ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras UNESP. Assis, 2013.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. “Os Limites do Crescimento 40 anos Depois”. *Revista Continentes*. (UFRRJ), Ano 1, n. 1, 2012.

PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da História Ambiental”. *Estudos Avançados*. 24 (68), 2010.

\_\_\_\_\_. (Org). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo – IUPERJ, 1987.

PEGUIM, C. N. “Ignacy Sachs em busca do ecodesenvolvimento”. In: MENARIN, Carlos Alberto; BERTAZI, Marcio Henrique (Orgs.). *Anais da XXXI Semana de História "Palavra e Destino Comum"*. Assis/SP: FCL/Assis, 2015. 765p. (e-book - ISBN: 978-85-66060-12-6) pp.512-523. Disponível em: [http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/anais\\_xxxi\\_semana\\_historia/#512/z](http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/anais_xxxi_semana_historia/#512/z) . Acesso em: 24/04/2015.

\_\_\_\_\_. “Crescer, verbo intransitivo: população, urbanização e meio ambiente (1970-1980)”. *Anais da XXX Semana de História: memórias, imagens e narrativas*, Assis: UNESP-Campus de Assis, 2013. pp.84-91. ISBN: 978-8566060-05-8.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; WILHEIM, Jorge; SACHS, Ignacy (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REBORATI. “Una cuestión de escala: sociedad, ambiente, tiempo y territorio”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, nº5, jan./jun. 2001, p.80-93.

REVEL, Jaques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo. Contexto, 2001.

SACHS, Ignacy. *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar, São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Trad. Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986 a.

\_\_\_\_\_. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. Trad. Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986b.

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCIFONI, Simone. “A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais”. In: Pedro Jacobi; Lúcia da Costa Ferreira. (Org.). *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

VEIGA, José Eli da. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

VIEIRA, Flávio Lúcio. “Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito”. In Saeculum, João Pessoa - PB, v. 10, p. 79-112, 2004.

\_\_\_\_\_. *O círculo fechado do consenso neoliberal*. planejamento regional, desenvolvimento sustentável e planejamento no nordeste. Tese. Universidade Federal de Pernambuco: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2002.

WORSTER, D. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 4 (8) p.198-215.

\_\_\_\_\_. *Transformaciones de la Tierra*. Ciudad de Panamá: Universidad de Panamá, 2001.

ZANIRATTO, Silvia; RIBEIRO, Wagner C. “Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº51.

ZICMAN, René Barata. "História através da imprensa - algumas considerações metodológicas" In: *Projeto História*. PUC. nº4 jun./1985.

## ANEXO

**Quadro Cronológico de Editores de *O Correio da UNESCO* (1948-2011)**

| <b>Editor-chefe</b>        | <b>Período de Atuação</b> | <b>Diretor-Geral UNESCO</b> |
|----------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Sandy Koffer               | 1948-1950                 | Julian Huxley               |
|                            |                           | Jaime Torres Bodet          |
| Peter du Berg              | 1950                      | Jaime Torres Bodet          |
| Sandy Koffer               | 1951-1977                 | Jaime Torres Bodet          |
|                            |                           | John W. Taylor              |
|                            |                           | Luther Evans                |
|                            |                           | Vittorino Veronese          |
|                            |                           | René Maheu                  |
|                            |                           | Amadou-Mahtar M'Bow         |
| René Caloz                 | 1977-1978                 | Amadou-Mahtar M'Bow         |
| Jean Gaudin                | 1979-1982                 | Amadou-Mahtar M'Bow         |
| Edouard Glissant           | 1982-1988                 | Amadou-Mahtar M'Bow         |
| Bahgat El Nadi/Adel Rifaat | 1988-1998                 | Federico Mayor Zaragosa     |
| Sophie Bessis              | 1998                      | Federico Mayor Zaragosa     |
| John Kohut                 | 1999-2000                 | Koïchiro Matsuura           |
| James Burnet               | 2000-2001                 | Koïchiro Matsuura           |
| Michel Barton              | 2002-2004                 | Koïchiro Matsuura           |
| Vincent Defourny           | 2004-2005                 | Koïchiro Matsuura           |
| Enzo Fazzino               | 2006-2007                 | Koïchiro Matsuura           |
| Jasmina Sopova             | 2007-2011                 | Koïchiro Matsuura           |
|                            |                           | Irina Bokova                |

FONTE: PEGUIM, Cássia Natanie. *Guia de fontes - Os temas ambientais em O Correio da UNESCO (1972-2001)*. Ed. rev. ampl. Assis: UNESP/FCL/LABHIMA, 2013. e UNESCO. Arquivo *O Correio da UNESCO*: Informações sobre a revista: Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco-courier/the-magazine/> Acesso em: 19/06/2015.